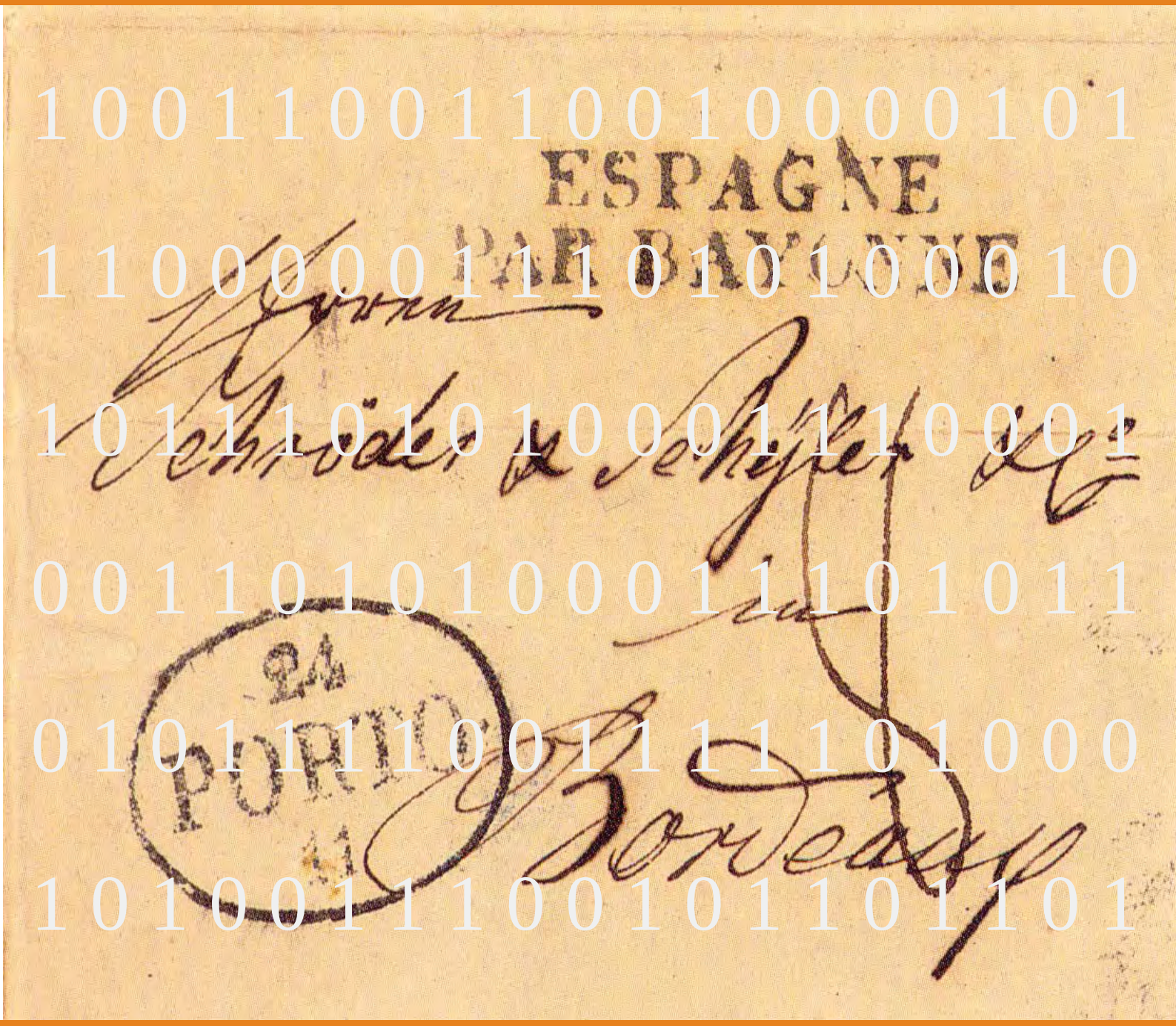
História Postal da Cidade do Porto

na Era Pré-adesiva

Luís Frazão



Edições Húmus | Biblioteca Filatélica Digital

Autor: Luís Frazao

Título: História Postal da Cidade do Porto na Era Pré-adesiva

Editor: Edições Húmus Ldª

Colecção: Biblioteca Electrónica de Filatelia (e-B)

Director de Colecção: Carlos Pimenta (pimenta@fep.up.pt)

Edição: 2ª (Fev. 2006) [1ª edição, em papel, foi realizada pelo Clube Nacional de Filatelia]

Composição: Papelmunde Lda.; Vila Nova de Famalicão (colaboração de Adélia Magalhães)

ISBN: 972-99937-3-4

Localização: http://www.filatelicamente.online.pt
http://www.caleida.pt/filatelia

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por *download*

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (pimenta@fep.up.pt) a sua opinião sobre este livro electrónico e sobre a Biblioteca Electrónica de Filatelia.

© Edições Húmus Lda

É permitida a cópia deste e-livro, sem qualquer modificação, para utilização individual. Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos e filatélicos, com indicação expressa da fonte.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização contactar directamente o director de colecção.

Índice

Prefácio 5
História 7
Introdução 7
1ª Época Postal 1520-1799 9
2ª Época Postal 1799-1853 25
As Marcas 75
1 - Carimbos nominais: 78
A - Correio Extraordinário 78
B - Correio Ordinário 80
2 - As marcas do Correio Marítimo: 98
A - Do Ultramar Português 98
B - Do Estrangeiro 98
3 - Seguro do Correio 108
A - Marcas do Seguro 108
B - As Cautelas de Seguro 113
4 - Porte Pago 116
5 - Selos fixos (marcas de porte) 120
A - Do correio doméstico 120
6 - Selos fixos do correio exterior 125
A - Do Paquete Britânico 125
B - Das Cartas Estrangeiras de Navios 125
C - Cartas de Espanha 125
7 - Selos fixos de porte composto. 130
8 - Emendas de porte 133
9 - Selos fixos do Imposto Postal 136
10 - Diversos 139
Aditamento à História 143
1. O Correio do Porto no Período da Ocupação pelas tropas francesas 143
2. Dois casos inéditos da Marcação da BARRA DO PORTO 144

© Edições Húmus

© Edições Húmus

Prefácio

Se à data desta edição ainda se continua a saber muito pouco sobre a história postal do Porto, muito menos se sabia em 1996, quando foi lançado o repto ao Dr. Luís Frazão, historiador de méritos reconhecidos, para a realização do trabalho que aqui se apresenta, pela primeira vez em formato electrónico.

Inicialmente este livro foi decomposto em duas partes, a que corresponderam dois volumes. Grosso modo podemos dizer que na primeira se tratava da história e na segunda do "Catálogo das Marcas Postais", que inicialmente era um segundo título. O que agora se apresenta é a obra completa, acabando com uma separação que resultou mais de questões de financiamento e de iniciativas filatélicas do que de razões intrínsecas à própria obra.

Recordemos, se acaso é necessário, da importância do Porto na dinâmica social portuguesa, para compreendermos plenamente a importância desta obra que, apesar das investigações posteriormente realizadas, mantem toda a actualidade.

Carlos Pimenta
Jan. 2006

© Edições Húmus

© Edições Húmus

História

Introdução

Quando, em Novembro do ano passado, me foi lançado o repto de preparar uma monografia sobre a História Postal da Cidade do Porto, a ser publicada por ocasião da Lubrapex 97, considerei a tarefa difícil de executar dado o tempo disponível, mas por constituir uma tremenda ousadia ser tentada por parte de um "não tripeiro".

Os motivos eram para mim evidentes: a História postal de uma cidade é parte da História da mesma, e de tal modo assim que, na planificação que fiz, sobre a sequência das monografias de História Postal de Portugal continental, iniciada com a da província do Algarve, seguia no sentido Sul-Norte, para terminar com as das cidades de Lisboa e do Porto, pois que aqui se depararíam as maiores dificuldades, e poderia beneficiar com a experiência adquirida até então.

Comecei assim praticamente do zero, tentando antes do mais sentir um pouco da cidade que visitava todas as semanas por motivos profissionais, e que admirava mas não conhecia. Para tal recorri a dois instrumentos de trabalho: o livro "História da Cidade do Porto"[1], que li como um romance, complementado por inúmeros passeios a pé por toda a zona da cidade correspondendo à superfície que tinha até meados do século XIX. E quanto mais lia e mais andava, mais me agradava a ideia, embora maior me parecesse a tarefa, pois que se desde o fim do século XVIII e até meados do século XIX já tinha coligido alguns dados, daí para trás era um vazio quase total.

Preparava-me para reconhecer a minha impossibilidade de executar a tarefa quando, depois de uma oportuna conversa com a Dra. Júlia Saldanha, Directora do Arquivo Histórico dos Correios, esta me fez descobrir os apontamentos de Godofredo Ferreira sobre os Correios-Mor do Porto, um

[1] *História do Porto* - Direcção de Luís de Oliveira Ramos - 2' Edição Porto Editora

© Edições Húmus

conjunto de notas manuscritas e dactilografadas, recortes de jornais, cartas de especialistas em geneologia, topografia da cidade, assim como de conservadores de arquivos e museus, consultados ao longo de muitos anos por este incansável investigador Postal.

A partir deste manancial de informação, tudo pareceu fácil, e assim nasceu este trabalho, naturalmente incompleto, mas que pretendemos ser o mais rigoroso possível.

E assim, é a Godofredo Ferreira que este trabalho é dedicado, em reconhecimento por tanto que fez pela história dos Correios em Portugal.

Os meus agradecimentos vão também para o Sr. Eng. Fernandes de Sousa, pelo oportuno desafio lançado, mas sobretudo pela dedicada colaboração e ajuda, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Muitos dos documentos e cartas reproduzidas pertencem a coleccionadores ou a instituições, e que desde o primeiro contacto se prontificaram a colaborar: de entre todos, é justo destacar o Arquivo Histórico dos Correios, o Arquivo Histórico do M. O. P, assim como o Arquivo Histórico da Câmara do Porto.

Guardo para o fim o meu reconhecimento à Sra. D. Maria Luísa Olazabal, responsável pelo Arquivo Histórico da Casa Ferreira, onde colhi muitos dos dados originais que aqui se apresentam.

Para terminar, aceitem os filatelistas do Porto este estudo com a indulgência que lhes é habitual, mas não dispensando as críticas àquele que, a partir de agora, começa a ver o Porto como “a sua cidade”.

Porto, 17 de Abril de 1997
Luís Frazão

© Edições Húmus

1ª Época Postal 1520-1799

Durante este período de 279 anos, foi o correio da cidade do Porto administrado pelos chamados Correios Mor ou, mais precisamente, assistentes do Correio Mor do Reino. Não sabemos exactamente quando foi nomeado o 1° correio assistente no Porto, embora Guedes de Magalhães[2] refira que, no ano de 1552, já na cidade havia correio organizado.

Na maioria dos documentos dos séculos XV e XVI que consultamos, é feita referência aos "almocreves" ou "recoveiros" e ainda aos "caminheiros" para o transporte de correspondência Real, Municipal ou de simples particulares.

Assim, nas actas da Câmara do Porto do dia 31 de Maio de 1598, é referida uma "Notícia de uma reunião de representantes da Cidade, para abrirem uma carta de resposta a outra que haviam enviado a Viana por um caminheiro, sobre o novo sucedimento de peste que deu nos lugares de Vila Nova de Cerveira e Caminha,...". Veremos como, com a nomeação dos assistentes do Correio Mor, estas velhas práticas do recurso aos almocreves e caminheiros foram sendo progressivamente abandonadas, não sem forte oposição por parte dos utilizadores.

E quem foram os assistentes do correio do Porto? Conseguimos identificar os seguintes:

1) Miguel Chamorro 1618?-1645.
2) Pantaleão Pacheco 1645-1646
3) João Soares Monteiro 1647-1665
4) João Soares de Carvalho 1665-1712
5) Francisco Soares Coutinho 1712-1714
6) Pe. Inácio António Coutinho 1714-1735
7) Francisco Peixoto de Miranda 1735-1772
8) Manuel José Pires e Francisco Ferreira Lisboa 1772-1795
9) Manuel José Pires e José Vicente da Fonseca 1795-1799.

A nomeação destes personagens era uma atribuição do Correio Mor[3], que para o efeito negociava um contrato com o proponente, que se obrigava ao pagamento de uma renda anual, mas auferindo inteiramente dos rendimentos do correio que administrava.

Esta nomeação não dispensava o seu registo junto do município da cidade, como nos dá conta o documento que abaixo se transcreve:

"e logo na mesma Câmara aparesseo pantalleão pacheco

[2]. A. Guedes de Magalhães, Filatelia Pré-Adesiva de Entre Douro e Minho, Mercado Filatélico, 1972

[3]. Godofredo Ferreira, Os Correios Mor do Reino... Lisboa, CTT 1941

© Edições Húmus

> morador nesta cidade e apresentou a ele juiz e vereadores o regimento do Correio Mor do Reino com nomeação que na pessoa delle dito pantaleão pacheco fez luiz gomes da matta correio mor pera servir de seu azistentte nesta cidade do Porto no dito officio de correo mor per morte de miguel chamorro que até ao presente serviho o dito cargo e per se dar espedissão as cartas do correo pedia a materia brevidade pedindo a elles juiz e vereadores lhe desse juramento e posse do dito cargo per virtude da procurassão que apresentaua e por elles lhe foi dado o ditto juramento e posse do dito officio hordenando que as cartas e papeis do dito correio corressem por sua conta asi e na materia que corria o dito miguel chamorro de que fiz este termo que assinarao. Manuel Ferraz ho escreuy.
> Coutinho Alvo Amaral Pantaleao Pacheco"
> (vereação de 30.3.1645).

Nem sempre ao longo dos anos foram fáceis as relações entre a Câmara e o Correio assistente... Assim e se recuarmos até ao ano de 1622, encontramos notícia de uma carta da Câmara Municipal do Porto e dirigida ao Rei, queixando-se de que não lhe era permitido enviar as suas correspondências pelos seus mensageiros, o que poderia fazer com mais celeridade e economia.

> "Informará como da Relação se mandam prender os Correios que a cidade envia a Sua Majestade dizendo que não hão de partir sem ordem da pessoa que o Correio-Mor tem substituída nesta cidade; fará memorial sobre esta matéria e pedirá provisão por que a cidade possa mandar seus correios ao dito Senhor quando lhe parecer sem ter obrigação de recorrer às ditas pessoas, suposto que muitas vezes se oferece ocasião de avisar a Sua Majestade em matérias de seu serviço que requerem segredo e que não convém que por esta via se rompa".
> (Apontamentos de reclamações a apresentar pela Câmara do Porto ao Rei, em Madrid, em 31/7/1622).

No entanto, a carta de criação do ofício de correio mor do Reino era bem clara ("só a este (Correio Mor) e seus delegados incumbia encaminhar as correspondências em todo o pais"), pelo que o Rei mandou responder à Câmara com a carta seguinte:

> "Sua Magestade querendo satisfazer a queixa que essa camara lhe fes de que lhe detinhão os caminheiros e correos que despachava aquella corte por hum capitolo de carta sua de oito de nouêmbro presente me manda ordene ao meu

© Edições Húmus

> tenente os dê quoando se lhe pedirem. E não consinta aia dilação por respeito algum: Asi o tenho mandado a Miguel Chamorro que de oie por diante não dê causa nê consinta que a tanhão Vs. Ms. Nos correos que ouvere mister E que com toda a brevidade se lhe dem como deve fazer E faltando esta ordem Vs. Ms. serão servidos de me auisar para dar nisso o remédio necessario. Guarde deos a Vs. Ms. De Lisboa vinte E seis de nouembro mil E seiscentos E vinte e dous.
> António Gomes da Matta correo mor"

translado do Liv. 44 das Vereações da C. M. do Porto, fls. 126 e verso.

E antes de nos referirmos ao mencionado Miguel Chamorro, que foi o 1º Correio Assistente do Porto, vejamos brevemente como era constituído o burgo portuense no começo do séc. XVIII, período que os historiadores denominam de Tempos Modernos: a cidade propriamente dita, delimitada pela linha das muralhas, estava dividida em três freguesias - Sé, Na Se da Vitória e S. Nicolau -, e para além dos muros estendia-se em todas as direcções numa área mais ampla, denominada de "arrabaldes". Os que aí residiam, dependiam directamente da Câmara Municipal, tal como os que residiam instramuros. Dos arrabaldes faziam parte as freguesias de S. Ildefonso e de Miragaia, na margem direita do Douro, e os lugares da Meijoeira (serra do Pilar) e de Villa Nova, na margem esquerda. A área murada tinha 44,5 hectares, equivalente aos 50 ha de Évora e da Vila de Santarem; a título comparativo Braga tinha 15,6 ha, Guarda e Silves lha, somente Lisboa ultrapassava os 100 ha, com uns escassos 103,6 a comparar com os 439 ha de Paris, ou com os 345 ha de Antuérpia.

Para o conjunto das 7 freguesias, podemos considerar os seguintes dados estatísticos:

Em	1527, viveriam nelas...	13527 almas
	1623	16086 almas
	1732	24883 almas
	1787	52010 almas

Destes dados, ressalta claramente a expansão demográfica ocorrida no 3° quartel do Séc. XVIII, factor condicionante do que iremos tratar na 2ª parte deste trabalho.

Um outro dado fundamental é o da percepção das actividades económicas da cidade, e é de tal maneira evidente o peso das trocas comerciais, que o epíteto se impôs: " Por-

© Edições Húmus

to, cidade de mercadores".

E se não restam dúvidas quanto à importância das actividades mesteirais, vai ganhando peso ao longo dos anos o volume das trocas comerciais por via marítima com o Brasil, Estados da Europa e Estados Unidos, estando estas sempre condicionadas à possibilidade de comunicação epistolar, o mais rápida e segura possível.

Para que o intercâmbio comercial se tenha tornado possível, houve que vencer o receio natural dos mercadores nacionais e estrangeiros em atravessar a Barra do Douro (fig. 1).

Esta conhecida gravura, tirada da obra de Agostinho Rebello da Costa, "Descrição Topografica e Histórica da Cidade do Porto", e datada de 1789, dá o devido destaque à Barra do Douro, mostrando bem os inúmeros obstáculos que era preciso transpor, assim como a localização do único canal navegável, e mesmo este só em boas condições climatéricas.

Criado um corpo de Pilotos em 1584, logo se avançou no sentido de remover do leito do rio diversos escolhos que

Fig. 1

© Edições Húmus

constituam outros tantos entraves à navegação, assim como no de assegurar a sua navegabilidade até 30 léguas do Porto; por outro lado, tentavam-se obter privilégios fiscais para as mercadorias que viessem de fora por mar, em especial o açúcar brasileiro, produto fundamental nas trocas comerciais com o estrangeiro.

E quem eram esses mercadores de grosso trato que iremos encontrar de amiúde ligados à história da cidade? Na 2ª metade do séc. XVI, eram na sua maioria cristãos novos, cujo poderio foi progressivamente diminuído por obra do Santo Ofício. De imediato, aparecem os Flamengos e os Franceses a ocupar o vazio assim deixado, mas por volta de 1630 são já os Ingleses os mais numerosos, dedicando-se ao comércio do bacalhau, dos panos e naturalmente ao do vinho. Estes dados estão bem patentes na relação das "Visitas de Saúde às embarcações entradas na barra do Douro nos séc. XVI e XVII", onde de verifica que a proveniência das embarcações deixa de ser os portos de França e o de Amsterdão e cada vez mais os portos de Inglaterra. Natural será portanto que se venham a encontrar ao longo do séc. XVIII, e sobretudo no séc. XIX, relações marítimas privilegiadas com Inglaterra, para as quais contribuíram decisivamente os Paquetes Britânicos, aos quais nos referiremos com frequência.

Finalmente, convém ainda referir os grupos societários da cidade, pois deles dependerão a maior ou menor apetência epistolar: o clero, numeroso, multifacetado e sobretudo poderoso, ao qual ficará sempre associada a "alta" da cidade; depois, o povo, entendido no seu sentido mais lato e que se pode subdividir em 3 subgrupos: os notáveis, os mestres e a ralé. E é naquelas duas primeiras categorias, a que hoje chamaríamos de burgueses e de artífices, que iremos encontrar a necessidade de comunicação postal, com predominância para os primeiros. E a nobreza? Se no período medieval era inexistente na cidade, já no séc. XVII a nobreza autárquica era muito influente perante uma nobreza titular escassa. Pelo que acabamos de descrever, natural será encontrarmos na documentação postal relativa à cidade uma preponderância de correspondência comercial, o que de facto acontece.

E agora que fizemos uma rápida incursão pela cidade, podemos voltar aos correios-assistentes, começando por Miguel Chamorro, 1° correio assistente do Porto?

É de 1622, conforme vimos atrás, o primeiro documento

© Edições Húmus

referindo o nome de Miguel Chamorro e a sua qualidade de correio-mor, muito embora saibamos da existência de correio na cidade em data bem anterior: assim, em carta dirigida ao soberano e datada de 19 de Novembro de 1605, pede o Bispo de Angra e Vice-Rei de Portugal que seja criado um correio em Elvas "na forma em que os ha em Coimbra e no Porto". E se em relação a Coimbra sabemos, pela carta de nomeação do seu sucessor, que Diogo Coutinho foi o primeiro a exercer o cargo, (158?-1598) já para o Porto pouco sabemos, pelo que vamos ter de especular um pouco:

Quando o Prior do Crato, pretendente ao trono português, chegou a Aveiro, em 1580, na sua marcha para o Norte, encontrou aí um acérrimo defensor dos direitos de Filipe de Espanha, de nome Miguel Chamorro; do recontro entre as hostes resultou a morte de Chamorro, dele ficando mulher e filhas, às quais Filipe II, uma vez Rei de Portugal, fez diversas mercês.

Uma das filhas de Chamorro casou com Jorge Ferros, de quem teve vários filhos, um dos quais tomou o nome do avô, Miguel Chamorro, sendo baptizado em Aveiro, em 1574. Em 1605, casou-se com Luiza Pinto, filha de António Fernandes, que desde 1582 era guarda-mor da relação do Porto; por morte deste último, temos Miguel Chamorro a requerer o ofício do sogro, o que conseguiu por carta de nomeação régia de Outubro de 1606.

Este ano de 1606 é importante para a compreensão do que se segue: pela morte, em 1598, do 4° correio-mor do Reino - Manuel de Gouveia -, não consentiu Filipe II que o lugar de correio-mor do reino se transmitisse pelas filhas, e resolveu vendê-lo a Luís Gomes da Mata pela quantia de 70.000 cruzados; deste facto, resultou também que os assistentes do correio passaram, naquele ano e por alvará régio de 19 de Julho de 1606, a estar subordinados ao Correio-mor, podendo os que estavam em funções ser demitidos delas ou fazer novo contrato. Era o fim de uma autonomia de 8 anos que as cartas de nomeação régia lhes conferiam e, ao mesmo tempo, a firme resolução de entregar toda a direcção dos serviços e seus proventos na mão do comprador do ofício.

Por um códice manuscrito existente na biblioteca da Universidade de Coimbra, relativo ao correio-assistente de Coimbra e datado de 29 de Agosto de 1606, ficamos a saber que "lhe (luiz gomes da matta) passou Provisão sobre a

© Edições Húmus

ordem que se ade ter com as peçoas que servem de assistentes com nome de correos mores na cidade de Coimbra, Porto e Braga, e villa de Aveiro", e que lhe outorgou "O dito ofício de correo assistente em seu lugar Tenente".

Voltemos a Miguel Chamorro; em 1616, esteve a contas com a inquisição, sendo preso em Lisboa a 21 de Junho de 1618 e solto em Dezembro de 1619; da leitura do processo, e depoimentos de testemunhas, sempre é referido como guarda da relação e nunca como Correio-assistente; também é significativo que o correio mor não tenha aparecido a testemunhar. Mais significativo ainda é o facto de, no testamento de António Gomez da Matta, falecido em 30 de Dezembro de 1641, serem feitas referencias específicas e repetidas aos assistentes que tinha no Reino, excepto ao do Porto, que naquele ano de 1641 seria Miguel Chamorro.

E como admitir que, estando o correio assistente preso, não se tenha procedido à sua substituição? Seria mesmo Correio assistente nesta dada (1606)? Cremos que não, mas como não conhecemos o(s) seu(s) antecessor(es), continuará de momento a ser considerado o primeiro.

É nossa convicção que a nomeação do primeiro correio assistente do Porto deve ter sido contemporânea com a nomeação do de Coimbra e que ocorreu por volta de 1580, no tempo em que Manuel de Gouveia era Correio-Mor do Reino; baseamo-nos nos argumentos seguintes:

a) Presença em Portugal do Rei Filipe I, de 1580 a 1583, o que originou o grande acréscimo de correspondência, e a consequente necessidade da instituição de "assistentes" em diferentes localidades.

b) Pela leitura do processo que Manuel de Gouveia intentou contra D. Juan de Tassis, ficamos a saber que naquela época havia um correio "ordinário" por semana para a Beira e Douro; tal facto pressupõe a existência de assistentes em Coimbra e no Porto.

c) A sistemática referência aos correios "do Porto e de Coimbra" nos documentos da época.

A existência de um correio-assistente implicava, naturalmente, a existência de uma casa do correio. Onde se situaram esta(s)? Nos primeiros tempos da organização postal, as casas do correio situavam-se em casa dos assistentes, situação que se manteve no Porto até ao começo do séc. XIX.

Diz-se [4] que, em 1608, no Campo das Hortas (actual Praça

[4]. *O Tripeiro* nº 38 - Porto 15/07/1927

© Edições Húmus

Fig. 2
Detalhe da Planta do Porto de Champalimaud de Nussane, de 1790, localizando as primeiras casas do Correio

da Liberdade), havia umas árvores muito grossas, e que, na casa que faz esquina para a Praça e para a Calçada dos Clérigos, foi então o correio, cujas listas das cartas eram pregadas ao tronco de uma dessas árvores que lhe ficasse próxima.

Do correio assistente seguinte, Pantaleão Pacheco, sabemos que exerceu funções de 30-3-1645 a 5-4-1646, e que é referido no texto camarário atrás transcrito, sendo ainda dito ter morado na rua das Taipas, onde faleceu em Abril de 1646. Do seu sucessor no cargo, João Soares Monteiro (1647-1665), é-nos dito que já era correio-mor em Setembro de 1647, pois num contrato de obrigação de dinheiro entre o Correio-Mor do reino e um morador de Ponte de Lima lê-se" ... dou poder a João Soares Monteiro, meu creado e meu assistente no correio do Porto"; é datado de Lisboa, 20-9-1647, e assinado por Luiz Gomes da Matta, Correio-Mor; o assento de óbito dá-o como tendo morado na Rua Nova, embora outro documento anterior o refira como tendo morado na rua dos Canos.

Do 4° da série, João Soares de Carvalho, genro do anterior, sabemos que esteve em funções desde 1665 até 1712, foi vereador da Câmara em 1705, em diversas fontes é referido como senhor da casa do Páteo do correio aos Clérigos, ou residente em sua casa do alto da Calçada dos Clérigos.

© Edições Húmus

Pelo que conseguimos compilar, parece-nos que o correio começou por se achar situado no Campo das Hortas, numa casa fazendo esquina para a calçada dos Clérigos, daí passando para o alto da Calçada. É provavelmente a partir desta altura que começa a chamar-se Rua do Correio-Mor à estreita viela que ia desembocar mesmo no alto da Calçada e que vem indicada no mapa de Balck.

É escassa a documentação referente a este período: numa transcrição das Visitas de Saúde - Ano de 1691, encontramos o seguinte texto:

> Visitas de Saúde - Ano de 1691
> "Visita de huma sumaquinha in/gleza chamada Legeira mestre João/Parker
> Aos dous dias do mes de Agosto de/mil e seis sentos e noventa e hurn/annos nesta cidade do Porto e rio/Douro della em o lugar de Valle de/Amores setio donde se costumão ve/zitar os navios em que ha vezi/ta (?) sobre a saude ahi vierão o goar da mor da saude Josephe Pinto Pereirale o medico Manoel de Azevedo Coultinho para efeito de examinarem/a gente, e navio chamado Legeira de/que he mestre João Parker ingles/que entrou hontem neste porto/e por não trazer carta de saude ficou empedido ate se vir fazer/esta delegensia por requerer João/ Le consul da nação ingleza a/

Fig. 3
Detalhe do mapa de Balck

/elle goarda mor que o dito nalvio sahira do porto de Inglal terra no tempo em que do mes//mo porto sahirão os navvios portugeses que hontem en/trarão neste dito porto como se/ podia ver das cartas que o dilto navio trazia para os mercaldores inglezes desta cidade e suposto não trazia carta de saude/foi por que sahio do dito por/to per que lhe quererem tomar/a gente do dito navio para os/navios de guerra de Inglaterra/o que visto por elle goarda mor/mandou vir a terra o capitão/e gente do dito navio e cartas que trazia para os mercadores ingle/zes desta cidade fes o dito medico exame nas ditas cartas/ mandando abrir algumas dellas/e passadas pello fogo e viagre/forão por elles digo por elle vis/tas e achou que erão para mer/cadores inglezes desta cidade e por ellas se mostra//va serem feitas no tempo/m que os navios portu/guezes sahirão do porto de In/glaterra e /logo o dito guarda/mor deu o juramento ao lin/goa Jorge Antonio para que declarase o que lhe deseze o ca/pitão o qual logo declarou/vir de Inglaterra sem enltrar em outro porto algum/ nem trazer fazendas de Ita/lia nem de Berberia e sendo/o dito capitão e seis homens que trds o navio exami/ nados na saude pello dito/medico os achou a todos sa/õs com saude e elle goar/da mor informado dos ca/pitais dos navios portuge/zes que no mesmo tempo sahirão de Inglaterra de/ como este navio estava no/mesmo porto o ouve por/ desempedido com pareser/ do dito medico de que mandou fazer este termo que asi/nou com o dito medico e ca/pitão e lingoa Manoel Perei/ra Guedes o escrevi e declararão Gui/ lherme Dray pilloto do navioSanta Roza e Guilherme Medeton pilloto/do navio Santa Clara por juramento que lhes foi dado que este navio de que se trata o virão carregar no porto de Londres e sahio/do dito porto dous dias antes que//elles sahisem e assinarão Manoel Pereira Guedes escrevi

Pereira. Johne Parker
William Dry
William Middelton
George Antonio. João Lee“[5]

Por sua morte, sucedeu-lhe seu filho, Francisco Soares Coutinho, mas por pouco tempo, pois morreu afogado em 1714, pelo que seu tio tomou o lugar deixado vago. Este, Padre Inácio António Coutinho, correio de 1714 a 1735, também quis ser Comissário do Santo Ofício, para o que foram ouvidas testemunhas, que disseram que não tinham qualidades para o cargo, “que era leve no entendimento, que era fácil em falar de coisas que pedem segredo, que descompõe as pessoas que vão buscar as cartas ao correio, acusam-no de abrir cartas e encomendas, e de pouca fidelidade no ofício, porque é fácil deixar abrir cartas a pessoas que querem saber de negócios alheios”, tudo qualidades

[5]. A. Guedes de Magalhães - Filatelia Pré-Adesiva de Entre Douro e Minho - *Mercado Filatélico* 1972

© Edições Húmus

pouco abonatórias para o desempenho das suas funções. É referido como morando na calçada da Fonte da Arca.

De seguinte, Francisco Peixoto de Miranda, sobrinho do anterior, tendo exercido de 1735 a 177, temos conhecimento de um contrato que celebrou com um denominado Pinto, que é um documento de História Postal que aqui merece ser analisado em detalhe; “Contratou com António Pinto e seu filho João Pinto serem estafetas do ofício de Correio-mor desta cidade para a de Lisboa, ficando obrigados a levar bolsas de cartas e de encomendas e tudo o mais que se lhe entregar neste ofício do Correio mor do Porto, conduzindo até a Vila de Alvaiázere onde tudo entregará ao estafeta do Correio-mor de Lisboa, dele recebendo o que se destina ao Porto, fazendo a entrega de tudo nesta casa no tempo de verão pelas nove até as dez do dia de 6ª feira de cada semana, e no tempo de inverno até ao meio dia, tornando a voltar (para Lisboa) no sábado pela meia noite, ou às horas a que forem entregues as bolsas - “levando-as com todas as cautelas, cobrindo-as e desviando-as tanto das chuvas como das enchentes dos rios, caminhando sem cessar até à Vila de Alvaiazere etc”, “levando ainda as pro-

Fig. 4.
Detalhe do “Mapa do Giro dos Correios” de 1818

pinas para o Correio-Mor do Reino, assim como a pitança anual - 14 arrobas de presunto e duas dúzias de barris de lampreias; e não podendo levar nem trazer dinheiros alguns nem papéis fora das bolsas deste ofício".

O contrato teria a duração de 5 anos, e receberiam em cada ano 912$000 reis aos pagamentos (prestações), e foi datado do Porto, a 16 de Junho de 1769:

Deste documento, assim como do já referido anteriormente, e relativo a Coimbra, podem-se tirar algumas conclusões do modo do funcionamento dos correios no que se refere à permuta de correspondência entre as principais cidades do Reino. Assim, sabemos existir correio ordinário (regular) uma vez por semana entre Lisboa, Porto e Coimbra. A estação de permuta das malas ascendentes e descendentes era na povoação de Alvaiázere, a meio caminho do percurso; é ainda referido que, para além do correio ordinário, haveria correios extraordinários sempre que tal fosse necessário; *e que o porte das cartas,* foi fixado em 20 réis para uma carta singela, e combinado previamente entre o expedidor e o correio para cartas mais pesadas. *Sempre pago à partida e pertença do correio onde o pagamento era feito;* assim funcionaram os correios desde o séc. XVII até ao fim do séc. XVIII.

De Peixoto de Miranda, sabemos, por dois documentos Notariais, que viveu na rua de Belmonte (ou do Bello Monte) e que morreu sem filhos em 1772. Em vida foi um perdulário e, como Correio Mor, teve o ofício quase sempre arrendado a troco das quantias necessárias à sua contínua aflição de dinheiro, conhecendo-se pelo menos dois contratos, de 1758, com João Thomaz Gauthier, e de 1771, com Manuel José Pires e Francisco Ferreira Lisboa, que o vieram a substituir no cargo por sua morte. De facto, por carta de 20 de Junho de 1772, o Correio-Mor do Reino dirige-se aos acima dizendo, "espero que continuem nessa Administração com a verdade que têm praticado e dar-me muitas ocasiões de agrado etc"; mas o mais interessante desta carta é o seu P.S.

> "PS. Tendo precizão de um sujeito desembaraçado e hábil para se encarregar em negocios da minha administração, e a primeira circunstancia de que deve estar dotado hé que de fidelidade de que sem receio possa lidar com dinheiros avultados. Se V M. conhecerem algum homem com estes requisitos lho poderei fazer o ordenado até 200.000 reis *visto hé para o seguro... "*

Não se deve concluir da passagem acima transcrita que só

© Edições Húmus

a partir desta data tenha havido seguros no correio do Porto. Conhecemos um “rol de despeza de João Lobo da Gama”, datado de Dezembro de 1743, onde aparece explicitamente:

Pelo seguro de uma carta em 2 Agosto $240,

assim como várias outras rubricas referentes a maços seguros.

Desta época é a carta que se mostra na fig. 5, expedida do Rio de Janeiro a 16 de Setembro de 1742.

O já referido Francisco Ferreira Lisboa era mestre alfaiate e morava à Rua do Chafariz, tendo morrido em 1795, sucedendo-lhe na co-administração José Vicente D’ Afonseca, juntamente com Manuel José Pires, cargos que desempenharam até 1799, quando a administração do correio passou para as mãos do Estado. E foi durante a administração destes dois últimos que se deu uma inovação nas comunicações postais entre o Porto e Lisboa, por iniciativa dos negociantes da praça do Porto, que em meados de 1796 requerem “pretender establecer um correio extraordinário para Lisboa para terem resposta em oito dias...”. Já vimos atrás que entre as duas cidades havia um correio semanal, não sendo possível escrever “na volta do correio”, pelo que era o público obrigado a esperar 15 dias pela resposta da carta ora enviada. Natural é assim a pretensão e necessidade dos comerciantes em criar um sistema mais expedito, o que de facto conseguiram. O “Plano para se estabelecer

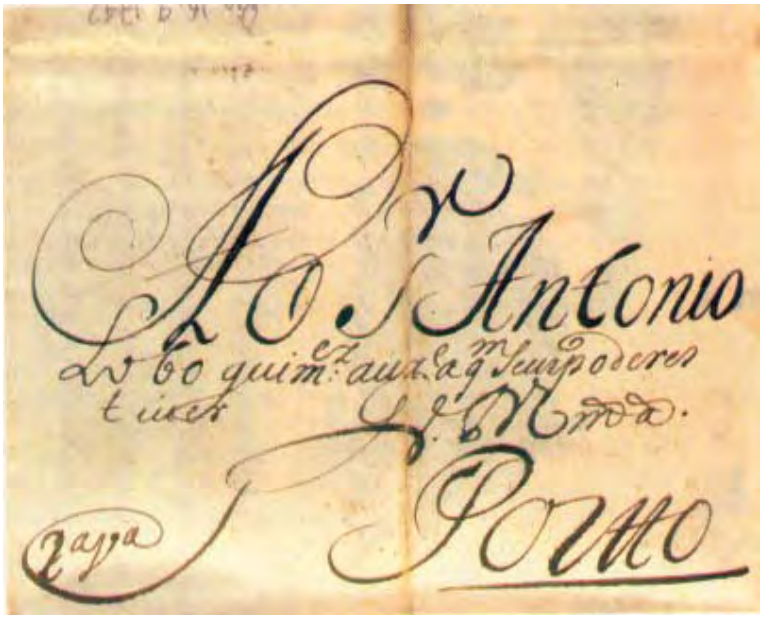


Fig. 5
Rio de Janeiro, 16 de Setembro de 1742 para o Porto

um correio para o Porto com resposta em oito dias", elaborado por José Barreto Gomes, tenente do Correio, é um notável documento, cuja transcrição está fora do âmbito deste trabalho, mas cuja leitura recomendamos a todos os interessados em História Postal[4]. O plano mereceu aprovação Real e, por despacho de 31 de Agosto, foi mandado pôr em execução. Por isso, na Gazeta de Lisboa, de 20 de Setembro, era publicado o aviso seguinte:

Num. 38.

GAZETA DE LISBOA

Com Privilegio de Sua Mageſtade.

Terça feira 20 de Setembro de 1796.

AVISOS.

Com o beneplacito de S. M. ſe vai eſtabelecer hum Correio extraordinario para a Cidade do *Porto*, donde voltará em 8 dias com as reſpoſtas. Ha de partir de *Lisboa* nas ſegundas feiras pelas 1 horas da tarde, e chegará ao *Porto* nas quintas ás meſmas horas, ou antes, quando for poſſivel: do *Porto* ha de partir nas ſeſtas feiras pelas 3 horas da manhã, e chegará a *Lisboa* nas ſegundas ás meſmas horas. O poſte das cartas he 60 reis cada huma, não excedendo o pezo de 5 oitavas, aliás cuſtará todo o excesso 20 reis por oitava. As cartas devem lançar-ſe dentro do Pateo do Correio n'uma abertura, que tem por ſima o ſeguinte letreiro: *Correio extraordinario para a Cidade do Porto*; e a Liſta das que vierem ſe achará junto da dita abertura. O primeiro Extraordinario ha de partir ſegunda feira 26 do corrente.

LISBOA. NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

A V I S O S

Com o beneplacito de S. M. se vai estabelecer hum Correio extraordinario para a Cidade do Porto, donde voltará em 8 dias com as respostas. Ha de partir de Lisboa nas segundas feiras pelas 1 horas da tarde e chegara ao Porto nas quintas às mesmas horas, ou antes, quando for possível: do Porto ha de partir nas sestas feiras pelas 3 horas da manhã, e chegará a Lisboa nas segundas ás mesmas horas. O poste das cartas he 60 reis cada huma, não excedendo o pezo de 5oitavas, aliás custará todo o excesso 20 reis por oitava. As cartas devem lançar-se dentro do Pateo do Correio n'uma abertura, que tem por sima u seguinte letreiro: *Correio extraordinario para a Cidade do Porto*; e a Lista das que vierem se achará junto da dita abertura. O primeiro Extraordinario ha de partir segunda feira 26 do corrente.

É ainda de salientar que o plano propunha, "para o público ficar bem servido", haver dois extraordinários por semana, o que só veio a ter lugar dois anos mais tarde, dando-se a conhecer ao público através de um aviso na Gazeta de 1 de Julho de 1798.

> Estabeleceo-se ultimamente hum segundo Correio extraordinario para a Cidade do Porto todas as semanss, o qual partirá de Lisboa na sexta feira pelas 7 horas da tarde, e ha de chegar ao Porto na segunda feira pela manhã : voltará do Porto na terça feira pelas 8 horas da manhã, e ha de chegar a Lisboa na quinta feira de tarde. O porte das cartas he o mesmo que se paga pelas do 1º ex traordinario. Este novo estabelecimento ha de ter principio sexta feita que vem.

O êxito desta instituição parece-nos evidente, pois que, por aviso de 22 de Setembro, é determinado passar a haver 3 extraordinários por semana:

AVISOS.

Havendo. S. M. sido servida determinar que entre esta Corte e as Cidades de Porto e Coimbra se estabeleção tres Correios

© Edições Húmus

> Extraordinarios por semana, ordenando que as Malas sejão conduzidas nas Carruagens de Posla, pela Repartição do Correio desta Corte se faz público que os referidos tres Extraordinarios hão de ter principio segunda feira o I.° do mez que vem, e que do dito dia em diante serão as Cartas lançadas no Correio desta Corte e no de Coimbra até ás 4 horas da manhã das segundas feiras, quartas e sextas , e no do Porto até ás 8 hora tambem da manhã , das terças, quintas, e Domingos. Ao Porto hão de chego os Extraordinarios nos Domingos, quartas , e sextas até ás 4 horas da tarde ; e a Coimbra e a Lisboa até ás 9 horas da noite das terças, quintas , e sabbados. Para Leiria tambem se pode escrever pelos Extraordinarios.

É deste período e transportada pelo extraordinário a carta

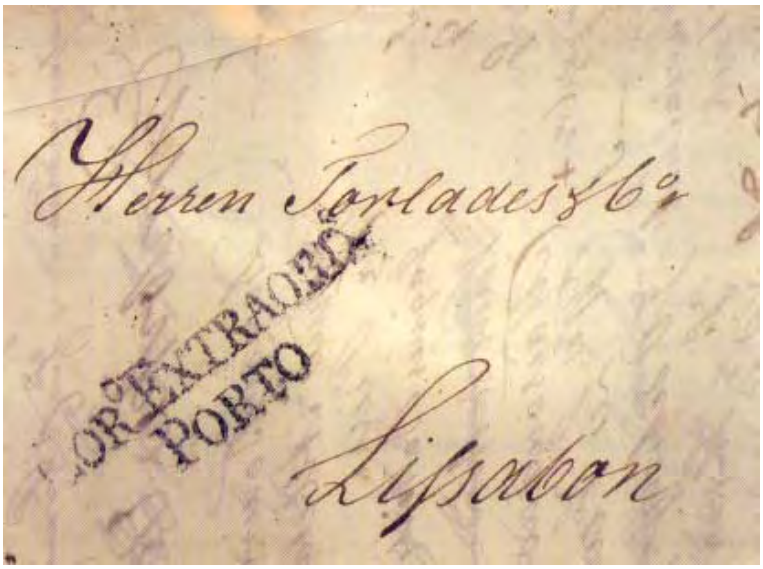


Fig. 6
Marca do “Correio Extraordinário do Porto” aplicada em Lisboa em carta transportada pelo Extraordinário, datada de Hamburgo, 31 de Agosto de 1798.

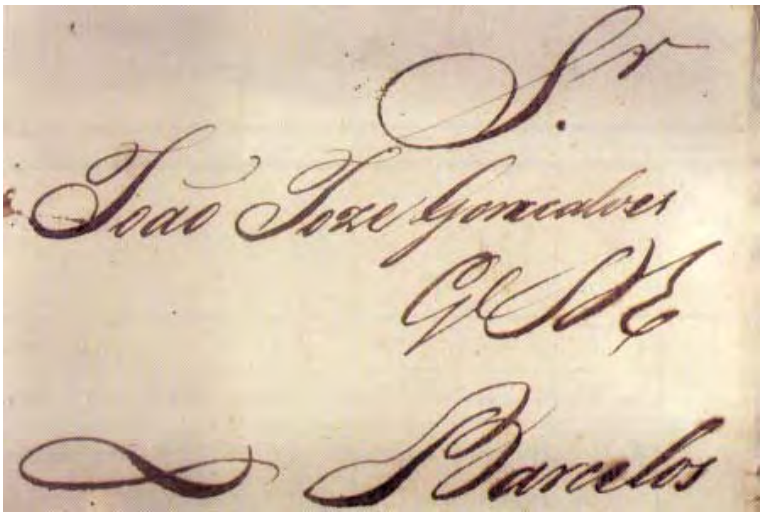


Fig. 7
Correio ordinário: carta do Porto para Barcelos, datada 21 Abril de 1798.

aqui apresentada na fig. 6.

Qualquer uma das cartas apresentadas nas figs 5 e 6, assim como a da fig. 7, têm a característica comum de não terem qualquer marca de porte inscrita; isto deve-se ao facto de o porte ter sido previamente pago pelo expedidor, pelo que não havia lugar a qualquer indicação. Veremos como na época seguinte tal prática vai ser totalmente alterada.

© Edições Húmus

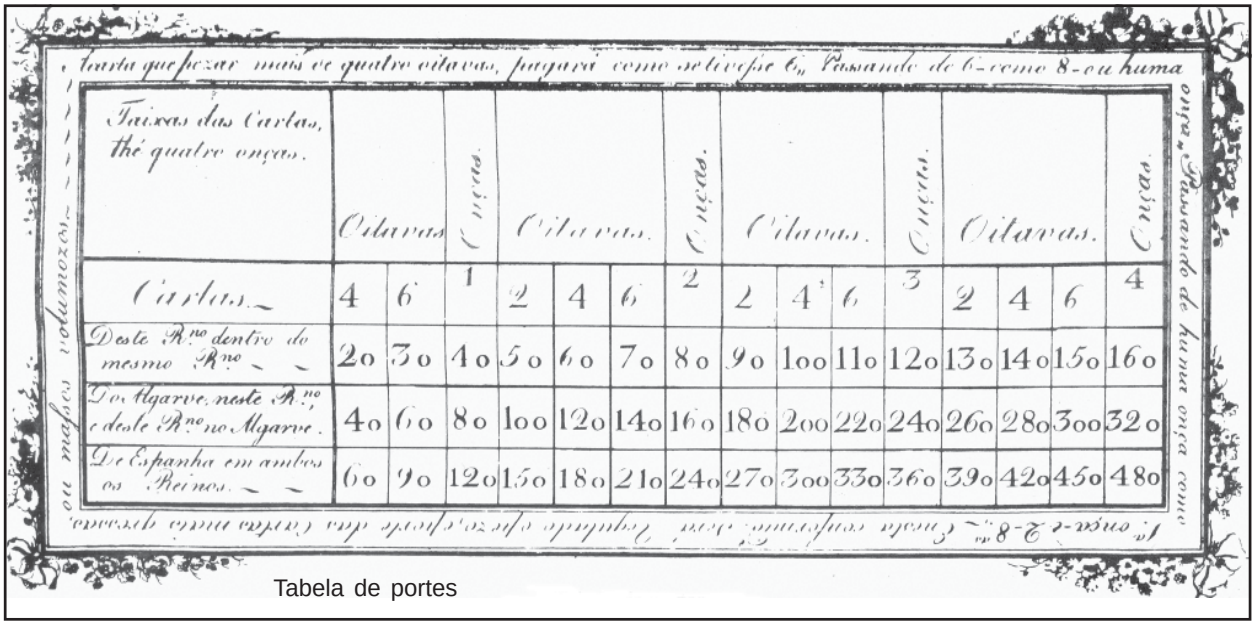
2ª Época Postal 1799-1853

Neste período que ora se inicia e que vai até 1853, teve o Porto os seguintes administradores do correio:

1799-1818	José de Sousa Melo.
1818-1821	António Xavier de Resende.
1821-1823	José Maria de Oliveira.
1823-1829	António Xavier de Resende.
1829-1832	António Joaquim Sequeira Thedim.
1832-1836	António de Azevedo Teixeira de Carvalho.
1836-1841	Manuel Joaquim Lobo.
1849	Emidio Costa Cabral (não chegou a tomar posse)
1849-1851	Francisco Caetano das Neves Castro Carvalho.
1851-1873	Manuel Joaquim Lobo.

As negociações entre os representantes da Coroa e o Correio-mor do Reino, com visto à retoma por parte da Coroa do monopólio Postal, iniciadas no ano anterior, chegaram ao termo em 1797 com a publicação das "Condições que o Correio-Mor do Reino acceitou voluntariamente para ceder o dito Officio a Sua Magestade Fidelíssima a Rainha Nossa Senhora", a 18 de Janeiro de 1797, a que seguiu pouco depois o Alvara de 16 de Março de 1797 da extinção do Ofício de Correio-Mor, e onde se ordena ao secretário de Estado da repartição dos Negócios Estrangeiros, nomeado Administrador das Postas, Correios e diligências de Terra e Mar, que "siga por ora os regulamentos actuais", até que se publiquem os novos. Estes só viriam a aparecer a 1 de Abril de 1799 com a publicação dos 18 artigos que constituem o "Regulamento Provisional para o novo establecimento do Correio" sendo esta a data que marca o início da 2ª época Postal, pois que, em relação ao período antecedente, várias alterações de vulto tiveram lugar. Destas, a mais importante tem a ver com as cartas expedidas dentro do Reino, na tarifação das cartas dobradas, em função do peso, conforme está patente na tabela seguinte,

© Edições Húmus



Taixas das Cartas, thé quatro onças.	Oitavas		Onças.	Oitavas.			Onças.	Oitavas.			Onças.	Oitavas.			Onças.
Cartas.	4	6	1	2	4	6	2	2	4	6	3	2	4	6	4
Deste R.no dentro do mesmo R.no	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120	130	140	150	160
Do Algarve, neste R.no, e deste R.no no Algarve.	40	60	80	100	120	140	160	180	200	220	240	260	280	300	320
De Espanha em ambos os Reinos.	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360	390	420	450	480

Tabela de portes

tiraria do Regulamento, “mantendo-se por ora inalteradas as taxas das cartas conduzidas pelo Extraordinario do Porto, e pelas Diligencias, assim como as Estrangeiras e as do Ultramar”. Os objectos seguros também vêem as suas taxas inalteradas. A estas directivas gerais, seguiram-se umas “Instruções praticas para os correios assistentes”, em 38 artigos e datadas de 6 de Junho de 1799, onde no artigo IV se lê: “No Porto, e em alguma outra cidade, em que verifica grande afluência de cartas, serão tratadas no edifício do Correio em casas separadas as cartas e os seguros, a fim de que estes dois objectos se pratiquem sem confusão, nem retardamento”. Da afluência de cartas e da importância do correio do Porto não restam dúvidas, pois dois dias mais tarde é enviada uma “instrução privativa para o serviço do correio do Porto”, da qual o artigo 1° merece ser transcrito na íntegra.

> “José de Souza Mello por ser dos administradores do Porto o único que se acha legitimamente nomeado em virtude do Alvara de 16 de Março de 1797, também por ter sido instruído em o Correio Geral na pratica e laboração deste objecto público será considerado chefe daquella repartição, responsável e subalterno ao correio geral na conformidade do regulamento do 1° de Abril do presente ano e das instruções praticas de 6 do corrente”.

Nos correios do Porto e Lisboa, assim como em todos os

© Edições Húmus

119 correios criados, começou a utilizar-se um novo método na marcação das cartas. Assim:

a) era necessário inscrever o porte a pagar na carta.

b) conjuntamente com o porte, era também indicado na carta o nome da estação expedidora, elemento identificador da origem da mesma.

Esta dupla marcação, só se tornou obrigatória a partir de 1 de Agosto de 1799, por aviso de 16 de Junho.

E é justamente deste 1° dia de aplicação dos novos regulamentos que se conhece uma única carta, oportunamente expedida do Porto (fig. 8).

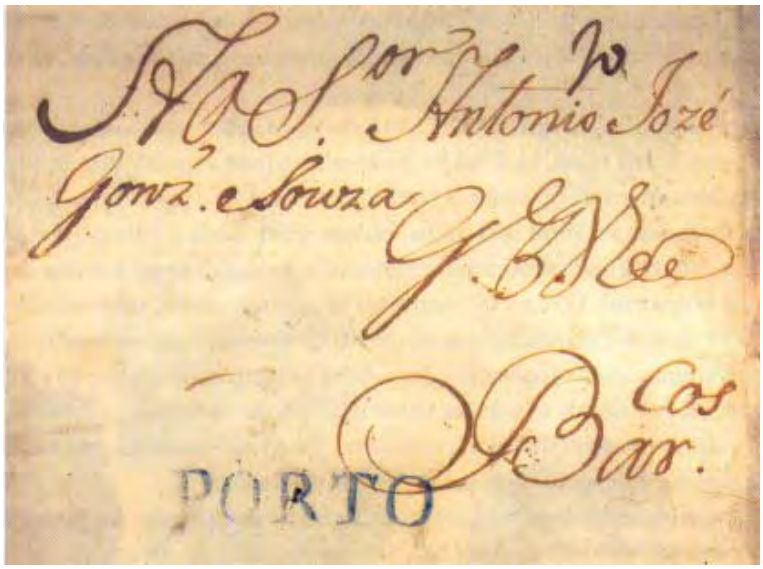


Fig. 8
Porto 1 de Agosto de 1799, no 1º dia da aplicação do Regulamento de 16 de Junho de 1799

Fig. 9
Marca do "Correio Extraordinário do Porto", aplicada no Porto a 18 de Janeiro de 1800, em carta para Lisboa e com o porte de 60 réis de uma carta singela

Para além do correio ordinário, podiam os utilizadores dos serviços postais continuar a utilizar o extraordinário, embora tivessem de pagar 60 réis por uma carta singela, taxa tripla da do ordinário (fig. 9).

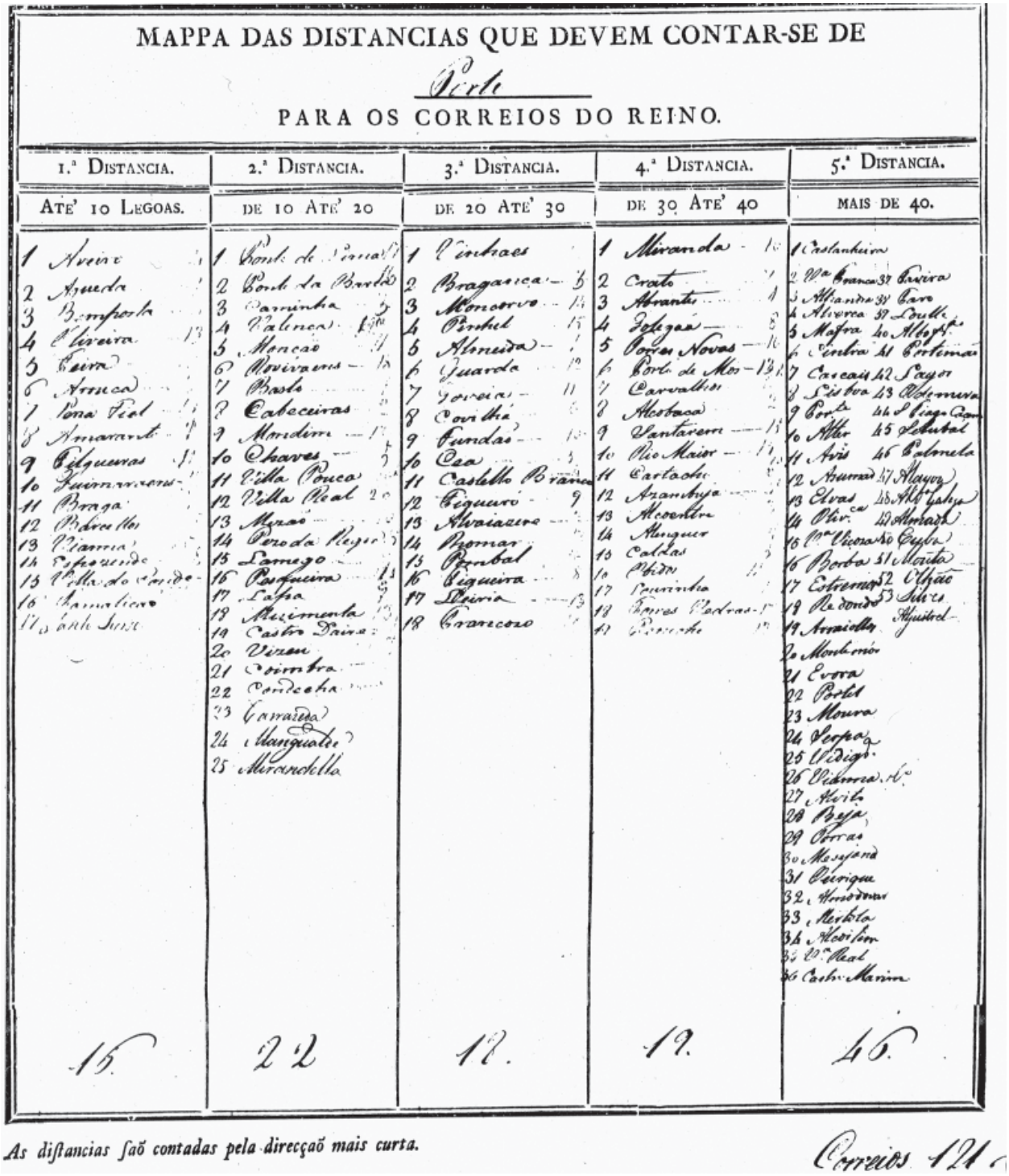
O correio do Porto, tal como o de Lisboa, e ao contrário de todos os outros, estava em administração directa do correio geral: a razão para tal facto deve-se ao já conhecido e presumível rendimento do mesmo, tal como vem explicado num relatório do Sub-Inspector Geral, datado de 30/11/1799, e onde é dito: “O rendimento do cor? do Porto até 19 de Julho, data a partir da qual entrou em administração, está comprehendido na primeira parte do mappa em a classe das contribuições dos cor? assistentes.

O correo do Porto pagava á caixa do Cor? geral 3:246$840 Rs em cada ano, e fazendo a administração por conta da Real Fazenda rendeo em dois mezes e onze dias 1:962$799 Rs. como se manifesta da prima parte do mappa donde se demonstra que ao fim do ano virá render o mesmo correio mais 9:000$000".

O grande rendimento do correio do Porto já se vinha fazendo sentir desde o último quartel do século XVIII e está directamente ligado ao momento de grande dinamismo económico e demográfico que a cidade atravessava. E se o grande aumento demográfico, que se deu entre 1732 e 1787, tem a sua origem extramuros, tal tendência mantém-se ao longo da primeira metade do séc. XIX, quando a população total atinge 70.000 almas. A este movimento está ligada a renovação da zona intramuros, que obrigou uma parte da população a deslocar-se para extramuros, e que foi acompanhada pela abertura de novas ruas, pretendendo não só definir as grandes linhas de expansão da cidade extramuros, mas ainda facilitar as principais ligações entre a cidade e o seu hinterland. E todas estas obras serão possíveis graças à capacidade financeira da Junta das Obras Públicas, cujos rendimentos vinham do comércio do vinho.

A tabela de portes atrás apresentada somente vigorou até 14 de Março de 1801, data em que se promulgaram 17 artigos, que se mandaram adicionar ao Regulamento de Abril de 1799; destes, o mais importante foi o n° IV, determinando que a taxa das cartas passasse a ser “deduzida das distâncias, por ser este o sistema adoptado em todas as outras nações civilizadas, e que melhor se combina com a Justiça; pois que na razão das mesmas distancias se augmenta a despeza dos Correios”.

© Edições Húmus



MAPPA DAS DISTANCIAS QUE DEVEM CONTAR-SE DE

Porto

PARA OS CORREIOS DO REINO.

1.ª Distancia.	2.ª Distancia.	3.ª Distancia.	4.ª Distancia.	5.ª Distancia.
Até 10 Legoas.	de 10 Até 20	de 20 Até 30	de 30 Até 40	mais de 40.
1 Aveiro	1 Ponte de Lima	1 Cintras	1 Miranda	1 Castanheira
2 Agueda	2 Ponte da Barca	2 Bragança	2 Crato	2 Vila Franca
3 Bemposta	3 Caminha	3 Moncorvo	3 Abrantes	3 Alfandega
4 Oliveira	4 Valença	4 Penhel	4 Tolegaes	4 Alverca
5 Feira	5 Monção	5 Almeida	5 Porres Novas	5 Mafra
6 Arouca	6 Monzarros	6 Guarda	6 Porto de Mos	6 Cintra
7 Pona Fiel	7 Basto	7 Covilhã	7 Carvalhos	7 Cascais
8 Amarante	8 Cabeceiras	8 Covilha	8 Alcobaça	8 Lisboa
9 Pelgueiras	9 Mondim	9 Fundão	9 Santarem	9 Porto
10 Guimarães	10 Chaves	10 Cea	10 Rio Maior	10 Aller
11 Braga	11 Villa Pouca	11 Castello Branco	11 Cartaxo	11 Avis
12 Barcellos	12 Villa Real	12 Pegueiro	12 Azambuja	12 Aramil
13 Viana	13 Mirão	13 Alvaiazere	13 Alcoentre	13 Elvas
14 Esposende	14 Peroda Regua	14 Pombar	14 Alenquer	14 Olivença
15 Villa do Conde	15 Lamego	15 Pombal	15 Caldas	15 Vila Viçosa
16 Barcellos	16 Pesqueira	16 Pigueira	16 Obidos	16 Borba
17	17 Lapa	17 Leiria	17 Pouriuha	17 Estremoz
	18 Mezimenta	18 Crancono	18 Pontes Pedras	18 Redondo
	19 Castro Daire		19 Peniche	19 Arraiolla
	20 Viseu			20 Montemor
	21 Coimbra			21 Evora
	22 Condeixa			22 Portel
	23 Tavarede			23 Moura
	24 Manqualde			24 Serpa
	25 Mirandella			25 Vidigueira
				26 Vidigueira v.º
				27 Aveiro
				28 Beja
				29 Ourique
				30 Messejana
				31 Ourique
				32 Aljustrel
				33 Mertola
				34 Alcoitim
				35 V.ª Real
				36 Castro Marim
15	22	17	19	46

As distancias saõ contadas pela direcçaõ mais curta.

Correios 121

Fig. 10
Mapa das Distâncias, extraído da página 95 do Livro do Mappa das Diatâncias. Os números em baixo de cada coluna correspondem ao número total de Correios situados dentro da mesma Distância; verifica-se que na 1ª, 2ª e 5ª colunas, se foram inscrevendo novos correios, criados em data poosterior a Março de 1801.

Distância (léguas) / Peso (onças)	2/8	4/8	6/8	1	2/8	4/8	6/8	2
1º - Até 10	20	30	40	50	70	80	90	100
2º - De 10 a 20 léguas	25	40	50	60	85	100	110	120
3º - De 20 a 30 léguas	30	50	60	70	100	120	130	140
4º - De 30 a 40 léguas	35	60	70	80	115	140	150	160
5º - Mais de 40 léguas	40	70	80	90	130	160	170	180

Junto a estes artigos, com a tabela acima designada, foi enviado ao correio do Porto o Mappa ilustrado (Fig.10).

José de Sousa Mello, cavaleiro-fidalgo da casa Real, foi tesoureiro Geral do consulado da Alfândega do Porto, assim como vice-provedor e deputado da Companhia Geral d'Administração d'Agricultura dos vinhos do Alto Douro, e tinha a sua morada na Rua Nova do Almada: era seguramente homem abastado, pois logo que foi nomeado para Administrador do Correio fez construir para estes serviços uma casa à sua custa, com todas as proporções e arranjos próprios, e em sítio acomodado ao comércio, com que o público ficou satisfeito, e onde, a partir de 1803, ficou instalado o correio do Porto. Situava-se aos Clérigos, com frente para a rua denominada do Correio, actual Rua do Conde de Vizela. E o mais curioso é que nos primeiros 3 anos das suas funções não recebeu vencimento algum, o que só veio a acontecer a partir de 1801, pois que assim o diz o despacho seguinte:

> Para José Diogo Mascaranhas Neto. - "O Principe Regente N. Sr. atendendo ao bom Serviço de José de Souza e Mello, Adeministrador do Correio do Porto, e a ter exercido este lugar desde a nova Adeministração sem perceber cousa alguma, devendo-se a sua actevidade, e entelegencia, o consideravel rendimento para a Real Fazenda que tem produzido a mesma Adeministração do Correio do Porto. Heservido ordenar que Vmce. o mande meter em Folha com o ordenado de um Conto de Reis annual que teve principio no primeiro do corrente. O que partecipo a Vmce para que assim o faça executar. Deos Guarde a Vmce. Paço de Queluz 6 de Março de 1801 - Luis Pinto de Sousa".

© Edições Húmus

É de salientar neste texto “o considerável rendimento para a real fazenda que tem produzido a mesma Administração do Correio do Porto”.

Assim foi de facto, pois para os primeiros 3 anos da sua administração deram entrada nos cofres do real Erario os seguintes montantes:

1799	7.787$560 (de 19/7 a 31/12)
1800	15.187$070
1801	14.301$478

Se fizermos uma subdivisão destas verbas pelas diferentes classes de correspondência e ao longo destes primeiros 3 anos de actividade, ficamos com uma visão mais clara da importância do correio do Porto:

Região	1799	1800	1801
C Reino	4.484$722 (112)*	9.401$600 (235)	13.090$043 (328)
C Ultramar	1.061$204 (9)	1.140$236 (10)	1.457$048 (12)
Estrangeiras	2.473$860 (25)	5.675$720 (57)	5.047$340 (50)
Extraordinário	2.654$985 (45)	6.809$992 (150)	2.192$312 (37)

* os números entre parênteses correspondem a uma estimativa do número de cartas, expresso em milhares.

Na carta da figura seguinte (Fig. 11), é apresentada a primeira marca solidária do correio do Porto.

Fig. 11
Porto, 8 de Maio de 1800.

Este grande volume de correspondência (uma estimativa dá um número de cartas recebidas superior a 1000 por dia; e se a este número juntarmos outras tantas expedidas, assim como todas as do Real Serviço, facilmente se aperceberá do enorme movimento do correio do Porto) e o seu progressivo aumento ao longo dos anos exigiu um quadro de pessoal, de que conhecemos a constituição em 1809:

1 Administador
1 fiel do Seguro com dóis escriturários
2 fiéis das cartas do Reino
1 fiel das cartas do Norte e do Ultramar
6 escriturários para os 3 acima
1 servente.

Fig. 12
Verso de carta enviada para o Porto, e onde se vê inscrito o número da Lista, a que esta carta corresponde.

Parece ser este o momento oportuno para esclarecer o leitor do modo como era feita a distribuição das cartas ao público uma vez chegadas ao Correio as malas, e após se ter procedido à conferência das mesmas e do seu conteúdo. Tal vem esclarecido no artigo VIII das Instruções práticas: “Logo que chegarem as malas... devem os funcionários do Correio formar pela ordem alfabética, em boa letra, e sem repetidos breves, a lista das cartas para ser exposta ao público, e por ela saber cada hum as cartas que lhe pertencem, para as haver na casa própria”; e, nos correios de grande afluência de cartas, eram as cartas numeradas com o mesmo número de ordem que consta da lista, para que cada um as pudesse pedir pelo número, em geral inscrito no verso da carta.

No entanto, a maioria das cartas que conhecemos desta época, e que são destinadas a casas comerciais, não têm número algum, pois eram separadas pela fiel, “eram apartadas”, a troco de uma gratificação para o funcionário do correio.

Não foi pacífica a administração de José de Mello no seu relacionamento com o público, ou, melhor dizendo, com alguns elementos influentes da burguesia da cidade: logo em 1801, e a pretexto da suspensão temporária do serviço de remessas de dinheiro pelo Seguro, motivada pelos roubos de que eram vítimas os estafetas, propõe o comerciante Teodoro Allen, em carta dirigida ao Rei, tomar a seu cuidado o contrato do Correio do Porto. E curiosamente termina a missiva dizendo: “E como deste modo fica a Real Fazenda com rendimento certo sem arriscar coisa alguma nem sofrer despesas de ordenados (?) e de novos edifícios tão dispendiosos como o actual administrador destina fazer em

© Edições Húmus

sítio menos cómodo que aquele em que o correio se acha estabelecido no centro da Rua do Almada com serventias francas e povoadas aonde a qualquer hora da noite se pode ir sem risco...". Não conhecemos o teor da resposta à proposta do Sr. Allen, mas sabemos que não foi aceite, pois que José de Mello se manteve em funções até 1818.

É destes primeiros anos da administração de José de Mello a carta da fig. 13, datada de 27/04/1806, e que apresenta a particularidade de ter a marca nominativa batida a tinta verde, quando a cor preta estava em uso antes desta data e imediatamente a seguir. O que poderá ter motivado tal "anomalia"?

É sabido que, com a data de 8 de Abril de 1805, foi publicado o "Regimento Geral para o Correio", com 36 artigos que no essencial não se diferenciam muito do regulamento provisional anterior, com a excepção do artigo XXV, que diz:

> "Todas as cartas que se remeterem deste Reino para Hespanha, e para os outros estados do continente ou para Inglaterra, pagarão no correio Geral metade das taxas determinadas nos artigos XXIII e XXIV Esta determinação terá lugar quatro meses depois da data deste Regimento",

querendo isto significar que as cartas até então expedidas livres de porte para o estrangeiro passavam, a partir de 8 de Agosto de 1805, a estar sujeitas ao pagamento antecipado do porte territorial português, tendo de ser marcadas em conformidade. É esse o motivo do aparecimento da marca Lisboa a vermelho, que se vê na carta, assim como

Fig. 13
Carta franqueada em 160 réis, destinada a Bordeaux, em aplicação do Regulamento de 8 d Abril de 1805; expedida do Porto a 27 de Abril de 1806, transitou em Lisboa, tendo o destinatário que pagar 8 décimes para a receber.

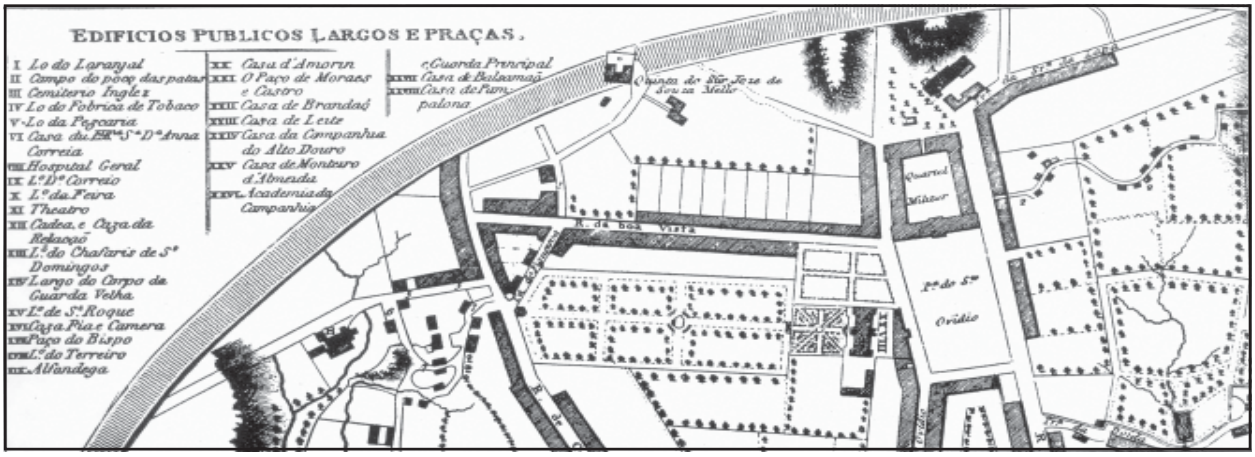


Fig. 14
Detalhe ampliado do mapa de Balck, localizando a Quinta das Águas Férreas, propriedade de José de Sousa Mello.

da marca a verde do Porto, acompanhada da inscrição "pagou 160"; ambas as marcas deixaram de ser utilizadas nestas cores especiais a 14 de julho de 1806, quando, por decreto, foi revogado o citado art. XXV.

Apesar de, por ocasião das invasões, ter prestado relevantes serviços ao País, fornecendo alojamento às tropas anglo-portuguesas, mantimentos e avultados donativos em dinheiro, José de Mello enfrentou graves problemas em 1809, após a saída dos franceses do Porto, quando foi acusado de afecto à causa francesa, tendo a sua casa das Aguas Férreas sido assaltada, roubado e estragado o seu recheio, e só tendo escapado com vida por ter fugido a tempo, de pouco lhe tendo servido a ordem do Governo, de 20 de Maio de 1809:

> "O Principe Regente Nosso Senhor foi servido ordenar que se declarasse aos Magistradores que os malévolos que se venderam aos Francezes e com eles maquinarão a subversão da Monarchia, não se devem confundir com aqueles que por temor e por julgarem o mal irremediavel se unirão ao Governo Francez. O que participo a V Se par que o faça presente na Casa da Suplicação e o comunique aos magistrados da sua jurisdição".

Ainda em 1810, cedeu a sua casa ao General Trant, encarregado do partido das armas do governo do Porto, o mesmo a quem foi dedicada a gravura que se reproduz na fig. 14, tendo J. Mello ido habitar a casa do Pateo do Correio. E se olharmos com cuidado para a referida gravura, por certo não escaparão ao leitor os dois pormenores seguintes:

1) Sob o N° IX, vem indicado Largo do Correio, no local

 © Edições Húmus

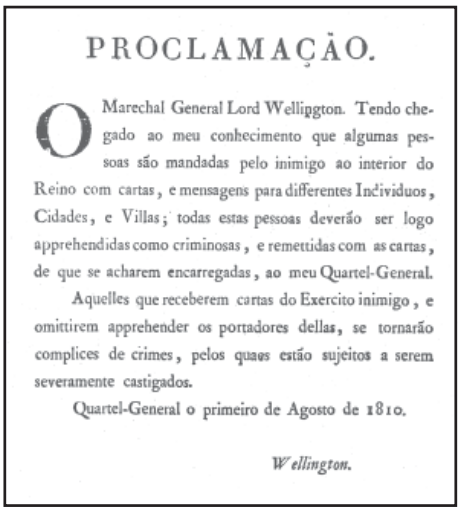
onde J. Mello fez construir a casa do Correio.

2) No rebordo circular da gravura, aparece-nos uma descontinuidade, para ser localizada a “Quinta do Sr. José de Sousa Mello”.

Que melhor homenagem se poderia prestar a um homem acusado de afecto à causa Francexa, numa gravura dedicada ao General Inglês encarregado do Governo das Armas do Porto?

Está fora de âmbito deste trabalho descrever as vicissitudes e sacrifícios a que a população do Porto foi submetida durante os anos de 1807 a 1810, excepto quando os mesmo têm relação directa com a história postal da Cidade. Cremos, no entanto, oportuno e útil alinhar algumas datas, que irão ajudar à compreensão do que se segue:

27-11-1807 Partida da família Real para o Brasil. 30-11-1807 Junot entra em Lisboa.
1807 Ocupação do Porto pelas tropas Espanholas e Francesas do Gen. Taranco, num total de 14.000 homens, que foi preciso alojar e a quem teve de se fornecer mantimentos.
1807 No seguimento da proclamação do Principe Regente, o Bispo do Porto, nas suas homílias, exorta a população a “receber os franceses como amigos”.
20-06-1808 O governador do Castelo da Foz consente que o brigue Inglês “Calipso” entre na barra, desrespeitando assim o bloqueio.
18-06-1808 Início, na cidade do Porto, do Movimento da Restauração, e que em breve se estenderia a todo o País.
15-09-1808 Restauração da Regência com a ocupação de Lisboa.
-10-1808 Embarque das tropas francesas em Massarelos. 27-03-1809 Chegada do Marechal Soult às portas da cidade.
29-03-1809 Entrada dos franceses no Porto e desastre da Ponte das Barcas.
11-05-1809 Fuga de Soult da cidade e chegada das tropas britânicas comandadas por Wellesley, tendo o general Trant sido encarregue de restabelecer a ordem e o trabalho.
01-06-1810 Proclamação dos Governadores do Reino, anunciando a próxima chegada dos Franceses.
01-08-1810 Proclamação de Wellington sobre a distribuição de cartas de e ao inimigo.



PROCLAMAÇÃO.

O Marechal General Lord Wellipgton. Tendo chegado ao meu conhecimento que algumas pessoas são mandadas pelo inimigo ao interior do Reino com cartas, e mensagens para differentes Individuos, Cidades, e Villas; todas estas pessoas deverão ser logo apprehendidas como criminosas, e remettidas com as cartas, de que se acharem encarregadas, ao meu Quartel-General.

Aquelles que receberem cartas do Exercito inimigo, e omittirem apprehender os portadores dellas, se tornarão complices de crimes, pelos quaes estão sujeitos a serem severamente castigados.

Quartel-General o primeiro de Agosto de 1810.

Wellington.

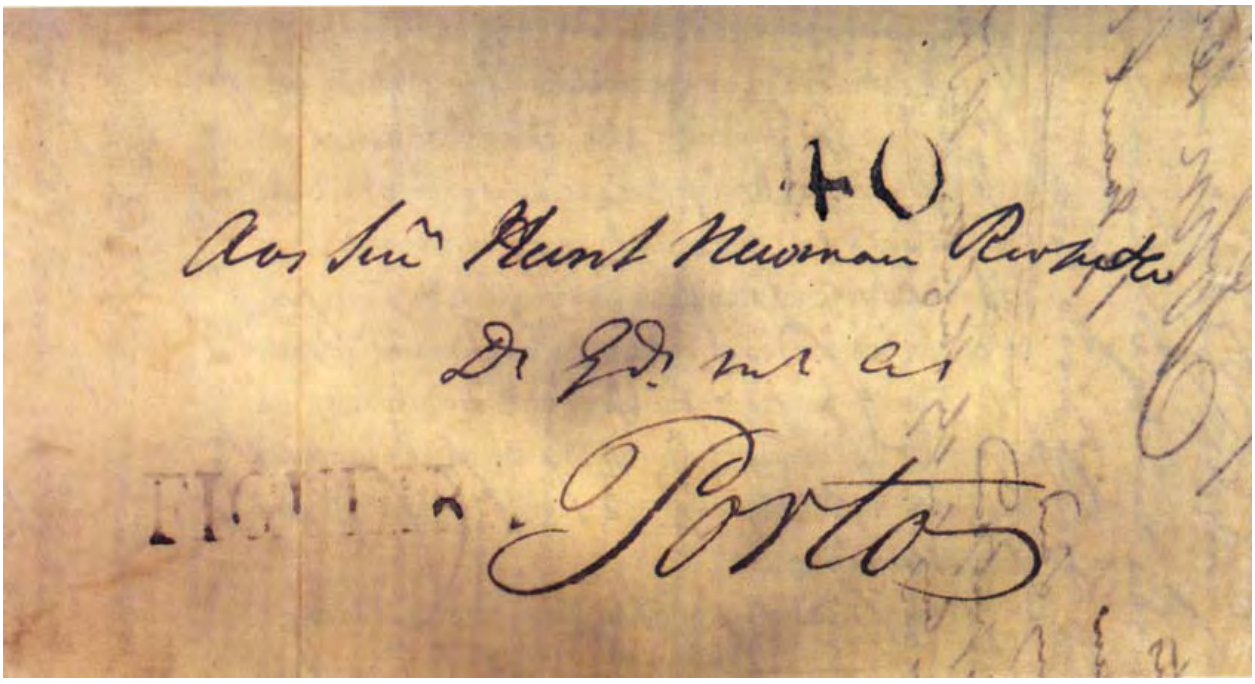
PROCLAMAÇÃO.
O Marechal General Lord Wellington. Tendo chegado ao meu conhecimento que algumas pessoas são mandadas pelo inimigo ao interior *do* Reino com cartas, e mensagens para differentes Individuos, Cidades, e Villas; todas estas pessoas deverão ser logo apprehendidas como criminosas, e remettidas com as cartas, de que se acharem encarregadas, ao meu Quartel-General. Aquelles que receberem cartas do Exercito inimigo, e omittirem apprehender os portadores delias, se tornarão complices de coimes, pelos quaes estão sujeitos a serem severamente castigados.
Quartel-General o primeiro de Agosto de 1810
Wellington.

15-08-1810 Início da 3ª invasão com a tomada de Almeida. 26-09-1810 Batalha do Bussaco.
Nov. 1810 a Fev. 1811 os dois exércitos tomam posição, mas sem querer livrar batalha. A comunicação entre Lisboa e o Porto por terra está interrompida.
- 03-1811 Início da retirada de Massena.

Durante o período da 1ª invasão, foram mantidos pelo ocupante os serviços administrativos com os mesmos quadros que tinham anteriormente: a administração postal não escapou a esta regra, e somente na chefia, em Lisboa, foi o Director do Correio Geral, José Barreto Gomes, substituído por Mr Savin, com o título de Inspecteur du Courier Général, e que esteve em funções até 15 de Setembro.

Enquanto as tropas francesas estiveram em Portugal ocupando parte do território nacional, surgiram dificuldades várias no transporte das malas entre Lisboa e o Porto, pelo que houve que recorrer a todos os meios disponíveis para esse transporte, de entre os quais vimos referido: navio de guerra britânico (Nov. de 1810), todas as embarcações que se desloquem entre o Porto e Lisboa (28/12/1810) e um correio expresso que seguia por um caminho junto à costa. E é relativamente a este assunto que se refere o ofício de 24/11/1810.

Fig. 15. Lisboa, 17 de Março de 1811, por barco até à Figueira da Foz, onde foi encaminhada (forwarded) e enviada pelo correio para o Porto.



© Edições Húmus

> "Causando grande prejuízo a demora da condução das mallas para o Porto, convem que V Mce. dê logo providências para que todas aquelas que se acharem retardadas no Correio Geral, sejam conduzidas por terra para a mesma cidade, pela estrada que fica junto ao mar, parecendo que sera capaz para esta diligência a mesma pessoa que últimamente tem sido encarregada da referida condução..."

Uma das cartas assim encaminhada é a que se apresenta na Fig.15.

Escrita em Lisboa a 17 de Março de 1811,foi de barco até à Figueira, onde foi lançada no correio pelos bons ofícios de um "forwarding agem", a 27 de Março, e foi recebida a 30do mesmo mês.

E se as comunicações postais no interior do País eram difíceis, que dizer das comunicações com países estrangeiros? O estado de guerra em quase toda a Europa, o bloqueio continental e as Armadas Francesa e Inglesa patrulhando nas costas atlânticas levaram a uma quase total interrupção das comunicações.

É neste contexto que algumas embarcações de comércio se aventuravam, transportando mercadorias e algum correio, como uma carta recentemente descoberta e dirigida a uma firma do Porto, enviada em mão do comandante do "Hero", e que tem no verso a inscrição seguinte:

> "Should the French be in possession of Oporto, Capt. Franpton will please to return this letter to S & J Clark".

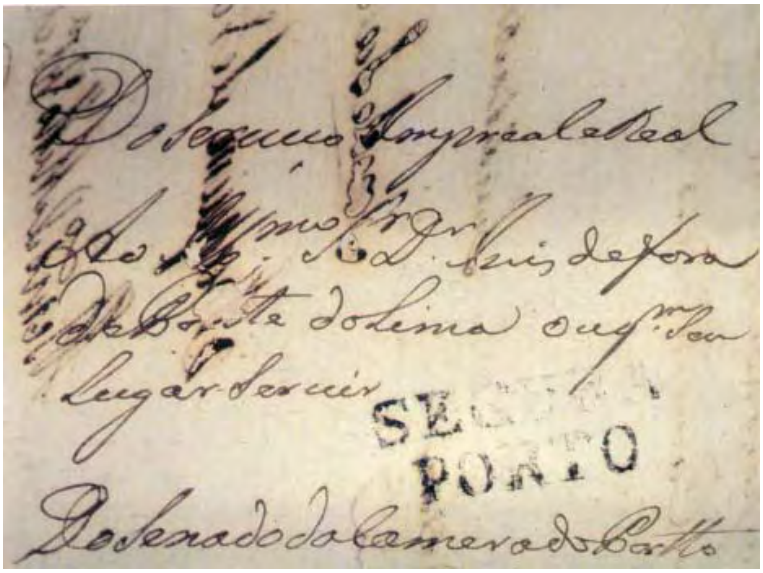


Fig. 16
Carta do Serviço Imperial e Real - do período do correio sob administração Francesa - e escrita do Porto a 14 de Fevereiro de 1808.

Durante este período conturbado, foi escassa a comunicação postal privada ou oficial. É desta última que mostramos uma carta na fig. 16[6].

É curioso notar que tem manuscrito no verso: “em 14 de fevereiro de 1808.Lobo” Esta assinatura é a do oficial do seguro António Teixeira Guimarães Lobo, nomeado para o lugar em 1805,ainda em funções em 1813,conforme consta de um relatório da administração.

Também no ano de 1813 se gerou alguma polémica, a ponto de ser apresentada ao ministro uma reclamação escrita, por o adminstrador do Correio não ter atempadamente mandado buscar a mala que chegava do Brasil a bordo do navio”Desejada Paz”, pairando fora da barra durante 5 dias, e que entretanto foi apresado por um corsário francês “com grande dano para o comércio”, sendo José de Mello responsabilizado pelo sucedido. Na sua resposta, aponta claramente para a má vontade dos comerciantes queixosos, assim como para a conivência destes com o pessoal da catraia que vai levar o piloto a bordo dos navios, em introduzir fraudulentamente cartas em terra, pois que sem a colaboração destes tal prática não seria possível.

Faz ainda o seguinte comentário e recomendação: “Sempre tive em vista o querer evitar este roubo porem por mais modos que tenha procurado para o evitar inda não pude conseguir; e ultimamente me lembrou recomendar ao Juiz do Couto de S. João da Foz que visse se podia acautelar este furto fazendo examinar a Catraia na chegada a terra, e fazendo vir todas as cartas que nella achase para esta Administração do Correio”.

Este episódio curioso pede um esclarecimento quanto ao modo como era feito o transporte de cartas do Ultramar para o Reino; em primeiro lugar, o seu transporte era feito quase exclusivamente por embarcações portuguesas, pois às estrangeiras estavam vedados a maioria dos portos ultramarinos, e especialmente os do Brasil.

De entre estas, desempenharam um papel essencial os “Correios Marítimos”, criados em 1798 com o fim específico do transporte de malas do Correio[7], assim como todos os navios mercantes que dos portos do ultramar demandassem os portos Portugueses; destes portos, o de Lisboa foi em geral o escolhido, pelo que o grande volume de correspondência ultramarina dirigida ao Porto é, no primeiro decénio do séc. XIX, sempre enviado “POR LISBOA” (Fig.17).

[6] Luís Guilherme Machado, “Marcas Postais de Época dos Correios-Mor”, Boletim CFP nº 372 Junho 1996

[7] Luís Frazão, “1798-1998 - 200 Anos do Alvará dos Correios Marítimos e de Criação dos Correios do Ultramar Português”, *Boletim nº 1 Portugal 98.*

© Edições Húmus

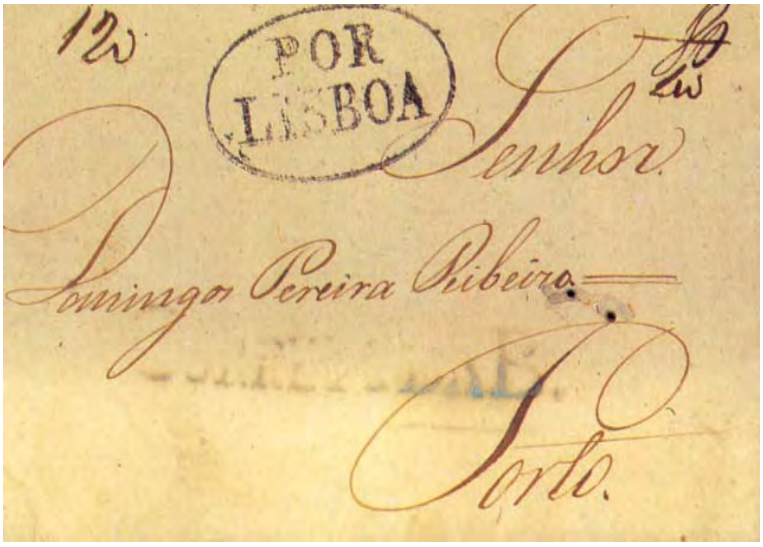


Fig. 17
Carta da Bahía datada 20/2/1819 e deswtinada ao Porto: transitou "Por Lisboa", tendo-lhe sido adicionado 40 réis ao porte transatlântico de 80 réis, para o trajecto territorial.

Esta situação foi-se alterando e, em 1813, já o volume de cartas ultramarinas recebidas no Porto tinha valores equivalentes às "remetidas de Lisboa", com um anual de 923$506 reis, contra 936$480 das cartas "de navios entrados no Porto". Estes valores têm crescimento significativo nos anos seguintes, conforme o mostram as contas correntes da Administração do Porto com a Administração das Cartas do Ultramar.

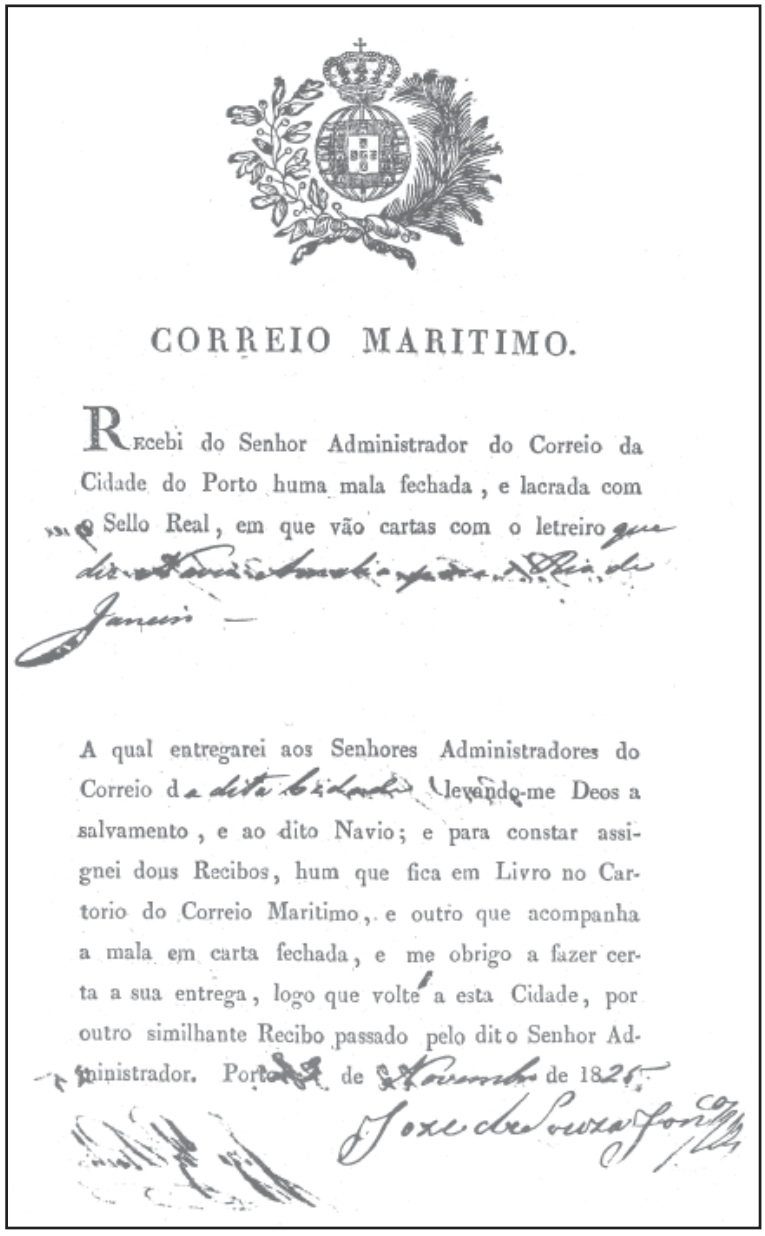
À partida dos portos ultramarinos, deviam os comandantes das embarcações comunicar atempadamente a sua partida a fim de serem preparadas as malas do correio que eram obrigados a transportar, incorrendo em penas severas quem não cumprisse com esta determinação. As cartas assim

Fig. 18
Marca do Correio Marítimo do Porto, numa das primeiras cartas conhecidas com esta marca, datada da Bahía, 25 Jun. 1812

remetidas, nas malas ou nos sacos de vias, já vinham marcadas e taxadas pela estação expedidora e acompanhadas por uma guia e eram obviamente entregues ao correio do porto de chegada.

Quanto às cartas avulsas, isto é, aquelas entregues directamente aos tripulantes e passageiros, fácil e tentador seria fazer a sua entrega aos destinatários a troco de alguma gratificação sempre bem-vinda.

Estas cartas avulsas deveriam à chegada ser marcadas,



CORREIO MARITIMO.

Recebi do Senhor Administrador do Correio da Cidade do Porto huma mala fechada, e lacrada com o Sello Real, em que vão cartas com o letreiro que diz [illegible] Rio de Janeiro —

A qual entregarei aos Senhores Administradores do Correio da dita Cidade levando-me Deos a salvamento, e ao dito Navio; e para constar assignei dous Recibos, hum que fica em Livro no Cartorio do Correio Maritimo, e outro que acompanha a mala em carta fechada, e me obrigo a fazer certa a sua entrega, logo que volte a esta Cidade, por outro similhante Recibo passado pelo dito Senhor Administrador. Porto [illegible] de Novembro de 1825.

José de Souza Fonseca

© Edições Húmus

pesadas, e taxadas, como a que se mostra na fig.18. É ainda de realçar a coincidência temporal do aparecimento da marca do Cor' Marítimo da figura com o episódio atrás referido, assim como das medidas cautelares que José Mello terá posto em prática.

O movimento na barra do Douro sempre foi muito importante, a ajuizar pelo número de embarcações entradas e saídas; mas melhor do que quaisquer palavras, um exemplar da "FOLHA MERCANTIL" ilustra este ponto. É perfeitamente impensável que este tráfego não tivesse a sua componente postal, como se queixava José de Mello.

Não terão sido muitos os casos em que os esforços do Administrador tenham sido bem sucedidos; conhecemos um, em cartas originárias da Terra Nova e chegadas ao Porto a 14 de Novembro de 1813.

Estas cartas de que a Fig.19 ilustra uma, apresentam vários motivos de interesse, que uma análise mais profunda nos revela:

a) Embora transportadas em mão, foram taxadas com portes de 350, 490 e 700 réis, respectivamente.

b) Foram submetidas a desinfecção, com aplicação de cortes e imersão em vinagre

Em relação com os portes utilizados, verifica-se ter sido aplicada a tabela dos paquetes de Inglaterra, muito embora de tal não se tratasse, e pela provável razão de se não dispor de qualquer outra tabela com que taxar estas cartas chegadas por via marítima sem ser por embarcação Portuguesa. A desinfecção realizada nestas cartas chegadas ao Porto pela barra do Douro constitui o primeiro exemplo co-

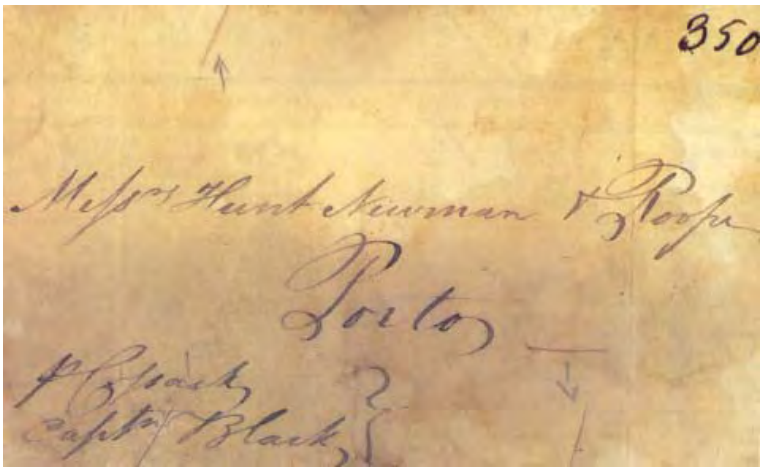


Fig. 19

NRO 47.) (ANNO DE 1825.

PERIODICO MERCANTIL da Cidade do Porto.

COM PERMISSÃO DE SUA MAGEST.

SABBADO 11 DE JUNHO.

EMBARCAÇÕES QUE ENTRARÃO, E SAHIRÃO PELA BARRA DESTA CIDADE.

ENTRARÃO.

7 EMULATION (*Berg. Ing.* 136 Ton.) Capitão *John Critchell*, de *Lisboa*, 11 dias, com Bacalhão a *Morrogh, Walsh, Jones, & Folliffe.*

BRIGHTON (*Berg. Ing.* 120 Ton.) Capitão *Williams Thompson*, de *Newcastle*, 15 dias, com Carvão, e Garrafas a *Geo: Sandeman, & Comp.*

SIRIUS (*Berg. Hanover.* 160 Ton.) Capitão *John Meyer*, de *Pernão*, 29 dias, com Linho a *João de Sousa Carneiro.*

TEIMOSO (*Hiate Portug.* 12 Ton.) Mestre *José Maria Pereira*, de *Setuval*, 10 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

SENHORA DO ROSARIO (*Hiate. Portug.* 15 Ton.) Mestre *José Bernardo*, da *Figueira*, 13 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

FLOR DO MAR (*Hiate Portug.* 56 Ton.) Mestre *João Fernandes Loureiro*, da *Figueira*, 8 dias, com Pedra de Cal a *João Martins Laginhas.*

DOUS AMIGOS (*Hiate Portug.* 30 Ton.) Mestre *Joaquim Francisco Simões*, de *Setuval*, 14 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

8 S. JOSE' (*Berg. Sardo* 130 Ton.) Capitão *Sebastião Rebello*, de *Genova* por *Peniche*, 57 dias, com Papel, e Feijão a *João Antonio Gomes de Castro, & Filhos.*

BOM FIM (*Hiate Portug.* 12 Ton.) Mestre *Manoel Joaquim Albaniense de Carvalho*, de *Viana*, 1 dia, com Milho ao *mesmo Mestre.*

SENHORA DA SOLEDADE (*Hiate Portug.* 16 Ton.) Mestre *Gervazio Ferreira*, da *Figueira*, 7 dias, com Sal ao *mesmo Mest.*

9 HOPPET (*Galeota Sueca* 110 Ton.) Capitão *J: Romare*, de *Stockholm*, 24 dias, com Ferro, e Alcatrão a *Maya, & Comp.*

TRES AMIGOS (*Hiate Portug.* 19 Ton.) Mestre *Antonio Francisco Nunes*, de *Setuval*, 8 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

SOL DOURADO (*Hiate Portug.* 19 Ton.) Mestre *José Maria*, de *Setuval*, 8 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

MAGDALENA (*Hiate Portug.* 10 Ton.) Mestre *João José Leocadio*, de *Setuval*, 9 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

10 S. JOÃO BAPTISTA (*Hiate Portug.* 17 Ton.) Mestre *Manoel José Pereira Tharé*, de *Setuval*, 8 dias, com Sal ao *Mest.*

BOM CONCEITO (*Hiate Portug.* 10 Ton.) Mestre *Antonio Manoel Tharé*, de *Setuval*, 7 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

JOHN (*Galera Ing.* 140 Ton.) Capitão *James Kiny*, de *Terra-Nova*, 22 dias, com Bacalhão, e Azeite de Peixe a *João Hate Noble.*

SACRAMENTO (*Hiate Portug.* 28 Ton.) Mestre *José de Souza*, de *Setuval*, 7 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

BOA PAZ (*Hiate Portug.* 18 Ton.) Mestre *Antonio Joaquim dos Santos*, de *Setuval*, 7 dias, com Sal ao *mesmo Mestre.*

FORA DA BARRA.

7 ANNA ELEONORA (*Galeota Dinamarq.* 118 Ton.) Capitão *C: M: Blandow*, de *Stralsund*, 28 dias, com Trigo a *A:, & F: VanZeller. — Retirou-se.*

N. B O *Bergantim Inglez WELCOME*, *annunciado na Folha passada tambem se retirou.*

SAHIRÃO.

7 *FORTUNA* (Berg. Dinamarq.) Capitão *Richard Richelsen*, para hum dos portos do *Mideterraneo*, em Lastro.

AGONIA (Hiate Portug.) Mestre *João José Milhares*, para *Aveiro*, com Pedra de Louça.

8 *HENRIETTA* (Galera Rus.) Capitão *Jurgen J: Groot*, para *Setuval*, em Lastro.

MARIA JOSINA (Galeota Holland.) Capitão *P: J: Mantendam*, para *Amsterdam*, com Vinho, Fructa, e Cortiça.

PRINCIPE OSCAR (Berg. Sueco) Capitão *Samuel H: Trygger*, para *Setuval*, em Lastro.

WILLIAM KELSON (Berg. Ing.) Capitão *Joseph Bibbens*, para *Dublin*, com Vinho, Fructa, e Cortiça.

S. JOAQUIM VELOZ (Lancha Hespan.) Mestre *Manoel Garcia*, para o *Carril*, com Couros, e Encommendas.

10 *RINGDOVE* (Berg. Ing.) Capitão *Edward Dugdale*, para *Terra-Nova*, com Sal.

MAIDSTONE (Escuna Ing.) Capitão *John Estill*, para *Bristol*, com Vinho, e Cortiça.

HELLEN (Berg. Ing.) Capitão *John Cuminghàm*, para *Terra-Nova*, com Sal.

BELLONA (Escuna Ing.) Capitão *Moses Tyrer*, para *Bristol*, com Vinho, e Cortiça.

SENHORA DO ROZARIO (Hiate Portug.) Mestre *João José Marouco*, para *Setuval*, em Lastro.

FLOR DO MINHO (Hiate Portug.) Mestre *João Pinto do Lago*, para a *Figueira*, em Lastro.

NOVO DESTINO (Caxem. Portug.) Mestre *Bernardo Fernandes*, para *Viana*, com Arroz, e Encommendas.

S. ANTONIO DA SERRA (Hiate Portug.) Mestre *Joaquim da Costa Rana*, para *Setuval*, em Lastro.

BOA HORA (Hiate Portug.) Mestre *Antonio Lopes de Magalhaens*, para a *Figueira*, em Lastro.

KLAZINA, E DIRKIE (Galeota Holland.) Capitão *C: Sebilpersord*, para *Setuval* em Lastro.

SACRAMENTO (Hiate Portug.) Mestre *Joaquim José d'Araujo*, para *Setuval*, com Couros, e Encommendas.

BOM FIM (Hiate Portug.) Mestre *Antonio Joaquim de Souza*, para *Setuval*, em Lastro.

EMBARCAÇOENS PORTUGUEZAS QUE CHEGARÃO A SEUS DESTINOS.

A *Galera OCEANO*, Capitão *Antonio José Nogueira*, que desta sahio em 14 de Março, com generos, para *Pernambuco.*

RESUMOS DE CARGA.

A *Galera ERMELINDA*, Capitão *Antonio José Ferreira Brandão*, vinda do *Rio de Janeiro*, entrada em 6 do corrente, a *Francisco Machado Peixoto*, conduzio os generos seguintes:

145 Barricas d'Açucar.	7:194 Couros de Boy.
8 Feixos de dito.	3:062 Cilfres de dito.
4 Caras de dito.	980 Vaquetas.
1:863 Saccas d'Arrôz.	120 Conceiras.
364 Ditas de Farinha.	41 Pipas d'Agoa-ardente.
41 Ditas de Cafe.	

O *Bergantim TRIUNFANTE*, Capitão *Antonio José Ferreira*, vindo do *Rio de Janeiro*, entrado em 6 do corrente, a *Antonio Joaquim Pereira de Faria*, conduzio os generos seguintes.

32 Caixas d'Açucar.	5:484 Couros de Boy.
3 Feixos de dito.	200 Meios de Sola.
1:865 Saccas d'Arrôz.	54 Conceiras.
473 Ditas de Farinha.	4 Caixões de Doce.
1 Dita de Cafe.	1 Barrica d'Unio.

CAMBIOS.

Feitos em Junho	7	— *dito*	10
Sobre Londres	53 5/8		00

Patacа de 960 rs. do Brasil	890		900

NOTICIAS.

O *Diario Mercantil*, de Cadiz, em data de 27 de Maio, traz o artigo seguinte: — *Gibraltar* 23 *de Maio.* — Hum Guarda costa Hespanhol conduzio a Algeciras o Bergantim Mercante, chamado *FLOR DO DESPIQUE*, que reconheceo no Estreito com Bandeira do Brazil. O dito Bergantim he procedente do Porto, esteve em Gibraltar, e seguia viagem para o Pará, com diversos generos.

Segundo a Lista de *Lloyds*, a *Escuna SENHORA D'AJUDA*, Capitão *Joaquim José Bernardes*, que desta sahio para *Baltimore*, em 16 de Dezembro, foi roubada nos 27.° 30,, latitude, 21.° 45,, longitude, por huma Goleta do Brazil, *Imperatriz do Brazil*, e arribou a Santiago, em Cabo-verde, com grande perigo.

DESCONTO DO PAPEL.

	Quem vendeo.		*Quem comprou.*
Dias	7 a 10	12 1/2	12 1/2 p. c.
Ouro por oitava	1:865		1:870
Peça de 4 oitavas perfeitas	7:580		7:600

(N. B. *Cada grão de menos até 4 deminue 20 rs. no preço.*)

Onça d'Ouro Hespanhol	14:100		14:400
Pesos de Prata dito	890		900

nhecido, muito embora desde o século XVI existam registos da sua prática.

A descoberta das 3 cartas antes mencionadas levou-nos a fazer uma busca nos livros do Correio Geral, na tentativa de se encontrar algum dado que suportasse a suposição efectuada:

No livro intitulado "Contas da Repartição das cartas Estrangeiras com os Correios Assistentes" e relativo ao ano de 1813, e na rubrica das contas com o Administrador do Porto, encontram-se anotados todos os envios de cartas estrangeiras do Correios Geral para o Porto, descritos do seguinte modo:

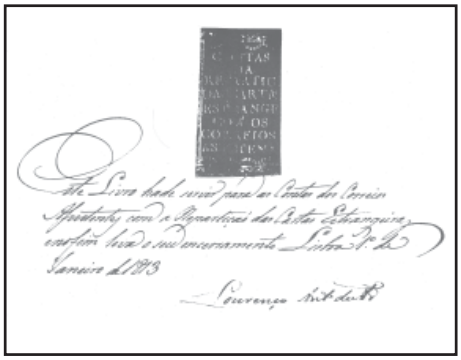
Jan 3	Por 113 cartas do Paquete	62$170
Jan 19	Por 211 cartas do Paquete	125$510
Jan 25	Por 94 cartas do Paquete	49$900 etc.

e assim sucessivamente ao longo de todo o ano.

Porém ao chegar o mês de Novembro, aparece pela Ia vez uma anotação diferente e que diz:

Por cartas estrangeiras que ali recebeo 65$630

Fig. 20



continuando depois com as entradas das cartas do paquete.

Pensamos que as 3 cartas mencionadas fazem parte desta rubrica.

É pena que não se conheçam os livros anteriores a 1813, pois gostaríamos de explicar a carta da fig. 20; expedida de New York a 16 de Julho de 1811, veio pelo "Virgínia Planter" até ao Porto, sendo o seu destino final Lisboa.

No Porto, foi lançada no correio, marcada e taxada em 80 réis para o trajecto até Lisboa. Sendo a sua origem conhecida, porque foi tratada como uma carta do Reino? Estas e outras questões são outros tantos campos abertos para o investigador de Historia Postal.

No campo das realizações postais mais importantes ocorridas durante a Administração de José de Mello, conta-se a implementação das comunicações postais regulares entre a cidade e o norte de Espanha, iniciada em Dezembro de 1810, quer para receber o importante volume de tráfico postal oriundo daquela região, quer para receber a correspondência marítima do Ultramar, de Inglaterra e mais estados do Norte, quando, nos meses de inverno, os navios e os paquetes Britânicos utilizavam a barra de Vigo ou da Corunha como ponto de escala em alternativa à barra do Porto. Recorde-se que a não exploração desta via obrigava o correio a ir até Madrid e aí apanhar a mala de Lisboa, de onde era encaminhada para Porto, com um prejuízo de tempo manifesto, como o mostram as duas cartas das figs.21 e 22.

Fig. 21
Carta de Bilbao, 13/7/1816, tendo seguido para Madrid, e daí enviada na mala de Portugal para Lisboa; marcada com a marca de entrada "Hespanha" e taxada em 90 réis e daí enviada para o Porto, onde chegou a 25/7/1816

© Edições Húmus

Fig. 22
Carta de Bilbao, 10/8/1816, entrou em Portugal pela fronteira de Tuy-Valença, onde foi aplicado o porte de 90 réis, e recebida a 27/8/1816.

Os anos de 1815 a 1817 da administração de José de Mello foram marcados por acontecimentos que o levariam pouco depois a pedir a sua exoneração do cargo que deste 1799 vinha desempenhado:

Foram eles os repetidos actos de desrespeito do público para com os funcionários do correio, consistindo em "quando se abre a porta e entra todo o povo ao balcão a pedir as suas cartas pelo número, neste grande concurso de canalha entrão atirar papilotes a cara dos officiais, etc.. assim como entrarem agora mais frequência arencar e rasgar as listas que estão pregadas nas taboas no portal, o que têm causado grande desordem, etc".

Também é sabido que, desde 1811, J. Mello se queixava junto do Inspector Geral do Correio de não achar pessoas que quisessem servir na Administração do Correio do Porto com os salários que então se praticavam; conseguiu manter a situação até 181?, mostrando que para tal pagava do seu bolso complementos aos seus funcionários, tendo já despendido

9.430$240 réis. Fazia ver uma vez mais a necessidade imediata de aumentar os salários e ordenados, a fim de evitar situações melindrosas para a fazenda e para o público, como a que resultou de não serem remetidos atempadamente os dinheiros dos seguros, etc. Não foram porém atendidas as suas reclamações, ficando os vencimentos dos funcionários inalterados.

© Edições Húmus

Relação dos oficiais desta Real Administração do Correio do Porto, e seus empregados em o ano de 1817.

Jerónimo Agostinho Soares	Fiel de Seguros	300$000 p/ano
José Melo e Sousa	Encarregado contas	20$000 p/mês
João J. Ferreira Guimarães	1° escrit° do seguro	600 p/dia
Manuel José Bernardino	Fiel cartas Reino	480 p/dia
Henrique Maria Xavier	Fiel Corº martº e Estrangº	480 p/dia
Pantaleão Cardoso Almeida	1° escritº oficial Expediente	400 p/dia
António José Vieira	Escritº do Seguro	440 p/dia
José Francº Lacerda	2° escritº ajudante do fiel	280 p/dia
José Manuel P. Cunha	2º escritº oficial Expediente	270 p/dia
3 lugares	2º escritº oficial Expediente	230 p/dia
Bento Francisco	Encarregado da limpeza	160 p/dia

Como consequência da situação atrás descrita, deu-se, em 1817, um desfalque nas contas do correio da cidade, no valor de 30.000 cruzados, e praticado por alguns empregados, tendo José de Mello pago prontamente de seu bolso todos os prejudicados. Entristecido com os acontecimentos, pede a sua Majestade que aceite a sua demissão, que lhe foi concedida em 1818.

Da sua actuação como administrador do correio do Porto, para além dos factos já referidos resta, na memória dos homens, uma rua com o seu nome: a Rua do Mello.

No período que vai de 1818 a 1821, foi o correio do Porto administrado interinamente por António Xavier de Resende, para lá enviado “para lhe pôr ordem, pois estava num caos”, segundo diz Lourenço António de Araújo, num relatório feito em 1823.

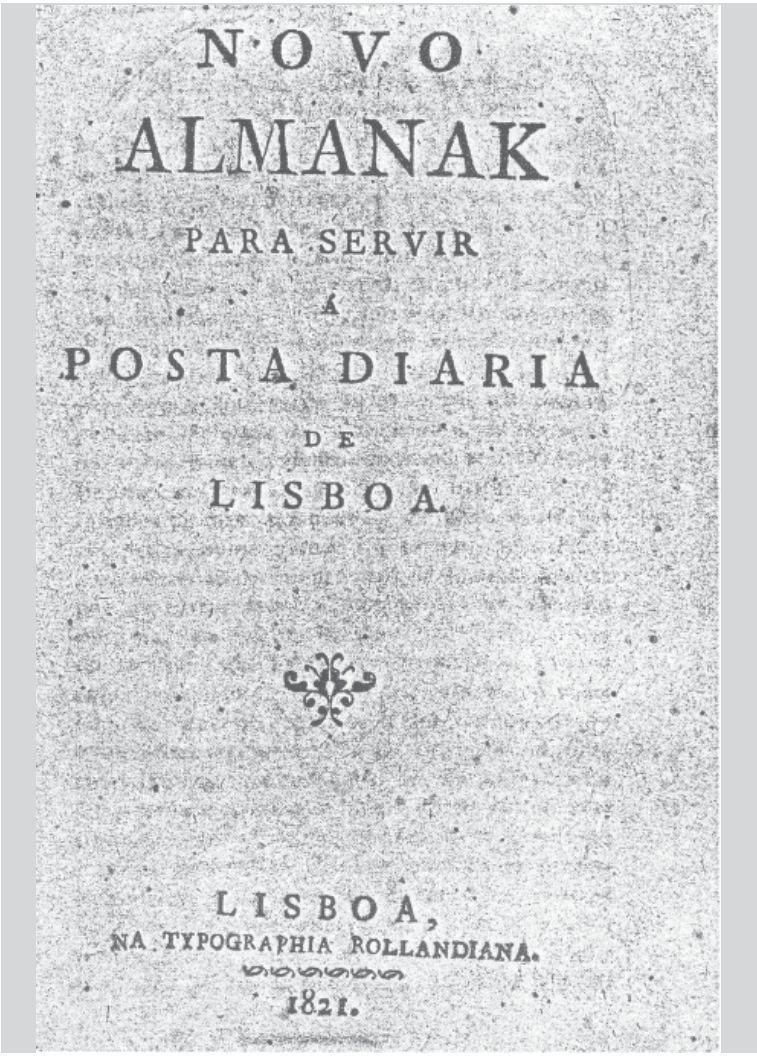
A este António de Resende voltaremos mais tarde, pois que, para já, foi José Maria de Oliveira nomeado para o Porto, pelo governo que saiu da revolução de 1820, tendo tomado posse a 17-11-1821. Este personagem tem uma longa história ao serviço do correio, de que vamos referir brevemente os pontos mais importantes.

Foi admitido como oficial da repartição do correio em 1797, onde serviu até 1799, tendo nessa data sido nomeado escriturário pagador, funções que desempenhou até 1808. Como consequência das invasões francesas, foi incluído na *Setembrisada,* preso e deportado para a Ilha Terceira em 1810, donde voltou em 1814, não conseguindo ser readmitido ao serviço senão em 1821. Em 24 de Agosto de

© Edições Húmus

1821, publica o “Novo Almanak para servir à Posta Diária de Lisboa”, constituído por 82 páginas e mais 22 de suplemento, contendo os nomes e as moradas dos habitantes da capital.

Interessante é a introdução do referido Almanak, que vem assinada por José Maria de Oliveira e datada do Correio Geral, o que nos leva a pensar que já se encontrava reintegrado nessa data e que actuava como director da Posta Diária. Pouco tempo ficou nessa função, pois a 17 de Novembro de 1821 tomava posse de Administrador do Correio do Porto. Foi considerado como um funcionário inteligente, competente, desembaraçado, embora doente pelos muitos desgostos que teve, incluindo a privação da liberdade. Em 28 de Março, publica o Aviso que se ilustra (frente e verso) e que vai acompanhado da Tabela Demonstrativa.


NOVO
ALMANAK
PARA SERVIR
Á
POSTA DIARIA
DE
LISBOA.

LISBOA,
NA TYPOGRAPHIA ROLLANDIANA.
1821.

© Edições Húmus

AVISO

Em observancia das Ordens que recebi do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e Inspector Geral dos Correios, e Postas do Reino, em data de 20 Março.
A expedição dos Correios de Villas, que se pratica na Administração do Correio desta Cidade em os Domingos pelo meio dia, passa a ser nos Sabbados antecedentes, pelas 5 horas da tarde, o que deve ter principio em o dia 6 de Abril proximo, a fim de que as Villas, e Cidades desta direcção possão receber suas Correspondências 20 horas antes do tempo em que até agora as recebião. Por tanto as Cartas devem ser lançadas na Caixa até ás 4 horas da tarde dos Sabbados; assim como o Seguro não só se achará aberto de manhã para o serviço do Público, mas tambem de tarde como de costume, recebendo-se as Cartas, e objectos seguraveis para Villas desde as 2 até ás 4 da tarde.
Adverte-se, que o Seguro se achará fechado nos Domingos de manhã, e que os objectos de Seguro para Lisboa, e sua direcção se receberão das 3 horas da tarde, até ás 7.
E para que os Habitantes desta Cidade fiquem neste conhecimento, se fez o presente Aviso. Porto 28 de Março de 1822.
O Administrador. José Maria de Oliveira

TABELLA DEMONSTRATIVA

DIAS DA SEMANA	CHEGADA DOS CORREIOS	EXPEDIÇÕES	HORAS DA PARTIDA
Domingo		Para Lisboa, e sua Direcções	8 horas/tarde
Segunda feira			
Terça feira	De Lisboa, de manhã De Villas, dito Estafeta de Encomendas	dito dito Estafeta dito dito	dito dito 5 horas dito
Quarta feira		Para Villas	Meio dia
Quinta feira	De Lisboa, de manhã		
Sexta feira	De Villas, de manhã	Para Lisboa, e suas Direcções	8 horas/ tarde
Sabbado	De Lisboa, de manhã	Para Villas	5 horas/ tarde

das Expedições, e Recepções das Mallas na Administração do Correio do Porto.
O Seguro se acha sempre aberto de manhã, das 8 ao meio dia, e de tarde, das 3 ao Sol posto, excepto nos Domingo d manhã.
Nos dias de Expedição fecha huma hora antes.
Nos dias de Expedição do Correio para Lisboa, serão as Cartas lançadas na Caixa até ás 7 horas da tarde. Nos das Villa serão na Quarta feira até ás 11 da manhã; e nos Sabbados até ás 4 da tarde.
A entrega geral das Cartas, está sempre aberta desde as 8 horas da manhã até ao pôr do Sol excepto nos Domingos d meio dia até ás 3 horas.
A Expedição das Villas para o Porto não tem alteração alguma.

© Edições Húmus

JOZE' MARIA DE OLIVEIRA,
Administrador interino do Correio do Porto, &c.

PARTE o encarregado das Malas seguintes, de que trará recibo

Da parte de *SUA MAGESTADE* requeiro, e da minha rogo a todas as Authoridades tanto Civis, como Militares, não ponhão ao referido embaraço algum antes sim lhe prestem todo o auxilio, que lhe for necessario para bem desempenhar a importante Commissão de que vai encarregado.
Porto de de 1823

Parte pelas

Fig. 23

No documento preparatório desta tabela, enviado para apreciação a Lisboa, a 9 de Dezembro, termina os esclarecimentos com uma frase que devemos reter, pois será importante em breve; diz: "Além disto, temos navios da América que levam e trazem mallas, cujo serviço não tem diferença alguma do expediente que se faz em Lisboa, sendo sempre em relação ao comércio desta cidade, comparativo cm o de Lisboa".

© Edições Húmus

Ainda da administração de J. M. Oliveira, mostramos o documento da fig. 23, de que o estafeta Luiz Lourenço se fazia acompanhar quando transportava as malas do Porto e para o Porto.

Foi durante a sua administração que aparecera os primeiros carimbos datados e usados no correio do Porto, cuja 1ª data conhecida de utilização é 22 de Janeiro de 1822 (Fig. 24).

Fig. 24
Carta com o carimbo datado do Porto, introduzido pelo administrador José Maria de Oliveira

Este facto não deve ser estranho à sua passagem pelo correio geral em Lisboa, pois foi enquanto esteve ligado à Posta Diária que, na capital, apareceram os primeiros carimbos datados.

Passemos agora a um outro ponto, relacionado com o correio marítimo: é conhecida, desde 1823, a marca "Barra do Porto", utilizada na marcação de correspondência estrangeira chegada ao porto por via marítima, e já por várias vezes nos temos interrogado sobre o "atraso" do seu apareci-

© Edições Húmus

mento quando comparado com a marca equivalente do correio de Lisboa, a marca "C. Est. de N." Recentemente, publicamos uma actualização às marcas do correio marítimo do Porto[8], onde afirmávamos ser provável que o aparecimento desta marca se situasse nos meses de Março/Abril de 1823, baseando-nos para tal na observação de mais de uma centena de cartas cobrindo os anos de 1820 a 1825. Ora, a transcrição da parte final dos esclarecimentos dados por J. M. Oliveira elucida-nos que, em Dezembro de 1821, só é referência às malas do correio vindas da América, sendo portanto pouco provável que se recebesse outro tipo de cartas que exigissem uma marca própria. Temos assim mais uma achega em suporte de uma hipótese, que, como todas as outras, terá que ser devidamente provada.

Foi demitido deste lugar em 16/6/1823 por estar alcançado em 1.084$477 réis, visto ter retido indevidamente dinheiro que deveria ter remetido ao cofre do real Erario. Foi reformado em 1823, sendo que, da pensão de reforma, metade era retida para amortização do alcance.

Para o seu lugar, volta a ser nomeado António Xavier de Resende, que já havia ocupado o lugar de 1818 a 1821.

Pouco sabemos deste personagem para além do juízo que dele faziam no correio geral, onde era considerado homem habilíssimo, zeloso, honesto e disciplinar, sendo por esse motivo que o voltaram a chamar para administrar o correio do Porto, que necessitado estava de reorganização e de disciplinação. Quando da revolução de 17 de Maio de 1828, foi posto à frente do correio um capitão com o título de sub-inspector, o que muito o acabrunhou, adoecendo e vindo a falecer em 9 de janeiro de 1829. Durante a sua doença, serviu interinamente o fiel do seguro Luís José Botelho tendo nessa altura abandonado a cidade, quando ali entraram as tropas de D. Pedro IV Durante o desempenho das suas funções, somente encontramos dois factos relevantes de serem aqui registados.

O primeiro data de 301711829 e consiste numa queixa do consul inglês no Porto, pela qual refere que, no correio, são retidas e abertas as cartas dos súbditos ingleses. Instado pela administração central, o administrador explica que têm ordens para entregar na polícia as cartas que lhe são requisitadas. Este facto não constiui uma novidade, pois desde o tempo de D. João V que foi constituído no Paço um "Gabinete Particular" que tinha por função o exame de todas as cartas estrangeiras.

[8]. Luis Frazão, As Marcas do Correio Marítimo do Porto, *Catálogo Lubrapex 97*

© Edições Húmus

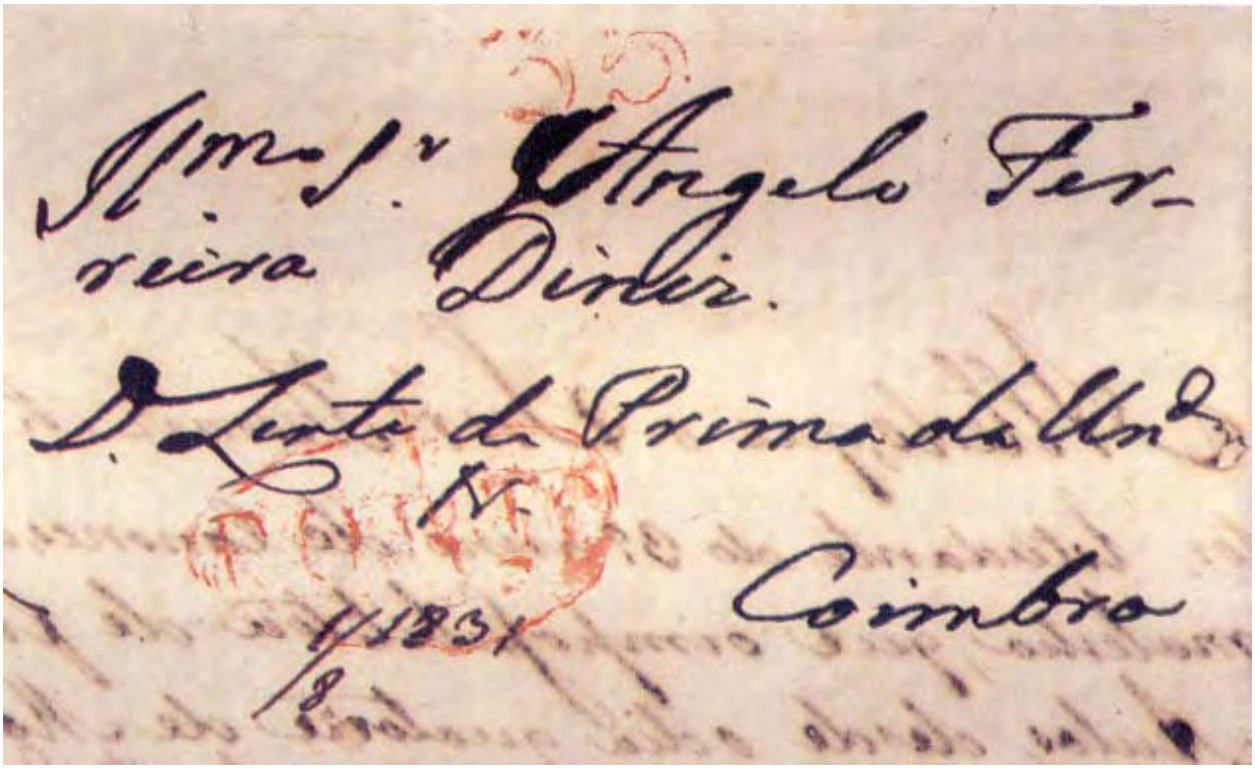


Fig. 25
Porto, 1 de Agosto de 1831

O segundo facto consiste no aparecimento da cor vermelha na marcação das cartas, em Julho de 1831, sem que tenhamos uma explicação para o facto (fig. 25).

Com a entrada das tropas de D. Pedro no Porto, inicia-se um período muito conturbado da história do burgo portuense e que já foi objecto de vários estudos, dos quais, do ponto de vista histórico-postal, a obra do Eng. Armando Vieira, "Os Correios e o Cerco do Porto"[9] é uma referência obrigatória. Vamos-nos situar nos primeiros dias do mês de Junho de 1832, quando já se fazia eminente o desembarque das tropas de D. Pedro. Nessa altura, recebe o administrador do correio do Porto instruções precisas quanto ao procedimento a tomar "no caso de que os rebeldes ousassem atacar aquela cidade". Do bom desempenho das funções que lhe estavam cometidas trata o ofício seguinte, que transcrevemos:

[9] A. Vieira, *Os Correios e o Cerco do Porto*, Porto, Ed. Vitor Simarro

© Edições Húmus

N.º 488

Respond.º 27 Julho.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Respondeu-se approvando plenam.te as providencias que deo, e outhorisando-o a de M.ta pt.a manifestar a mesma approvação do desempenho delles ao Adm.or do Correio do Porto.

Tendo tido a honra de communicar a V. Ex.ª em data de 13 de Junho proximo passado as instrucções, que expedi ao Administrador do Correio do Porto para elle observar, no caso de que os rebeldes ousassem atacar aquella Cidade, he com grande satisfação que tenho a informar a V. Ex.ª, que as referidas instrucções forão exactamente desempenhadas por aquelle Empregado, e que tanto o dinheiro como os mais objectos pertencentes aquella Administração se salvárão, e forão transferidos para a Cidade de Lamego, aonde actualmente se acha installado. As Copias inclusas dos primeiros dous Officios que recebi daquelle Administrador mostrarão a V. Ex.ª detalhadamente todos os passos que elle deo depois que sahio do Porto, tudo na conformidade das minhas instrucções, e as vantagens, que tem trazido o serviço de Sua Magestade do acerto com que ellas forão observadas.

Tudo tem sido

prevenido de maneira tal que nenhuma corres-
pondencia atté agora cahio em poder dos rebeldes,
e todas as terras da Provincia do Minho tem
recebido as suas Cartas, que lhes são dirigidas pelas
vias mais seguras e breves, e por essas mesmas vias
tem ellas dirigido as suas correspondencias.

Levando tudo o referido ao conhecimento
de V. Ex.ª parecia-me que seria hum acto de jus-
tiça ser eu authorizado para em nome de V. Ex.ª
participar ao Administrador do Correio do Porto,
que V. Ex.ª se tem dignado approvar a maneira como
elle se tem conduzido nas presentes circumstancias.

Deos Guarde a V. Ex.ª m.ta a.s Correio
Geral, em 24 de Julho de 1832 —

Illmo. e Ex.mo S.r Visconde de Santarem.

Antonio Xavier d'Almeida e Sousa

© Edições Húmus

Mais interessante ainda é a carta que António Thedim expediu de Lamego, com data de 12 de Julho, em que conta pormenorizadamente todos os passos efectuados; mas demos a palavra aos intervenientes.

Copia

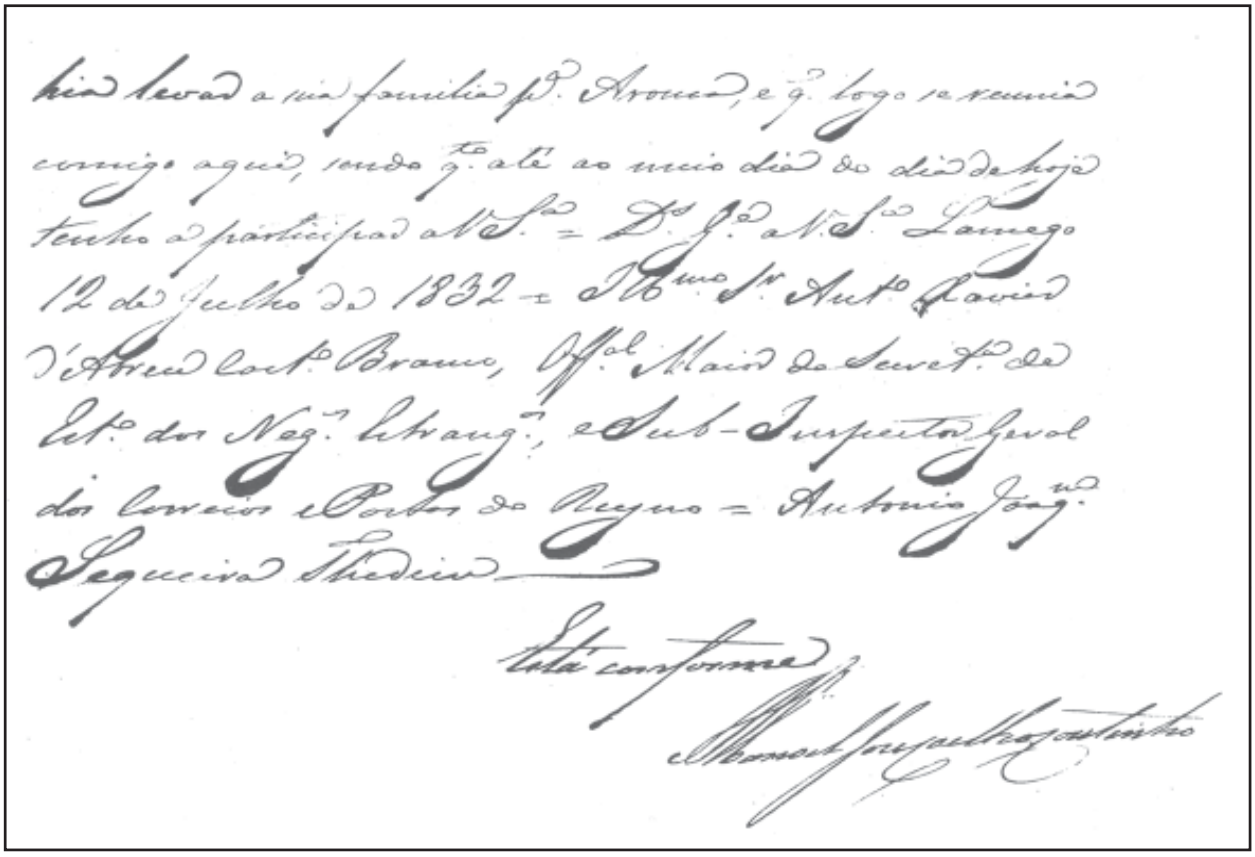
N.º 1.

Ill.mo Sr. = Logo q. tinha feito expedir o Ouv.r da Lid.e do Porto ás 8 horas e meia da noite do dia 8 do corr.te, recebi um recado verbal do Gov.r das Armas, p.a q. me entendesse com o Dez.r Intend.e da Policia, sobre a minha retirada da Lid.e, q. talvez devesse ter logar n'aquella mesma noite, e tendo mediado pouco tempo, recebi um aviso do d.o Ministro Intend.e da Policia por um seu confidencial, p.a q. conta maior brev.e me apresentasse em sua Caza, se queria acompanha-lo, pois q. elle se estava acabando de aprontar p.a partir immediatam.te; d'aquella maneira, q. taes circumstancias podiao permittir, me auzentei, trazendo comigo o resto do dinheiro, q. existia na Repartição do Seguro; como porem nenhum Empregado me acompanhasse allegando, — uns falta de meios, e outros motivos de familia, os intimei da parte del.a S.a p.a q. abandonassem a Lid.e, pois q. o inimigo já tinha as suas avançadas a meia legoa de distancia, e q. o Fiel de Cartas tomasse conta das Cartas, q. existião por entregar, e o dos Seguros fizesse outro tanto ás Cartas seguras e d'Off.o, o q. ambos prometterão cumprir, e p.a o q. tinhão a noite toda, pois q. o inimigo naturalm.te só entraria no seg.te dia, como com effeito se verificou. Seguimos portanto a Estrada de Amarante andando toda a noite, mas logo a duas legoas de distancia da Lid.e no Lugar de Vallongo encontrei o Empregado João Luiz Alegantty, q. tinha feito marcha acompanhado de um

homem da minha maior confiança, conduzindo as
cargas em q. trouxe o dinheiro, q. devia ser remettido
no Lithafeto de 3.ª feira seg.te, e os livros da contabili-
d.e da Admin.ão, e papeis de responsabilid.e; e na noite
desse dia chegámos á Villa d'Amarante, na comp.ª
de immensa gente, q. se retirava, m.to Authorid.es, e
Cofres da comp.ª dos Vinhos, tendo vindo o resto dos
Cofres da lid.e pelo Douro acima. Aqui chegá-
mos no dia 10 á noite e tendo eu mand.o avisar o Gov.or
e Lithafeto, q. devião vir de Lisboa, p.a q. se dirigis-
sem a esta lid.e, hontem aqui chegou o Lithafeto,
mas o Gov.or ainda não apareceu, não sei se demora-se
pelo Ill.mo S.r Visconde de S.ta Martha, q. se acha defron-
te do Porto em V.a Nova de Gaya, ou p.a se ter metter
no Porto, o q. m.to desconfio pela demora, pois já aqui
devia ter chegado ha m.to tempo. Quando passei em
Penafiel ordenei ao Gov.or d'aquella lid.e q. não a re-
mettesse p.a o Porto, e q. a sua correspondencia p.a Coim-
bra, suas immediações até V.a Nova, e de Coimbra p.a
baixo m.a remettesse p.a aqui, p.a ser remettida pelo
Gov.or desta lid.e; e mesmo determinei aos Gov.ores d'A-
marante, Mezão frio, e Peso da Regoa, e encon-
trando o Gov.or de V.a Real, e suas Devezas, o fiz mar-
char na minha companhia p.a esta lid.e, ainda me
entregou q. conduzia, e esta tarde, com a ajuda
do Gov.or desta lid.e, visto ter eu só um Empregado
comigo, tenciono conferir tudo, p.a lhe dar a real devida

© Edições Húmus

direcção para as terras q. não estiveram ocupadas pelo
inimigo, porem o Sr. Gov.d dos Justiças, q. hontem de
noite entrou nesta lid.e, e com q. vento de estar,
não determinou q. pelo Corr.o, q. hoje ha de d'aqui sahir
ao meio dia, nada remetta, sem q. de tudo elle me
participe o q. ha de saber pelos mensageiros, q. tem
expedido; queira pois V.S.a determinar-me o q. devo
obrar, conservando-me aqui, ou sendo menos obrigado
a sahir desta lid.e q.do o inimigo p.a ella se encaminhe,
pois q. eu, em q.to não receber positivas Ordens de V.S.a,
nada obrarei mais o q. me for mand.o pelo Sr.mo
Gov.or dos Justiças, na forma das Ordens anteriores de
V.S.a. Nada se sabe positivam.te do Porto, só vagam.te
se diz, q. a força do inimigo não excede a 1248 ho-
mens, q. arrombáraõ as Cadeas, q. matáraõ os Carras-
cos, e q. já deraõ Armas a fordamento a perto de
800 presos, q. existiaõ na Cadea; ha m.to receio, visto
estar descoberta esta Provincia, e existirem nas ca-
deas desta lid.e mais de 500 presos, e achar-se nella
e suas immediaçoes toda a riqueza do Porto, que o
inimigo dê aqui alguma sortida, e por isto conservo
aqui demoradas as Cavalgaduras todas p.a cautella
do q. tenho a meu cargo, afim de o saber p.a algum
motivo imprevisto, e de recear em tais circumstan-
cias, e portanto m.to rogo a V.S.a providencias, e Ordens
p.a regular meus passos, e meu procedir. Atte o
momento espero o Encarregado de Contas, q. me disse


hia levar a sua familia p.a Aroua, e q.e logo se reunia
comigo aqui, sendo q.to até ao meio dia do dia de hoje
tenho a participar a V.S.a = D.s G.e a V.S.a Lamego
12 de Julho de 1832 = Ill.mo Sr. Ant.o Xavier
d'Abreu Cont.o Bravo, Off.al Maior do Secret.a da
Ad.ta dos Neg.os Estrang.os, e Sub-Inspector Geral
dos Correios e Postas do Reyno = Antonio Joaq.m
Sequeira Thedim

Está conforme

Manoel Joaquim Rodrigues Martinho

Se transcrevemos estes dois documentos na íntegra, fazemo-lo pelo indiscutível interesse histórico dos mesmos, mas também por ser um relato das dificuldades, dúvidas e tomadas de posição dos intervenientes de um acontecimento histórico de proporções nacionais, mas em que os homens dos correios tinham uma preocupação fundamental: assegurar nas condições possíveis o funcionamento do Correio. Curiosamente, do outro lado, fazia-se o mesmo esforço, embora a leitura dos acontecimentos fosse naturalmente distinta, conforme o mostra a carta do Dr. Joaquim António de Magalhães, futuro ministro da Justiça de D. Pedro, e em carta que lhe dirige, datada de 11 de Julho, escassos dois dias passados sobre a chegada das novas autoridades ao Porto.

> "Ill.mo e Ex.mo Sr.
> *Cumpre-me participar a V° Ex° que o ex-Administrador deste Correio retirando-se em companhia das autoridades Rebeldes levantou da mão dos* fiéis *as sommas constantes da Relação inclusa, parte das quais era pertencente a particulares, como*

© Edições Húmus

se vê do documento n° 2, no fundo do qual fiz exarar uma nota dos bens do referido administrador para sobre elles se mandar proceder na forma das leis.
Levo à presença de V. EXª differentes officios que hontem chegarão para as authoridades Rebeldes notadas com as letras A. B. C. Os primeiros contem as partes de diversos Magistrados annunciando ao Governador da Relação a Apparição da Esquadra; e estes me parece, que deverião passar à Secretaria dos Negocios da Justiça para se tomar nota dos dittos Magistrados. Os segundos podem conter informes d'officio sobre negocios de Justiça ordinaria, os quais me parecem que devem ser remetidos por via da mesma Secretaria ao Presidente do Tribunal da 2 ° Instancia ultimamente nomeado. Os terceiros finalmente contem na Correspondencia militar de nenhuma consequência.
Debaixo do Art. 3°levo também à presença de V° Exª uma relação dos empregados desta repartição, notados os que se auzentarão, e cujos lugares me parece não ser preciso prover à excepção do encarregado das contas, ao qual pelo excesso de trabalho parece justo acrescentar o ordenado com 100.000" somma inferior à que se economiza na sobredita supressão. Também me parece conveniente substituir o fiel das cartas sem contudo o desempregar, mas sim transferindo-o para o Togar de encarregado das contas. Expedirão-se hoje os correios chegados hontem de Guimaraes, Barcellos-Vianna, e Villa do Conde.
D. G. A V. ° Ex. ° M A. s Porto 11 de Julho de 1832 Ill.mo e Ex.moSr Marquez de Palmella
Dr. Joaquim Antonio de Magalhães"

E logo no dia seguinte foi nomeado administrador do correio do Porto António de Azeredo Teixeira de Carvalho, para ocupar o lugar deixado vago por Thedim.

Entretanto, e enquanto os Liberais tratam de estabelecer as suas linhas defensivas em redor da cidade, os absolutistas vão-lhe pondo o cerco, restando a D. Pedro tentar que mantimentos e reforços lhe cheguem por mar. Do ponto de vista das comunicação postais, recorria-se a particulares que consigo transportavam a correspondência nos dois sentidos, muito embora as autoridades militares dos dois campos sujeitassem as cartas à inevitável censura. A. Vieira cita um decreto de 29 de Agosto de 1832, do governo da cidade, em que é nomeada uma comissão de cinco membros para "evitar os abusos de correspondência com os países ocupada pela usurpação" e funcionando na casa da Alfândega.

Também do lado das forças absolutistas, e devido à cólera

© Edições Húmus

que alastrava desde o começo do ano de 1833, foi publicado um Aviso, determinando"que se possa interseptar a correspondência com a Villa de Oliveira, Agueda e Feira". Dado que este precário e aleatório sistema de transporte de correspondência era nitidamente insuficiente para as necessidades e volume de negócios de uma cidade como o Porto houve que expedir ordens para que nenhuma embarcação que saísse do Porto, o fizesse sem levar as malas do correio, para evitar "de que resulte grave prejuízo á Fazenda e aos interesses do Commércio", o que foi feito por decreto a 4 de Dezembro. De pouca eficácia terá sido, pois 3 dias volvidos já os absolutistas dominavam a barra do Douro, efectivando o Cerco e não permitindo a entrada ou saída de qualquer navio.

É neste contexto que os navios ingleses do Almirantado, que faziam a carreira da Península, genericamente apelidados de Paquetes de Inglaterra, desempenharam um papel essencial nas comunicações postais entre o Porto e Lisboa, dando origem ao aparecimento de um conjunto de marcas postais e taxas de recurso, de inquestionável interesse e raridade. E como sempre, para que o público estivesse ao corrente das alterações no porte das cartas, é determinado a 4 de Dezembro o seguinte:

"INSPECÇÃO GERAL DOS CORREIOS E POSTAS DO REINO"

"O Administrador do Correio desta cidade fique na intelligencia de que, durante as circunstancias que motivam o ser transportada a correspondência de Lisboa para esta cidade no Paquete Inglez, deverá toda a correspondencia procedente daquella Capital pagar de porte o que se acha estipulado no mappa das taxas das cartas do Ultramar, segundo o Decreto da creação do Correio marítimo, pelo qual o mesmo Administrador se regulará, com declaração de pagarem as cartas, cujo pezo exceder o maximum marcado no mencionado mappa, mais 20 reis por cada oitava, e serem livres de qualquer taxa todos os Jornaes; devendo essa Administração, depois de haver feito pezar a correspondencia de Lisboa, que pelo Consulado Inglez lhe for dirigida, responsabilizar-se perante elle pela indemnidade correspondente áquella que se arbitra ás cartas vindas pelo Paquete, que vem a ser 80 reis por cada onça de pezo. Porto em 4 de Dezembro de 1832. = Agostinho José Freire".

E é desse período que se apresentam as 5 cartas seguintes (Fig 26 a 30), recomendando a leitura de um artigo sobre elas[10] a quem desejar aprofundar este tema.

[10] Luís Frazão, "As Marcas do Correio Marítimo do Porto", *Catálogo Lubrapex 97*

© Edições Húmus

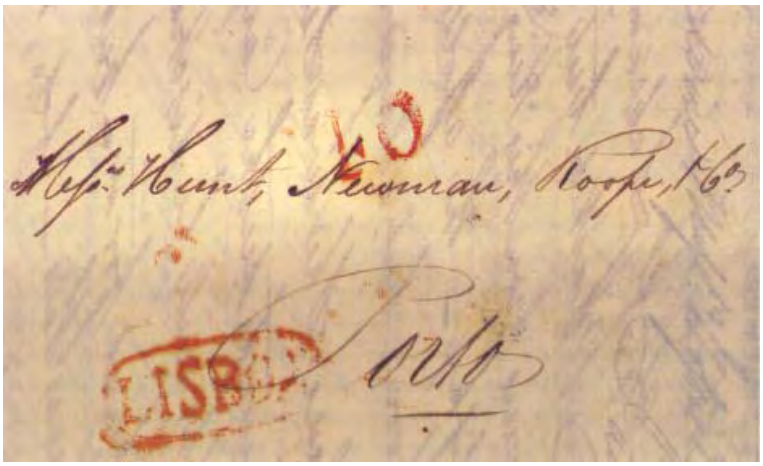


Fig. 26
Cerco do Porto - Último Correio regular, Lisboa 4/7/32 Porto 7/7/32

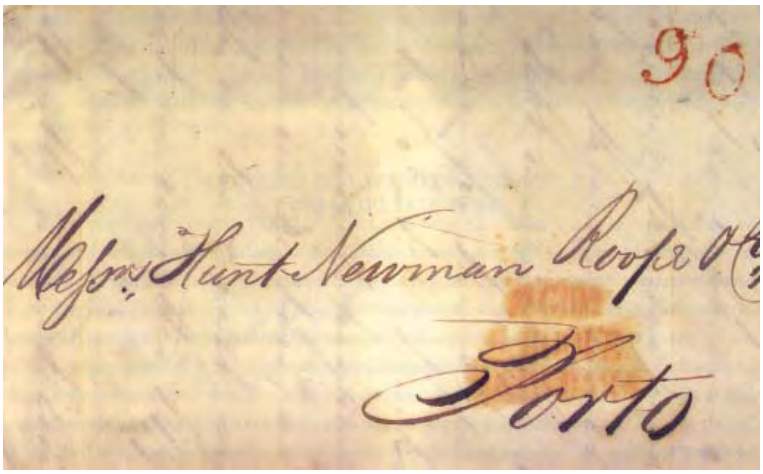


Fig. 27
Cerco do Porto - Gibraltar 9/7/32, via Lisboa, Porto 27/8/33 (1 ano depois!)

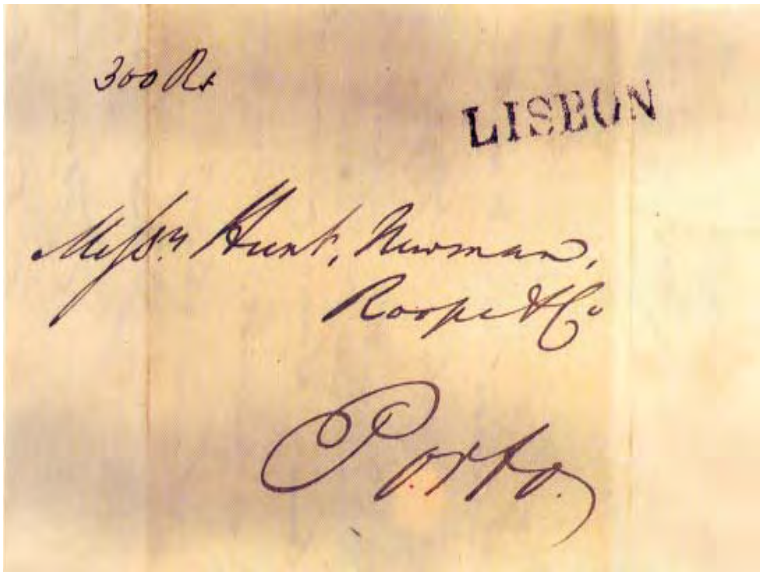


Fig. 28
Cerco do Porto - Lisboa 4/8/32 - Porto 6/8/32. Enviado pelo Agente do Paquet

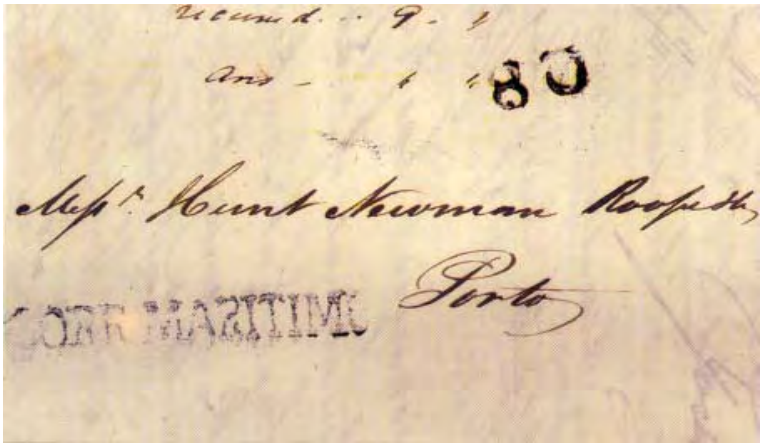


Fig. 29
Cerco do Porto -
Lisboa 2/12/32 - Porto 9/12/32

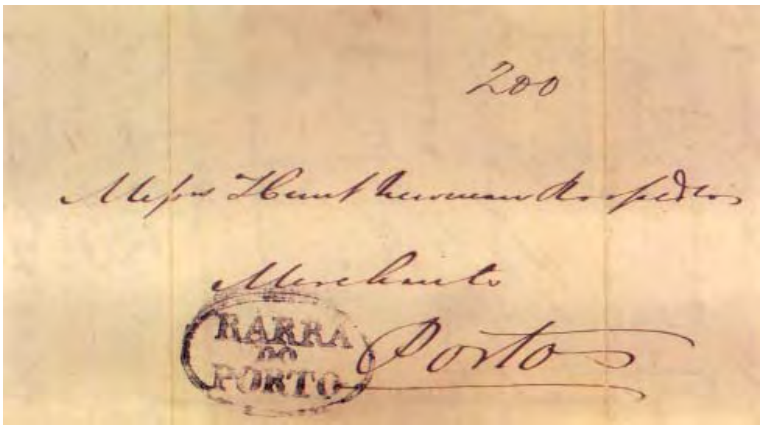


Fig. 30
Cerco do Porto -
Lisboa 27/4/33 - Porto 1/5/33

Sem dúvida curiosa é a carta reproduzida na figura 31, e que passamos a descrever:

Escrita na Régoa a 5 de Fevereiro de 1833 e dirigida ao Porto, tem na parte inferior a anotação “via Lisbon”, sabendo-se ainda que foi recebida a 23 de Fevereiro. No seu conteúdo, uma frase tem significado especial: “Depois da minha última para Vame com data de 12 do passado por via de Lxª”.

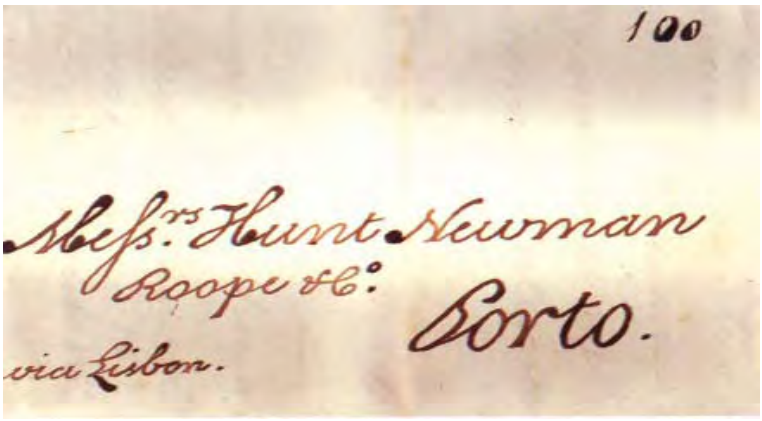


Fig. 31
Carta escrita na Régoa a 5 de Fevereiro de 18833, tendo sido transportada para Lisboa e daí para o Porto pelos Paquetes Britânicos, devido ao cerco da cidade pelas forças absolutistas; o porte de 100 réis aplicado na Régoa corresponde ao trajecto até Lisboa.

© Edições Húmus

Estando em plena efectividade o cerco à cidade do Porto, por parte das tropas absolutistas, vê-se o expedidor na necessidade de enviar por via de Lisboa uma carta com destino ao Porto, na esperança de que naquela cidade pudesse apanhar o único meio disponível - o paquete Britânico. E é a esperança na intervenção do agente dos paquetes que faz com que o Sr. Souto, que escreve toda a sua carta em português utilize o "via Lisbon", em vez de um simples Por Lisboa.

Do ponto de vista militar, a expedição por mar ao Algarve, com partida do Porto a 21 de Junho de 1833 e a tomada de Lisboa a 28 de Julho, prenunciava o fim eminente do cerco do Porto, tendo a 21 de Agosto começado a entrar na barra grande número de navios que se encontravam fundeados ao largo. Desde logo foi notória a melhoria das comunicações postais, que o aviso do consulado inglês, publicado nos jornais do Porto, confirma.

> "CONSULADO BRITÂNICO
> Porto, 25 de Agosto de 1833
> Desde agora em diante, as Mallas para Inglaterra e Lisboa devem ser remetidas pela Administração do Correio Geral; cessando por isso a recepção das cartas neste Offifio Consular de Sua Majestade Britânica.
> In future the Mails for England and Lisboa will be made up at Oporto Post Office and the receipt of letters at this Office of His Majesty's Consul, will be discontinued".

Nos Livros de Próprios da Câmara Municipal do Porto e relativos aos anos de 1832 e 1833, encontram-se registados vários diplomas relativos às mudanças da casa da Administração do correio para outra "que com a mesma despeza ofereça os cómodos indispensáveis àquele establecimento"; começou por ser proposta a casa da viúva Carreira, à fabrica do Tabaco, depois parte do Convento dos Loios, mas este último local exigia reparações no montante de 850$00 reis pelo que acabou por se optar por parte do Convento das Carmelitas Descalças, efectivada embora a título provisório em Abril de 1833 (Fig. 32).

Esta mudança acabou por ter carácter definitivo porque, na noite de 27/4/1833, "ficou inabitável a casa onde presentemente está a administração pelos estragos causados por uma bomba que cahio ali a noite passada".

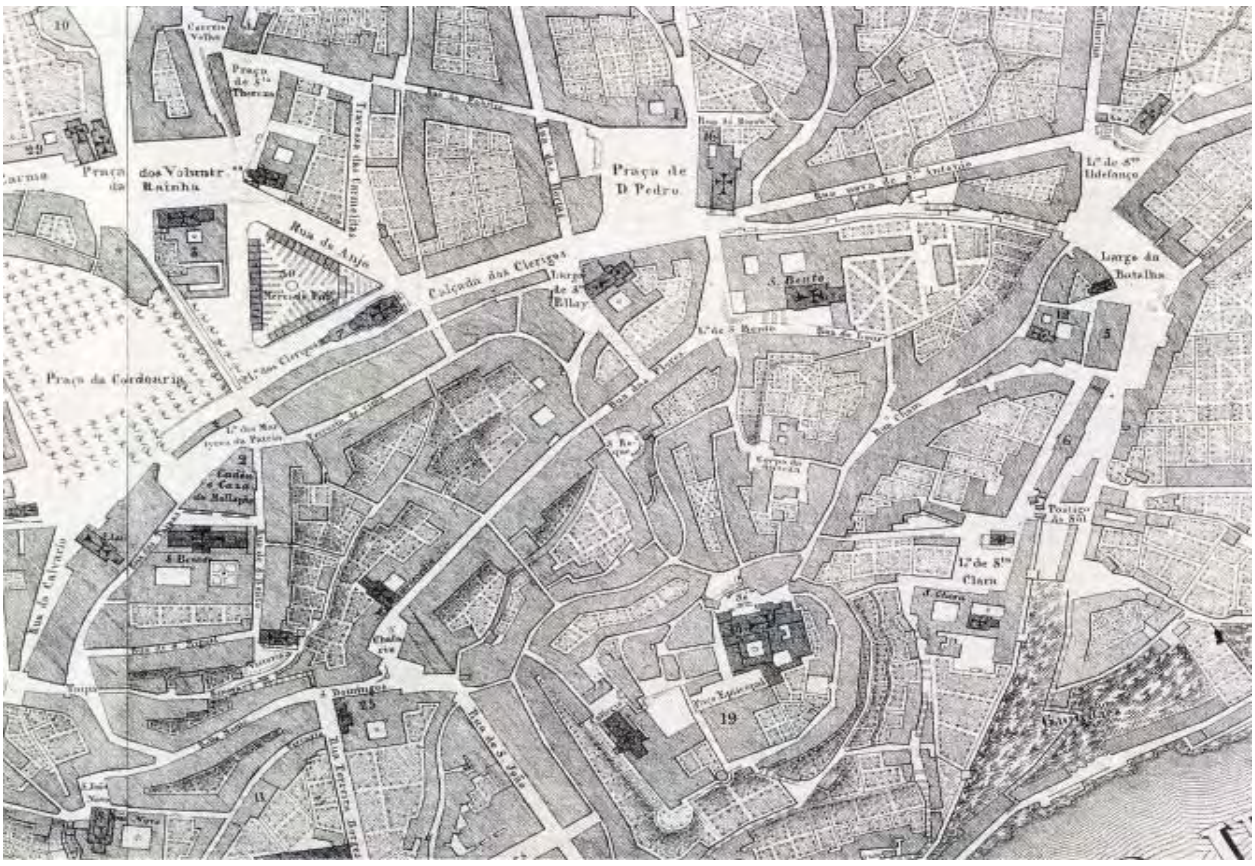
Uma importante alteração nos hábitos e modo de actuação do correio do Porto é determinada ainda no ano de 1833,

© Edições Húmus

durante a Administração de Teixeira de Carvalho; referimo-nos ao início da distribuição domiciliária de correspondência nas cidades de Lisboa e do Porto, ordenada pelo Duque de Bragança para entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1834. Conforme iremos ver, tal inovação não foi bem aceite pelo público, tendo gerado tumultos que obrigaram à revogação da lei. Mas vejamos qual a sequência dos factos:

Como já referimos anteriormente, a distribuição das cartas ao público era até então feita pelo sistema da Lista, afixada em local apropriado e da qual constava por ordem alfabética o nome das pessoas com carta e o número que lhe tinha sido atribuído. Fácil é imaginar um sem número de situações, donde resultava que, intencionalmente ou não, ia uma carta parar a mãos alheias, com todos os inconvenientes para os utilizadores, ou, nas palavras do monarca, "tomando em consideração os grandes inconvenientes que resultam de se fazer relacionar as cartas em listas públicas entregando-se indistintamente a qualquer pessoa que as pedem pelo número, methodo este, que não só facilita a interceptação e extravio das correspondencias,

Fig. 32
Detalhe ampliado da carta topográfica do Porto do ano de 1847



© Edições Húmus

como torna impraticável qualquer forma de fiscalização superior, achando-se por estes e outros motivos inteiramente proscrito em todas as nações civilizadas..."

Desta determinação nascem as "Instruções para o Estabelecimento da Posta Diária e Repartição das Cartas Apartadas na cidade do Porto, em conformidade da Portaria de 28 de Outubro e 28 de Novembro de 1833." Destes dois extensos documentos, o 1° está dividido em 5 partes, cujos títulos são: dos Dictrictos, dos depositários das caixas, dos correios, do serviço da Repartição e do correio de Villa Nova, e com um total de 40 artigos. Os pontos mais relevantes que intessa aqui focar são:

§1- A cidade do Porto será dividida ao mais em 8 districtos, conhecidos pelas letras do Alfabeto e marcados com a mesma (letra) numa planta da cidade.

A carta da fig. 33, destinada ao Senhor Manuel Teixeira "morador em Cima do Muro", foi identificada como do distrito A, enquanto que a da figura 34 escrita em Braga a 12 de Fevereiro de 1834, e dirigida ao Senhor Pinto Leite aos Clé-

Fig. 33
Atente-se na letra "A" do 1º distrito da Posta Diária da cidade do Porto

rigos tem manuscrita a letra G do distrito.

§6 - Em cada districto haverá 2 ou 3 caixas, onde se poderão lançaras cartas, sendo seus depositários homens de loja aberta.

§ 10 - Haverá um correio por districto, que irão pela manhã tirar as cartas das caixas do seu districto para as trazer logo para a administração, e pelo seu caminho, receberão as cartas que lhe lançarem na Bolsa.

§ 20 - Uma vez chegado á Administração, serão imediatamente as cartas marcadas com a marca do Porto, e encaminhadas para o correio que tiver que fazer a sua distribuição.

§ 23 - O preço das cartas entregues pela Posta será de mais 5 Réis, devendo o correio escrever nas costas das cartas o motivo por que deixão de entregar alguma delas, havendo duas distribuições diárias, uma de manhã e uma de tarde.

(Não foi hábito escrever-se na carta o porte domiciliário adicional, pelo que se deve considerar como de excepção a ocorrência do mesmo; do Porto, ainda não encontramos nenhuma até à presente data)

§ 39 - Haverá dois correios para a Villa Nova, que será por isso dividida em dois districtos.

Para que o novo sistema pudesse funcionar, era necessário "que os habitantes do Porto fizessem conhecer a Rua e n° da casa em que querem lhes sejão entregues as cartas e nesta conformidade escrevão aos seus corresponden-

Fig. 34
Escrita em Braga a 12 de Fevereiro de 1834 e destinada aos Clérigos, recebeu a inscrição "G" da Pequena Posta

© Edições Húmus

tes", para o que foi dada divulgação deste estabelecimento por editais e anúncios nos periódicos.

Simultaneamente, cria-se o sistema dos Apartados, para as pessoas que quiserem receber as suas cartas na Administração, para o que têm de se inscrever, após o que receberão uma senha com o seu nome, o número da caixa e compartimento onde lhe serão depositadas as cartas.

Por cada carta assim apartada, pagará o destinatário, mais 10 réis além da taxa.

O sistema dos apartados foi seguramente o preferido pela maioria das casas de comércio da cidade com grande volume de correspondência, sendo razoável pensar que à semelhança com o praticado em Lisboa tivessem os utilizadores dos apartados uma conta corrente que pagavam periodicamente, o que dispensava a marcação da taxa do apartado de cada vez e em cada carta, e de que a carta da figura 35 é excepção.

Um ofício do Administrador do correio, de Dezembro de 1833, revela-nos já estar a cidade dividida em 8 distritos com 8 caixas é Villa Nova em 2 distritos com 2 caixas, é que havia grande adesão aos Apartados (mais de 200), "mas que apezar dos repetidos Avizos feitos ao público, os habitantes da cidade persistem em não dar a morada."

Para que sé possa ter uma ideia desta resistência é das dificuldades encontradas pélas autoridades postais, conviria aqui fazer uma descrição da cidade no início da década de 30. Para não nos afastarmos muito do âmbito do nosso trabalho, citaremos:

Fig. 35
Aos 350 réis do porte marítimo (paquete Britânico), foram adicionados 10 réis pelo serviço do Apartado, uns escassos dias após a implantação deste novo serviço.

© Edições Húmus

> "É também neste Porto ribeirinho, nas vielas da cidade médiéval, que sé verifica a maior concentração humana, casas com quatro é cinco andares, algumas com 15 famílias é mais, as "ilhas" a que se refere Rebelo da Costa".
>
> "A valorização das novas áreas residenciais extramuros contrasta com a crescente degradação da cidade antiga. Em 1832-1833, assiste-se à destruição de parte da baixa ribeirinha atingida mais violentamente pélas bombardas miguelistas, seguidas pélas inevitáveis epidemias (só a cólera fez milhares de vítimas na cidade velha), provocando a fuga para zonas mais altas, mais seguras, é mais salubres".[11]

É neste contexto que o novo método começa a ser implantado na cidade, para segurança é comodidade dos seus habitantes; porém, começaram a haver queixas sobre este método à perfeitura do Douro, tendo o Perfeito, logo no dia 4 de Janeiro, determinado

> "que convindo deixar todo o motivo que possa produzir agitação nos ânimos, recomendo todo o cuidado na execução do novo methodo, ou regular-se pelo antigo, porém de maneira a que cessem os clamores, ficando V responsável por qualquer resultado de inquietação que possa ocasionar este objecto".

Péla detalhada exposição que o administrador do correio do Porto faz, verifica-se que para além do natural atraso na implementação de um novo método, aliado à não colaboração do público em fornecer a morada, é até ao simples desconhecimento por muitos da novidade, todos aceitaram as explicações fornecidas "com excepção do Juiz de Fora é do médico Agostinho Albano que não havia razões que os convencessem". Assim era o correio é os seus problemas naquele ano de 1834.

A vereação da Câmara em reunião A.7/Q11 835, deliberou escrever ao correio que este fizesse remover as caixas destinadas a receber as cartas das ruas, por causarem embaraço à passagem, o que foi executado pouco tempo depois.

Em 1836, estando a morrer o administrador António de Azeredo, foi mandado para o substituir Luís José Botelho Seabra, mas o ministro não concordou e mandou nomear Manuel Joaquim Lobo, que se manteve em exercício no período de 1836 a 1849; este tinha prestado importantes serviços à causa da Liberdade, como comandante do Batalhão Nacional de Fafe durante o cerco do Porto e, antes, como Major do batalhão do Minho, pelo que a sua nomeação para este lugar, feita a despeito das informações prestadas pela Sub-inspecção, foi de natureza política. Foi de-

[11] *História do Porto* - Direcção de Luis de Oliveira Ramos - 2ª. Edição Porto Editora

© Edições Húmus

putado às constituintes na Legislatura de 183718 pela divisão eleitoral de Braga. Em 1838, o novo administrador propõe fazer construir na cidade um edifício para o correio, dado que o actual não tem os cómodos necessários, nem está no centro da cidade, etc..., afirmando ainda que os rendimentos do correio são suficientes para custear a obra.

O correio do Porto servia uma vasta área que abrange os actuais concelhos de Gondomar, Matosinhos, Moreira da Maia e Valongo, na margem direita do rio Douro, Vila Nova de Gaia na margem esquerda. Em 1839, tinha 66 000 hab., distribuídos pelas 7 antigas freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Massarelos, Miragaia, S. Nicolau, Sé e Victoria, aos quais há que acrescentar 9014 hab. das freguesias de Campanhã, Foz e Lordelo que, em 1836, foram anexadas e 2160 hab. da freguesia de Paranhos, anexada em 1837. Mais tarde foram anexadas as freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde que, em 1839, somavam 2882 hab. Este projecto é apadrinhado pelo Administrador Geral do Porto, lembrando da oportunidade do seu estabelecimento no ângulo da projectada Rua de Ferreira Borges com a praça do Comércio. O sub-Inspector Geral, João de Sousa Pinto de Magalhães, dá um parecer contrário, pois que as Postas militares Extraodinárias têm onerado com enormes despesas o cofre da administração, a ponto de terem imposto uma dívida que diariamente vai aumentando, pelo que todas as verbas disponíveis estão cativas, não devendo ser disponibilizadas para outro fim.

Não ficaram por aqui as tentativas de mudança do correio, pois, em 1846, de novo são pedidas providências, pela falta de segurança do edifício devido à queda de uma parte do telhado da Igreja, que cobria o local onde se manipulavam as cartas, tendo o pedido sido atendido, mas somente para as necessárias reparações. Não deve ter sido fácil a administração de Joaquim Lobo, dado o clima de instabilidade política que o país atravessava desde pelo menos 1836, e que terá o seu desfecho com a guerra civil de 1846-1847, conhecida como a guerra da Patuleia. Mais uma vez esteve a cidade do Porto cercada e as comunicações postais interrompidas com o resto do país, restando a via marítima e os paquetes Britânticos, que nos proporcionaram documentos postais de considerável interesse. A história postal deste período já foi publicada[12], pelo que nos limitaremos aqui a ilustrá-la com os dois documentos seguintes (Fig. 36 e 37).

[12]. Luiz Frazão, “O Transporte de Correspondência pelos Paquetes Britânicos durante a Guerra de Petuleia”, *Boletim do Clube Filatélico de Portugal* nº 363, Junho 1993

© Edições Húmus

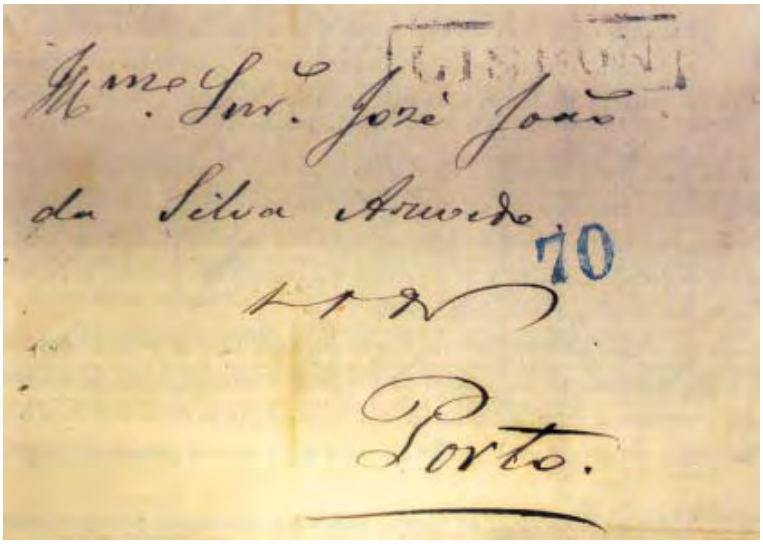


Fig. 36
Guerra da Patuleia 1846/47
Lisboa 16/6/1847 - Porto 21/6/1847

Fig. 37
Guerra da Patuleia 1846/1847 -
Lisboa 30/12/1846 - Porto 1/1/1847

Antes de passarmos ao administrador seguinte, gostaríamos de referir um útil e curioso facto, relacionando a chegada dos Paquetes Britânicos com a Torre dos Clérigos[13], para o que transcrevemos o acordo firmado entre a Associação Comercial do Porto e a Irmandade dos Clérigos.

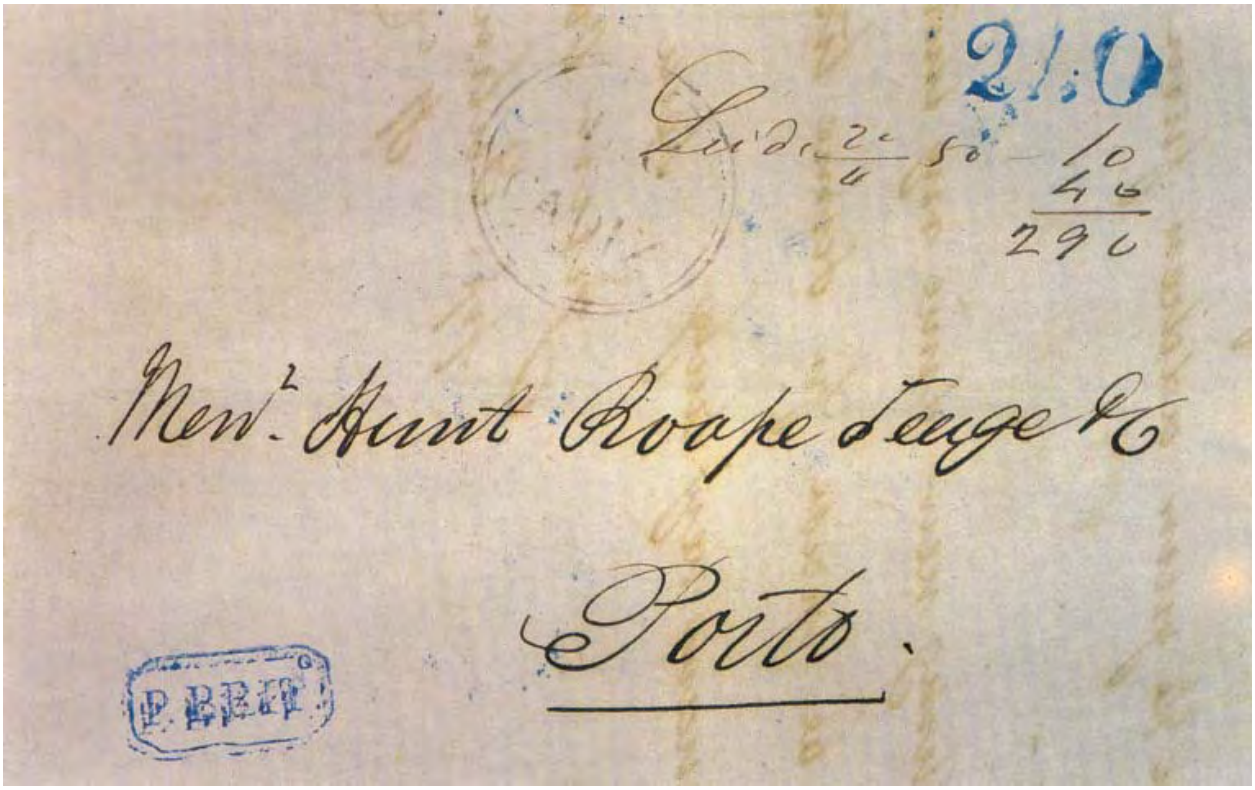
"A Direcção da Associação Comercial do Porto, tem accordado com a Meza Administrativa da Irmandade Clerical desta Cidade, em attenção ao que a mesma Direcção lhe expoz, que

[13]. A. Vieira, Subsídios para a História do Correio Marítimo Português, 1988, Ateneu Comercial do Porto

© Edições Húmus

todas as vezes que chegar a esta Cidade a Mala d'Inglaterra pelo Paquete, se arvorarão immediatamente na Torre da Igreja dos Clérigos signaes que assim o annunciem à Cidade, em proveito da classe Commercial, para o que a mesma Irmandade se prestou à necessária concessão, com as condições seguintes:
1 °. - Não se arvorará mastro na Torre, só sim se collocará no sitio opportuno, em que não possa prejudicar o edificio, hua viga orizontalmente, em cujas extremidades se suspendão os signaes, os quaes serão arvorados immediatamente logo q. a Associação assim o annuncie ao empregado respectivo, e conservados até ao outro dia à mesma hora, ficando recolhidos de noute.
2°. - Que o serviço da exposição e retirada dos signaes seja feito por aquelle criado da Irmandade, que o Rev. do Secretário nomear, recebendo d Associação a gratificação de Nove mil e seis centos rs annualmente por este serviço, sem que, jamais possa ser feito por outra algua pessoa.
3°. - Que jamais indivíduo algum, por qualquer pretexto ou motivo, que seja, possa subir ao sitio, em que se colloque a viga, sem consentimento e authoridade do R. do Secretario.
4°. - Que esta concessão durará somente em quanto a Meza daquella Irmandade a não revoga, o que poderá fazer em qual-

Fig. 38
Imposto postal: Lei de 20/04/1850. Nos primeiros dias de entrada em vigor da lei, e como ainda não estavam prontas as marcas destinadas ao efeito, foi a marcação manuscrita.
[Foi acrescentada a sequinte correcção: Esta carta pretende mostrar um exemplo da aplicação manuscrita da "Lei de 20 de Abril de 1850". Esta carta ilustra essa ocorrência e foi escolhida pelo seu aspecto estético, mas verifica-se que a marca manuscrita não foi aplicada no Porto mas sim em Lisboa. A aplicação da "Lei de 20/4/50" que na maior parte das vezes se encontra em cartas estrangeiras, por todas terem portes superiores a 100 Réis, têm os seus locais de aplicação quase limitados a Lisboa e Porto, que são os portos de entrada do Correio Marítimo e de recepção de correspondência por terra, sendo simultânea a marcação da taxa de lei, primeiro manuscrita e depois impressa. Neste caso após a marcação do porte de 240 Réis, foram inscritos os 10 Réis da Lei e, por fim, os 40 Réis do porte territorial, tendo este último sido marcado no Porto, bem como o valor total de 290 Réis a pagar pelo destinatário.]



quer tempo, sem que se lhe possa offerecer ou oppôr prescrição ou posse.
E para clareza e a todo o tempo constar se fizeram dous desta theor, que, assignados pelos respectivos Prezidentes, serão depozitados um no Archivo d'Associação Commercial do Porto, e o outro no da Irmandade Clerical desta Cidade.
Secretaria d'Associação Commercial do Porto, 18 de Março de 1843 (e tres). a) Thomaz da Rocha Pinto Chantre - Prezidente
a) Barão d'Anced - Prezidente "

Manuel Lobo foi demitido do lugar a 3 de Setembro de 1847, tendo sido interinamente substituído pelo encarregado das contas daquela administração, José Manuel Pereira da Cunha, desde 4/9/1847 até 15/12/1848, data em que foi mandado restituir ao lugar, como consequência de uma exposição assinada pelo comércio do Porto e em que figuravam nomes da maior representação da cidade. Foi exonerado a 18/9/1849, e substituído por Emidio Augusto Costa Cabral,

Fig. 39
Imposto postal

© Edições Húmus

nomeado nesse mesmo dia e exonerado a 15/12, pelo que é de supor que nem tenha chegado a tomar posse do lugar. Por alvará de 8/ 3/1850, é nomeado Francisco das Neves Carvalho, mas a 29 de Agosto de 1851 é de novo reintegrado Manuel Joaquim Lobo, que ficará em funções até 1873.

Já no fim da época pré-adesiva, aparece nas cartas e outros documentos do correio uma marca de imposto postal, conhecida por "Lei de 20/4/1850", e pela qual, a partir de 25 de Abril p.f. se há-de arrecadar o imposto de 5% em metal, para a amortização das notas do Banco de Lisboa.

Como consequência do decreto, toda a correspondência com portes de 100 réis ou superior, circulada no interior do Continente ou chegada ao Continente, era passível da aplicação do imposto, para o que foi criada uma marca própria para elucidação do público.

No Porto, e durante alguns dias, até que se recebessem as marcas, foi o imposto aplicado de forma manuscrita, como na figura 38, passando depois às marcas que ilustram nas fig. 39 e 40.

Fig. 40
Imposto postal

© Edições Húmus

As Marcas

Introdução

A catalogação das marcas postais é uma tarefa ingrata, pois, além do trabalho considerável inicial, carece de uma actualização permanente. Uma nova data, uma variante de cor, a descoberta de uma marca até então desconhecida, são situações típicas, tanto mais quando se estuda uma região ou uma cidade, com movimento postal considerável, como no caso da cidade do Porto.

A tentação perfeccionista de deixar para mais tarde, preferimos a abordagem imediata, que reconhecemos incompleta, mas baseada num certo número de regras, que passamos a enunciar:

a) Prudência na classificação de uma marca como "nova", que pode não ser mais do que uma variante de uma já existente, devida ao desgaste do cunho.

b) Basearmo-nos sempre numa amostragem significativa de cartas, para a definição do período de utilização de uma marca.

c) Usar a reflexão crítica em relação ao aparecimento de uma nova cor e/ou de uma nova marca.

d) Não catalogar senão as marcas efectivamente observadas pelo autor, ou fotocopiadas com grande nitidez, e em documento datado.

e) Sempre que se nos depara com uma transição de cor, do tipo de marca, reutilização pontual de uma marca antiga, etc., tentar a sua justificação dentro do enquadramento histórico-postal da época.

f) Optar pela reprodução da marca em alternativa ao seu desenho retocado.

Assim armados, vamos passar à enumeração e ordenação cronológica das marcas postais conhecidas do Porto, utilizando a metodologia do catálogo das "Marcas postais

© Edições Húmus

pré-adesivas de Portugal", edição de 1989, mas introduzindo duas alterações significativas:

- Uma mesma marca utilizada em dois períodos temporais distintos será indicada duas vezes, com graus de raridades eventualmente distintos.

- Uma mesma marca utilizada com duas cores distintas, em dois períodos temporais distintos e não seguidos, também virá indicada duas vezes.

Para terminar, apelamos à colaboração de todos, para que, com as suas críticas, propostas de alteração ou novos dados, nos ajudem a preparar a futura actualização deste trabalho.

Luis Frazão

© Edições Húmus

Sequência

A marcofilia da cidade do Porto será apresentada na sequência seguinte:

1 - Carimbos nominais:

A - Correio Extraordinário

B - Correio Ordinário

2 - As marcas do Correio Marítimo:

A - Do Ultramar Português

B - Do Estrangeiro

3 - Seguro do Correio

A - Marcas do Seguro

B - As Cautelas de Seguro

4 - Porte Pago

5 - Selos fixos

A - Selos fixos do correio doméstico, aplicados nas cartas do Reino

6 - Selos fixos do correio exterior

A - Do Paquete Britânico

B - Das Cartas Estrangeiras de Navios

C - Cartas de Espanha

7 - Selos fixos de porte composto.

8 - Emendas de porte

9 - Selos fixos do Imposto Postal

10 - Diversos.

© Edições Húmus

1 - Carimbos Nominais

1A - Correio Extraordinário

Em relação a estas marcas e à sua utilização, recomenda-se a leitura dum meu artigo[14] , onde se mostra que a marca COR° EXTRAORDINÁRIO/PORTO (Fig. 6), arrolada no catálogo normalmente tomado como referência[15] como PRT1, foi aplicada em Lisboa e como tal não tem lugar nesta secção; mas dado o seu interesse para a História Postal do Porto, registe-se que o seu período de utilização conhecido é de 07/09/1797 a 08/07/1799, e sempre sem marca de porte.

A marca PRT2, que acima se indica, tem, como datas possíveis de aplicação, 1 de Agosto de 1799 a 14 de Março de 1801, data da publicação do Aviso, onde se lê no artigo IV:

"*A denominação e taxas do Extraordinário* serão suspensas, como excessivas,..."

[14] Mais uma marca impressa da época dos Correios Mor - Boletim C.F.P.

[15] A. Sousa e G. Magalhães. Acrescente-se que a classificação dentro do parentesis (veja-se quadro seguinte) corresponde exactamente à que foi utilizada em A.Sousa e G. Magalhães.

[16] Luís Guilherme Machado. "Marcas Postais da Época do Correio Mor. *Boletim do CNF* nº 372

© Edições Húmus

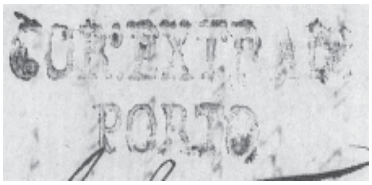
Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
(PRT2)		Preto	20 Out 1799 a ?	9	42
PRT2		Verde	14 Dez 1799 a 18 Jan 1800	9	41
		Preto	29 Jan 1800 a 12 Abri 1800	9	42

Fig. 41
PRT 2 -PORTO, 18 de Janeiro de 1800, recebida em Lisboa a 22 de Janeiro; registe-se a inscrição “Extraord.”, no canto inf. esquerdo.

Fig. 42
PRT – Porto 22 de Fevereiro de 1800, recebida a 26 do mesmo mês, tendo pago 100 reis de porte[3]

1B Correio Ordinário

A marca PRT1, além de batida na cor azul (ver fig.8), vem provar que as marcas solidárias PRT3 e PRT4 são posteriores à marca PRT1. Este tipo de marca, assim designada por uma só operação se indicar origem e porte, somente se conhece nos correios do Porto e de Coimbra, e no período compreendido entre Agosto de 1799 e meados de 1800, também designado como período da 1ª. Tabela de portes

As marcas PRT 3 e PRT 4, distintas pelo tipo de letra e dos algarismos, tiveram utilização simultânea pelo Correio do Porto, o que denota um volume considerável de correspondência expedida (ver dados anteriormente apresentados de "2ª Época Postal 1799-1853").

As marcas PRT 1 e PRT 7 têm causado alguns problemas na sua diferenciação, assim como no aparecimento de variantes das mesmas e que têm sido tomado por novos tipos. Sem excluir esta possibilidade, parece-nos mais prudente; de momento, listar somente estes dois tipos, cuja diferenciação, quando bem marcada, é feita pela configuração de letra R. O afastamento variável das letras T e O, no tipo PRT 7, deve-se ao maior ou menor comprimento de barra do T, provavelmente devido ao desgaste da marca.

Agosto de 1805 a Julho de 1806

No período entre 8 de Agosto de 1805 e 14 de Julho de 1806, e por virtude do artigo XXV do Decreto para a Nova Regulamentação do Correio, todas as cartas que se remetessem «de Portugal para Hespanha, e para outros Estados do Continente e para Inglaterra deveriam pagar o porte antecipadamente, devendo ser indicado no sobreescripto a sua competente taxa; e sendo esta paga lhe será posta a marca seguinte "FRANQUEADA". Nesse período, utilizou o correio de Lisboa tinta vermelha para a marca nominativa respectiva, tendo o Porto utilizado uma cor verde-azulada.

As duas cartas que se ilustram nas Fig. 47 e 48, ambas dirigidas a Bordéus, constituem 2 dos 3 exemplares conhecidos, mas com encaminhamentos diferentes.

Pensamos que a marca "Franqueada" é do Porto, mas de momento ainda faltam dados abonatórios de tal hipótese[17].

[17] L. Frazão. "Contribuição para o Estudo da História Postal Ibérica". *Cat. Philabéria 95*

© Edições Húmus

Correspondência para Países Estrangeiros

Exceptuando durante um breve período – Agosto de 1805 a Julho de 1806 – já mencionado a página 16, e durante o qual o porte das cartas devia ser pago antecipadamente, não têm as cartas para o estrangeiro qualquer indicação de porte português, território ou outro. E quando este aparece em cartas, tal se deve ao desconhecimento do oficio do correio que marcou o porte.

1820 Inicio das marcas com cercadura oval e das marcas datadas.

Não é de excluir a possibilidade de a marca PRT8 ter sido uma utilização contínua de 1820 a 1834; para tal confirmação é pedida a colaboração de todos, com a comunicação de novas datas.

Continua por explicar o aparecimento de cartas marcadas a vermelho, como na carta da Fig. 60, e durante tão breve período de tempo, no mês de Dezembro de 1833, assim como em Ago/Set de 1831.

Junho 1834- Aparecimento da marcação com cor azul.

Em Junho de 1834, começou o correio do Porto a marcar toda a correspondência com tinta azul, cor que ficou em uso até 1853.

A tinta utilizada passou por tonalidades variadas que vão desde o azul ultramar até ao verde azulado. Consideraremos como azul todas as variações de cor, assim como o resultado de transições graduais de cor que encontramos, ficando a designação de verde reservada para aqueles casos em que houve uma transição brusca - uma discontinuidade - e quando esta se manteve durante algum tempo. As dificuldades encontradas na definição da cor estão bem patentes nas cartas apresentadas sequencialmente de 1 a 6 na fig. 61 e datadas de 12/09/1834 a 26/03/1835.

© Edições Húmus

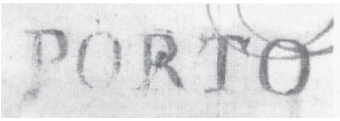
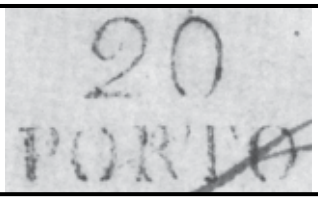
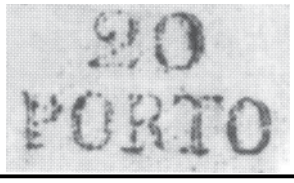
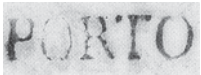
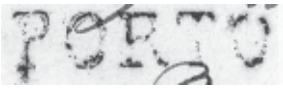
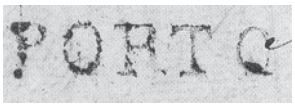
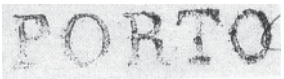
Número	Carimbos	Cor	Datas / Limites	Raridade	Fig.
(--) PRT 1		Verde/ azul	1 Agosto 1799		8
(PRT3) PRT3		Preto	21 Set 1799 a 8 Mai 1800	8	44
(PRT4) PRT4		Preto	16 Nov 1799 a 15 Mar 1800	8	43

Fig. 43
PRT4 – Porto, 14 de Dezembro de 1799

© Edições Húmus

Fig. 44
PRT 3 – Porto, 8 de Março de 1800, para Barcellos.

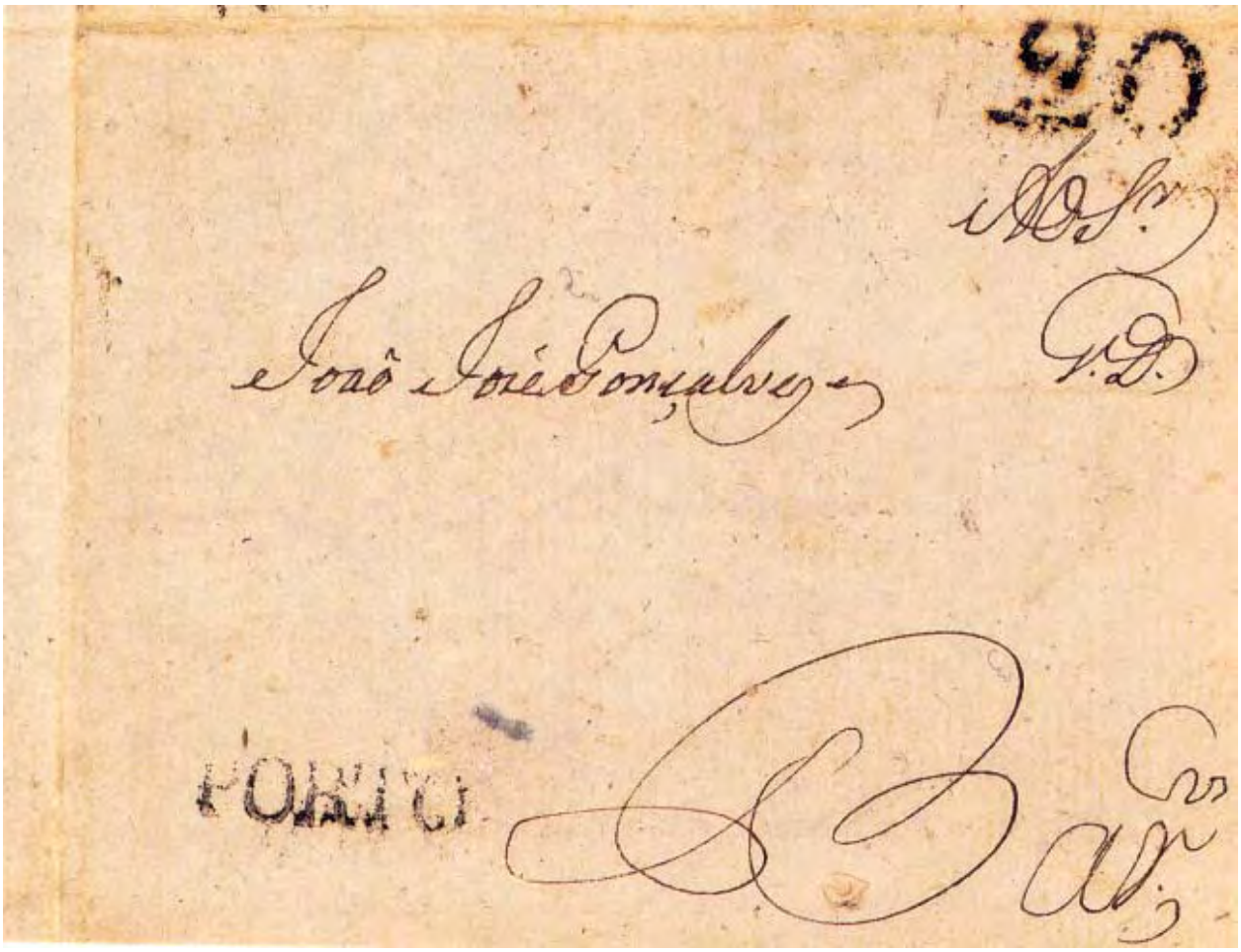
© Edições Húmus

Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Rarida-de	Fig.
(--) PRT 1		preto	5 de Jul 1800 a 29 Out 1800	7	45
(PRT 5) PRT 5		preto	20 Abril 1800 a 10 Abril 1802	5	46
(PRT 8) PRT 6		preto	1801 a 19 Jan. 1803	6	49
(PRT 5) PRT 5		azul / verde	Abr / Mai 1806	9	47 48
(PRT 6) PRT 7		preto	1805 a 1809	2	50
(-) PRT 1		preto	Nov 1805 a 1819	2	52
(PRT 6) PRT 7		sépia	Abr / Mai 1812	4	51
PRT 7A		preto	Jun 1814 a Dez 1814	3	53
(-) PRT 1		preto	1814 a 1817	1	52

© Edições Húmus

Fig. 45
PRT 1 – Porto, 29 de Outubro de 1800

Fig. 46
PRT 5 – Porto, 7 de Agosto de 1800



© Edições Húmus

Fig. 47
PRT 5 - Porto, 27 de Abril de 1806, via Lisboa, e daí por terra até Bordéus, onde foi recebida a 12 de Maio seguinte.

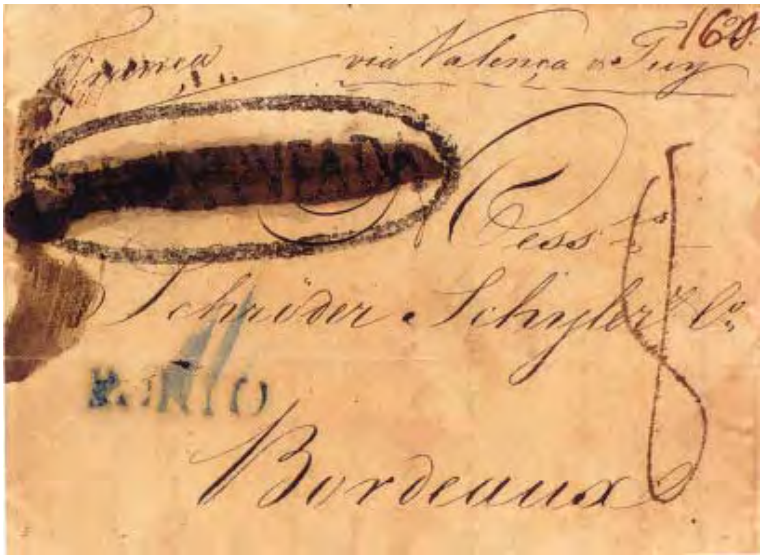


Fig. 48
PRT 5 - Porto, 25 de Maio de 1806, via a Norte de Espanha, "via Valença e Tuy ",para Bordéus, onde chegou a 26 de Junho.

Fig. 49
PRT6 – Porto, 19 de Janeiro de 1803

© Edições Húmus

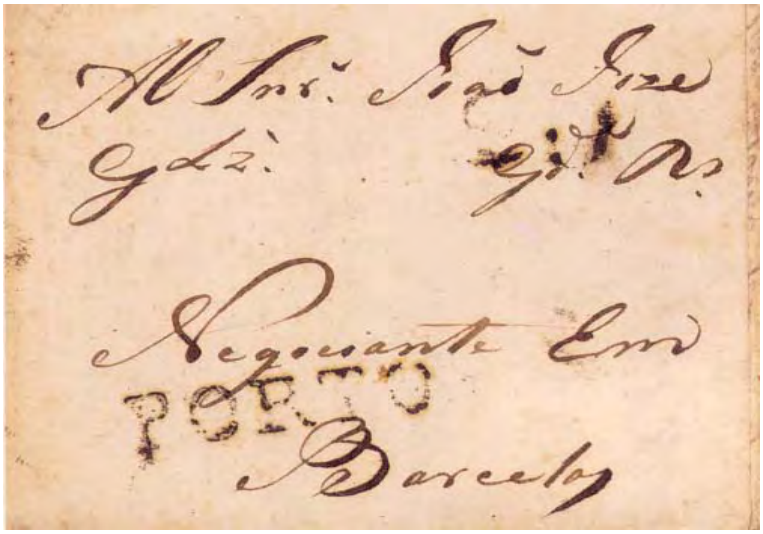


Fig. 50
PRT 7 – Porto, 31 de Dezembro 1809

Fig. 51
PRT 7 – Porto, 8 de Abril 1812

Fig. 52
PRT 1 – Porto, 1 de Abril de 1814

(Correspondência para Países Estrangeiros)

Fig. 53
PRT 7A – Porto, 23 de Agosto de 1814, para Nuremberg; marca de entrada em França, portes franceses, dos Países Baixos e Alemães.

(1820 - Início das marcas com cercadura oval e das marcas datadas)

Número	Carimbos	Cor	Datas / Limites	Raridade	Fig.
(PRT 9) PRT 8		preto	4 Abr 1820 a 16 Dez 1821	3	54
(PRT 15) PRT 9		preto	22 Jan 1822 a 28 1828	1	55 56
(PRT 9) PRT 8		preto	16 Dez 1824 a Jul 1831	1	54
PRT 9A		preto	24 Nov 23	-	57

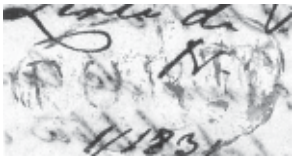
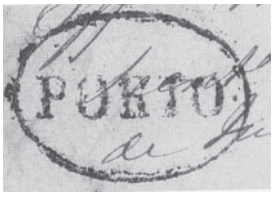
© Edições Húmus

Fig. 54
PRT 8 – Porto, 16 de Dezembro de 1821

Fig. 55
PRT 9 – Porto, 1 de Dezembro de 1822 para Vizeu. A 1ª marca datada do Porto deve-se ao Administrador J.M.Oliveira.

Fig. 56
PRT 8 – Porto, 27 de Abril de 1829, para Lisboa, 4 de Maio.

Fig. 57
PRT 9 A – Porto, 24 de Novembro de 1823, para Bordéus, 15 de Dezembro. PRT 9 e 9 A distinguem-se pela posição do ponto e tipo de letra.

Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
(PRT 10 A) PRT 10		Vermelho	Agosto de 1831	-	58
(PRT 9) PRT 8		Preto	Jul 1831 a Jul 1834	1	54
(-) PRT 1		Vermelho	Dez 1833	8	60
		Preto	12 Out 1833 a 14 Jul 1834	4	59
(PRT 11) PRT 11		Vermelho	28 Dez 1833	-	98
		Preto	9 Mai 1834	-	99

© Edições Húmus

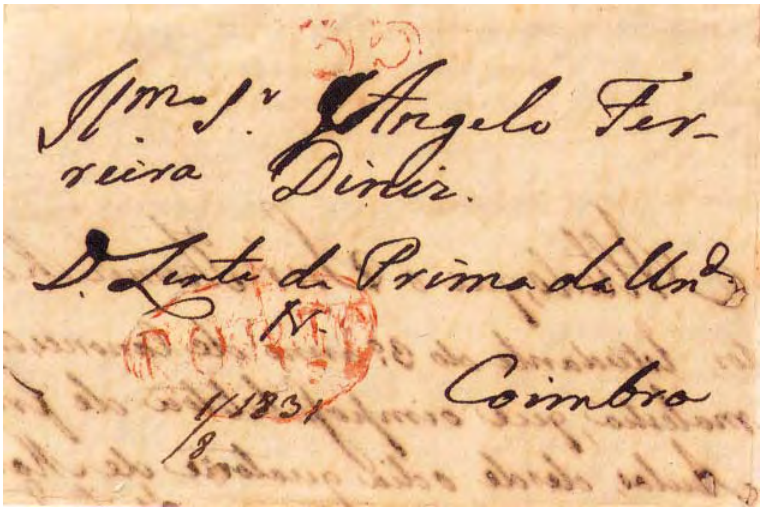


Fig. 58
PRT 10 – Carta escrita e taxada em Lisboa, a 1 de Agosto de 1831, e dirigida a Coimbra. Por motivos que desconhecemos, levou uma marca do Porto, a avermelho, antes de seguir o seu destino.

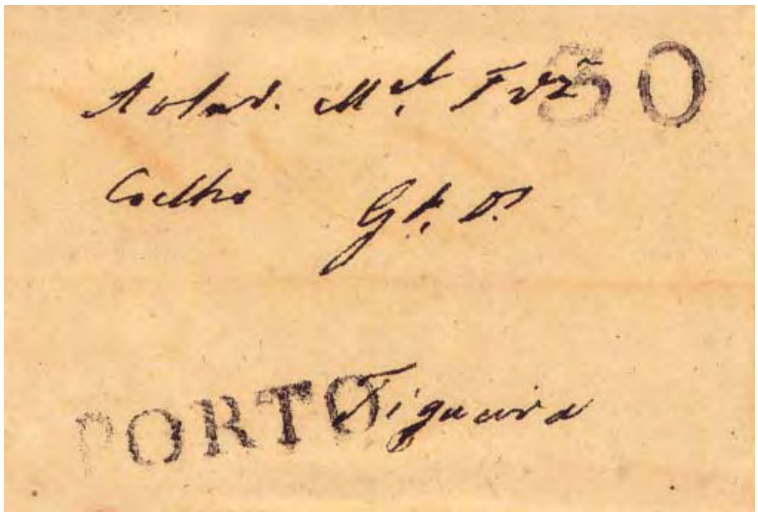


Fig. 59
Porto, 12 de Outubro de 1833

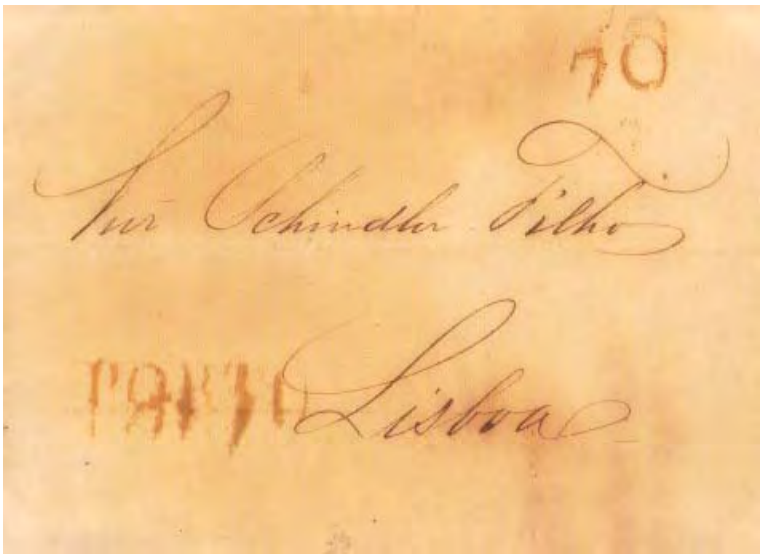
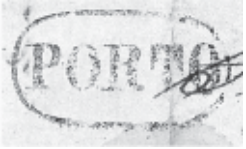


Fig. 60
PRT 1 – Porto, 14 de Dezembro de 1833

(Junho 1834 - Aparecimento da marcação com cor azul)

Fig. 61

© Edições Húmus

Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
(PRT 10) PRT 12		azul/verd-e	Jul 1834 a Jul 1849	1	61
(PRT 12) PRT13		azul/verd-e	Jul 1834 a Jun 1837	2	62 63
(PRT 11) PRT 11[18]		azul	1 Jan 1835	-	
PRT 13 PRT 14		azul	13 Out 1835 a Mai 1842	1	64

[18] Citada no Catálogo das Marcas Postais Pré-Adesivas de Portugal

Fig. 62
PRT 13 – Porto, 28 de Fevereiro de 1835, com trânsito por França, Thurn e Taxis e Dinamarca (14 Abril).

Fig. 63.
PRT 13 – Porto, 17 de Março de 1837, para a Figueira da Foz.

Fig. 64.
PRT 14 – Porto, 3 de Agosto de 1838, com porte de 30 réis correspondente ao 1º escalão de peso e 3º de distância.

© Edições Húmus

Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
(PRT 16) PRT 15		azul	1836 a 1853	1	
(PRT 5) PRT 5		azul	12 Mai 1837 a 6 Dez 1839	3	65
(PRT 14) PRT 16		azul	25 Set 1839 a 28 Jul 1842	2	66
(PRT 17) PRT 17		azul	29 Nov 1842 a Nov 1847	2	67 68
(PRT 18)[19] PRT 18		azul	29 Set 1849 a Junho 1853	1	69 70

[19] Tem dois subtipos. Ver fig. 70

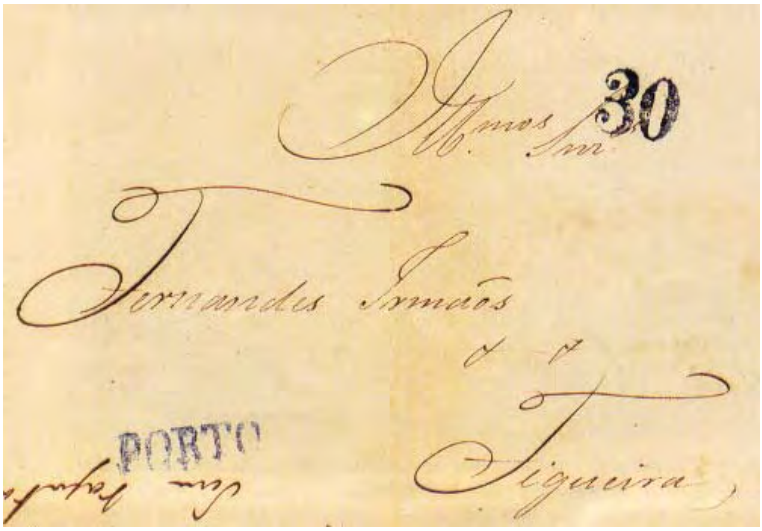
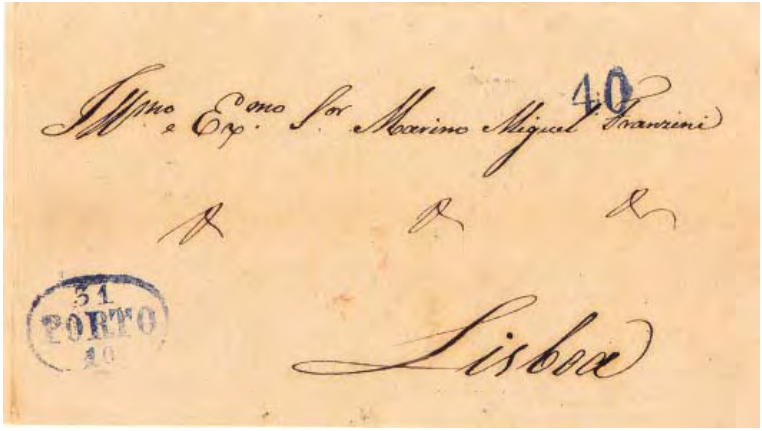


Fig.65
PRT 5 - Porto, 26 de Novembro de 1839; o facto de a marca deporte estar impressa em cor mais escura que a marca nominativa prova haver pelo menos uma almofada para cada carimbo, e talvez dois fiéis com funções distintas; marcação e pesagem com marcação de taxa

Fig. 66
PRT 16 – Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1840, em mão até ao Porto, onde foi lançada no correio, marcada e taxada em 20 reís, como carta da pequena Posta.

Fig. 67
PRT 17 – Porto, 19.12.1842. Esta marca, tal como já sucedeu anteriormente, tanto foi aplicada como marca de partida, como marca de chegada.



Fig, 68
PRT 17 – Porto, 31.10.1845

© Edições Húmus

Fig. 69
PRT 18 – Exemplar mal batido, mas com a mais antiga data que se conhece deste carimbo.

Fig. 70
Os dois subtipos da marca PRT 18
Os dois subtipos distinguem-se pelas dimensões do octógono, assim como pelo distanciamento do P e O de Porto aos algarismos do ano; outra distinção está nos algarismos 5 e 3, diferentes nos dois subtipos.

2 – As marcas do Correio Marítimo

2A - Do Ultramar Português.

A marca primitiva PRT-CMI somente é conhecida durante um breve período, em 1812-1813, como marca de chegada aplicada nas cartas avulsas, isto é, não marcadas à partida, e oriundas do ultramar Português.

Curiosamente, a 2 de Maio de 1813, é utilizada como marca de saída, juntamente com a marca nominativa do Porto.(Fig. 71).

2B - Do Estrangeiro

As diferentes marcas Barra do Porto foram utilizadas, desde 1823, na marcação das cartas do Correio Marítimo Estrangeiro, entrado pela Barra do Porto, com excepção das cartas do Paquete de Inglaterra, às quais não era aplicada qualquer marca indicativa da origem.

Do mês de Março de 1823, são conhecidas algumas cartas que ainda não apresentam qualquer marca de entrada de origem marítima, mas que já apresentam a correspondente marca de porte (Fig. 76).

A marca Barra 2 surge excepcionalmente em cartas originárias de Lisboa, transportadas pelos paquetes britânicos durante o cerco do Porto..

© Edições Húmus

Número	Carimbos	Cor	Datas / Limites	Raridade	Fig.
PRT-CM1	CORR.MARITIMO	sépia	Jun. 1812	8	18
		preto	2 Mai. a Jun.1832	8	71 72
PRT-CM2	CORR.MARITIMO	preto	1818 a Jul. 32	5	73
PRT-CM2	CORR.MARITIMO	preto	9 Dez. 1832	9[20]	29
		azul	Abr. 1840	-	74
PRT-CM3		azul	1847/8?	-	75

[20] São conhecidas 3 cartas expedidas de Lisboa, todos recebidas no Porto a 9 de Dezembro de 1832, marcadas com o Correio Marítimo, em cumprimento do Decreto de 4 de Dezembro (Ver parte de A História)

Fig. 71
PRT-CM1 – Porto, 2 de Maio de 1813, para a Bahia.

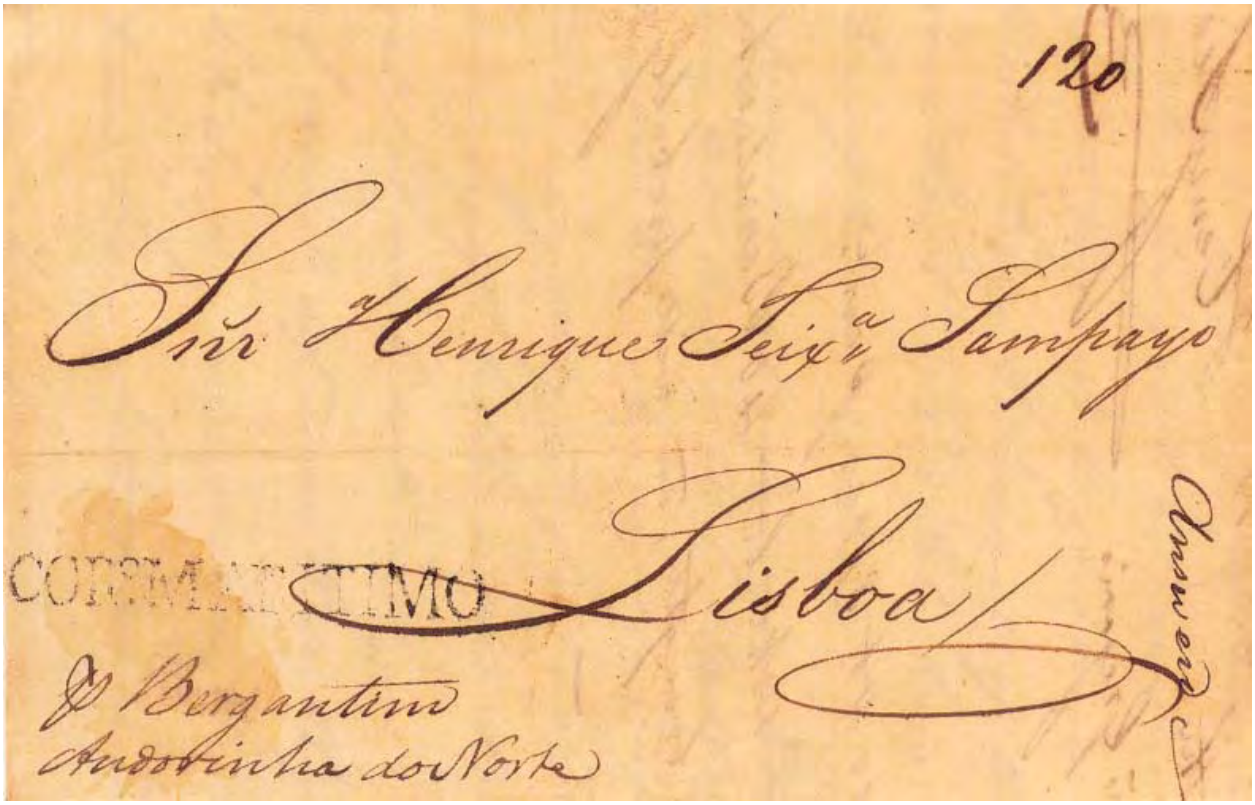


Fig. 72
PRT-CM1 – Maranhão, 5 de Março de 1813, para Porto, onde chegou a 24 de Maio; é de notar não haver porte composto correspondente ao trajecto do Porto a Lisboa.

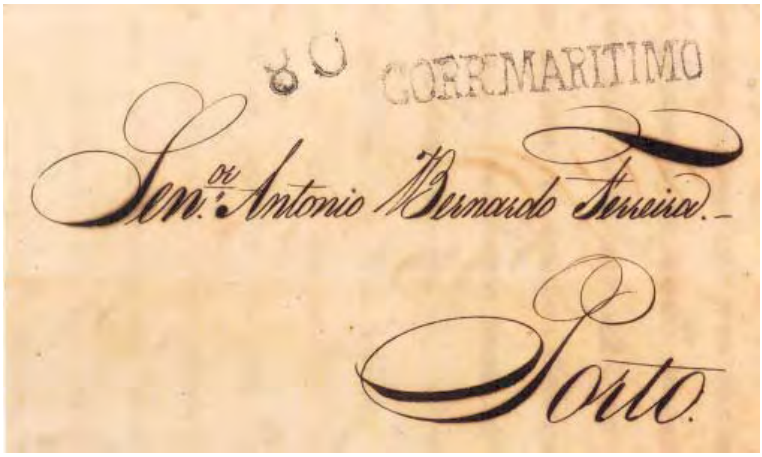


Fig. 73
PRT-CM1 – Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1823.

© Edições Húmus

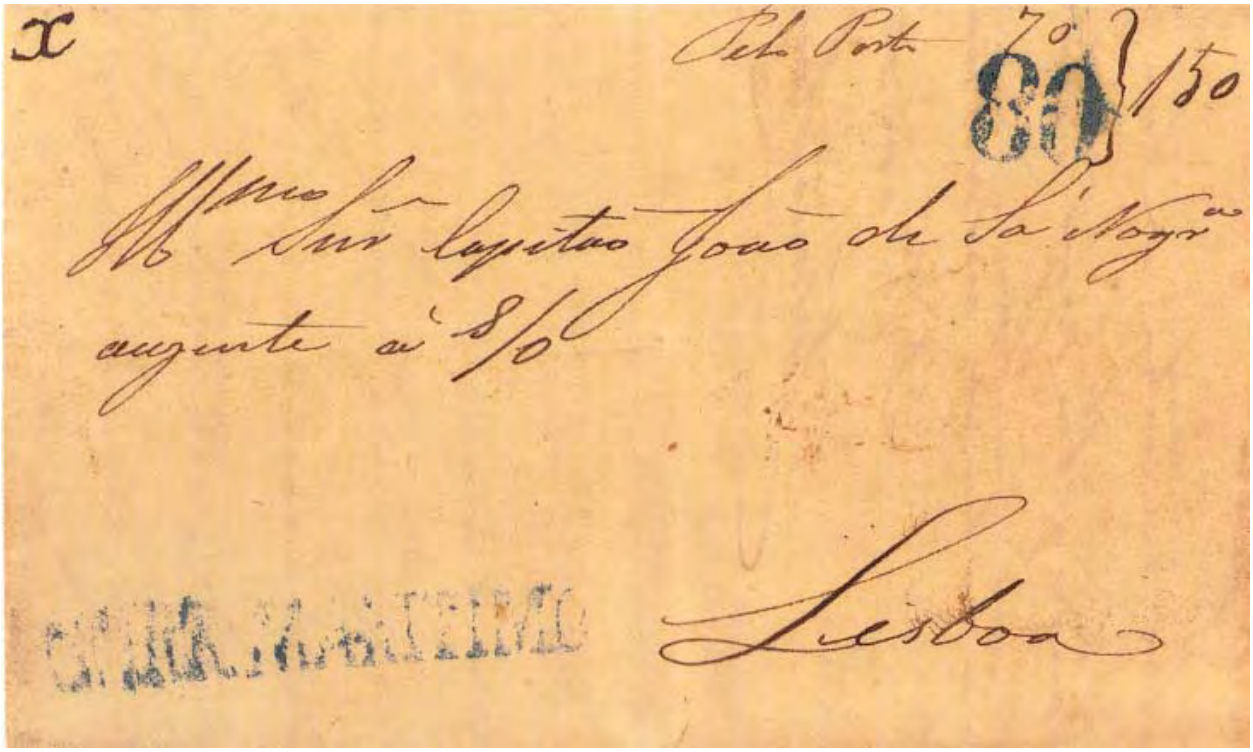


Fig. 74
PRT-CM2 – Luanda, 14 de Fevereiro de 1840, entrou pelo Porto e seguiu para Lisboa a 4 de Maio; tem a inscrição “Pelo Porto” e porte composto, para o trajecto territorial.

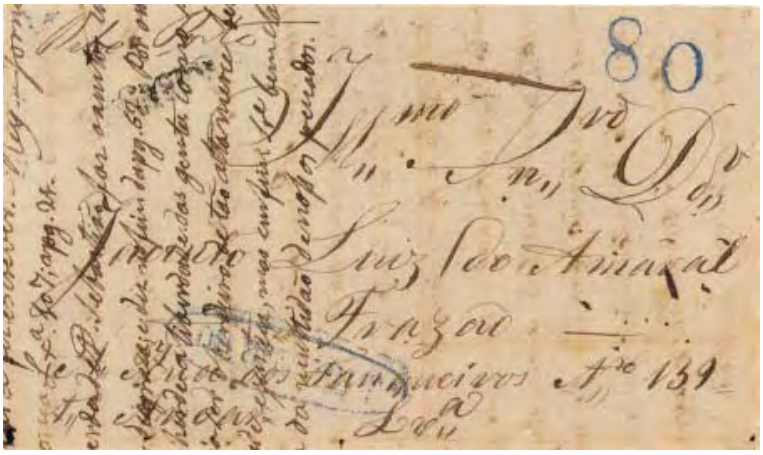
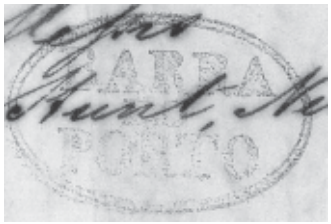


Fig. 75
PRT-CM3 – S.Miguel, pelo Porto, para Lisboa.

(Do Estrangeiro)

Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
BARRA 1		preto	5 Mar 1823 a Jan 1832	3	77
		vermelho	12 Dez 1833		79
BARRA 2		preto	17 Abr 1832 a 2 Abrl 1834	3	78
		preto	27.7.32 a 18.3.34 em cartas de Lisboa	7	30
BARRA 3		preto	27 Mai 1834 a 26 Jun 1834	4	80
		verde	19 Jun 34 a Dez 34	5	81
		azul	??/21 Out 1834 a		82
BARRA 2		azul	Dez 1837 a Mai 1838	3	
BARRA 3		azul	Jan 1838	5	

© Edições Húmus

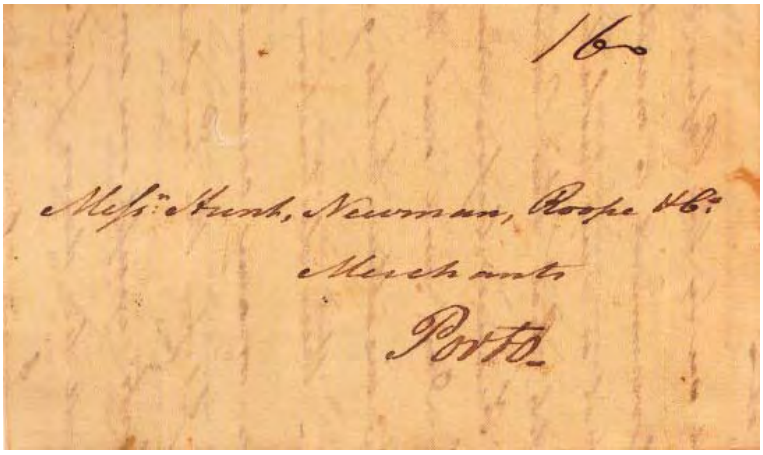
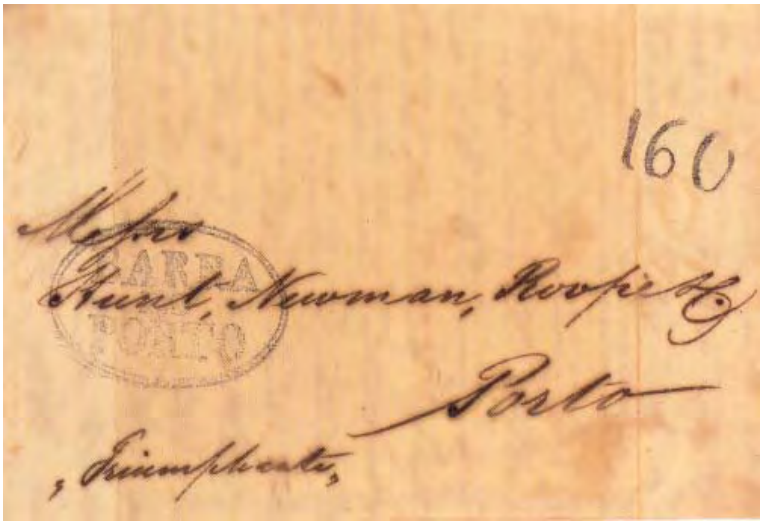


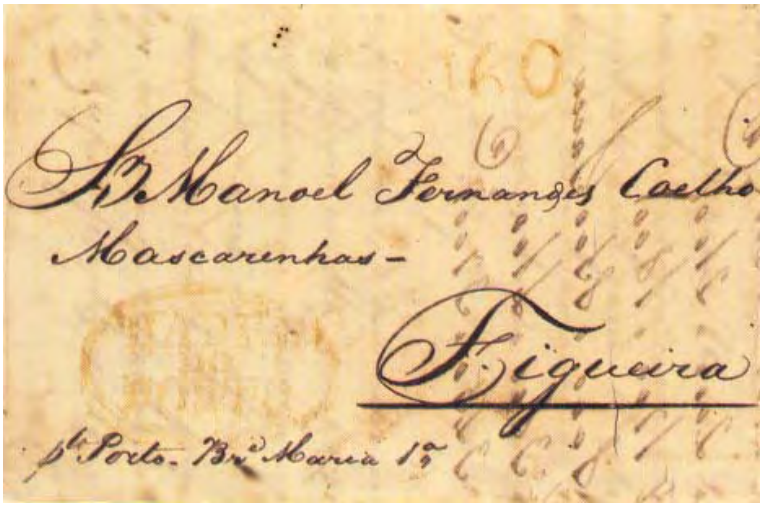
Fig. 76
Dartmouth, 15 de Fevereiro de 1823, para o Porto, onde chegou a 5 de Março. (Fig. 36)

BARRA 1 – Cercadura oval simples
Fig. 77 – S. João de Terra Nova, 2 de Agosto de 1823; Porto, 19 de Agosto.



BARRA 2 Cercadura oval dupla
Fig. 78 - – Bahia, 24 de Fevereiro de 1832, recebido a 17 de Abril.

© Edições Húmus



BARRA 1 – A vermelho
Fig. 79 – Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 1833, com destino à Figueira da Foz; passou pelo Porto, onde foi marcada e taxada.

BARRA 3 – Distingue-se da precedente pela localização do O de DO, em relação aos RR de Barra.
Fig. 80 – Terra Nova, 1 de Maio de 1834, para o Porto (27.5.1834)

© Edições Húmus

BARRA 3 a Verde
Fig. 81 – Londres, 16 de Agosto de 1834; Porto, 11 de Setembro

BARRA 3 a Azul
Fig. 82 – Terra Nova, 25 de Setembro de 1834, Porto, 21 de Outubro.

© Edições Húmus

Número	Carimbos	Cor	Datas / Limites	Raridade	Fig.
BARRA 4		azul	18 Nov 1838 a 4 Jun 1841	3	83
BARRA 5		azul	22 Jun 1841 a 23 Set 1842	4	84
BARRA 6		azul	19 Jan 1843 a 1855[21]	2	85
BARRA 7		azul / verde		2	85

[21] (A definição dos períodos de utilização de Barra 6 e Barra 7 só poderá ser feito com a colaboração dos coleccionadores)

Fig. 83
Barra 4 – Liverpool, 11 de Outubro de 1839, entrou pela Barra do Porto, para Lisboa (16 de Novembro).

© Edições Húmus

Fig. 84
Barra 5 – Oleron (França), 2 de Março 1842, via Bordéus, para o Porto

Fig. 85
Barra 6 e Barra 7
A distunção entre BARRA 6 e 7 está no tipo de algarismo do ano (compare-se, por exemplo, o algarismo 3)

3 – Seguro do Correio

3A - Marcas do Seguro

Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
PST S1	SEGURA PORTO	Preto	6 Março 1802 a 1 Set 1808	8	86
PST S2	SEGURA PORTO	Preto	25 Fev 1810 a 6 Mar 1834	6	87
PST S3	SEGURA PORTO	Preto	20 mar 1824 a 6 Set 182	6	88

Fig. 86
PRT S1 – Porto, 6 de Março de 1802, para Lisboa; registe-se que o expedidor escreveu no canto inferior esquerdo "Extord", querendo significar que devia seguir pelo Extraordinário, para Lisboa.

© Edições Húmus

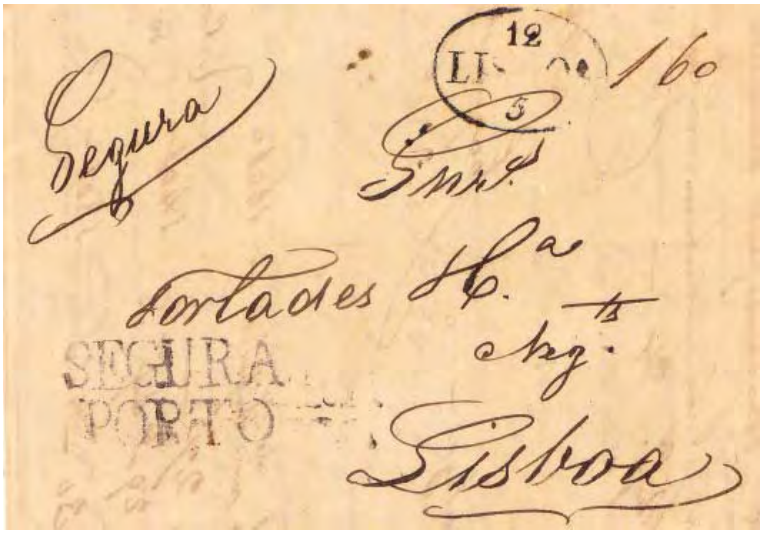
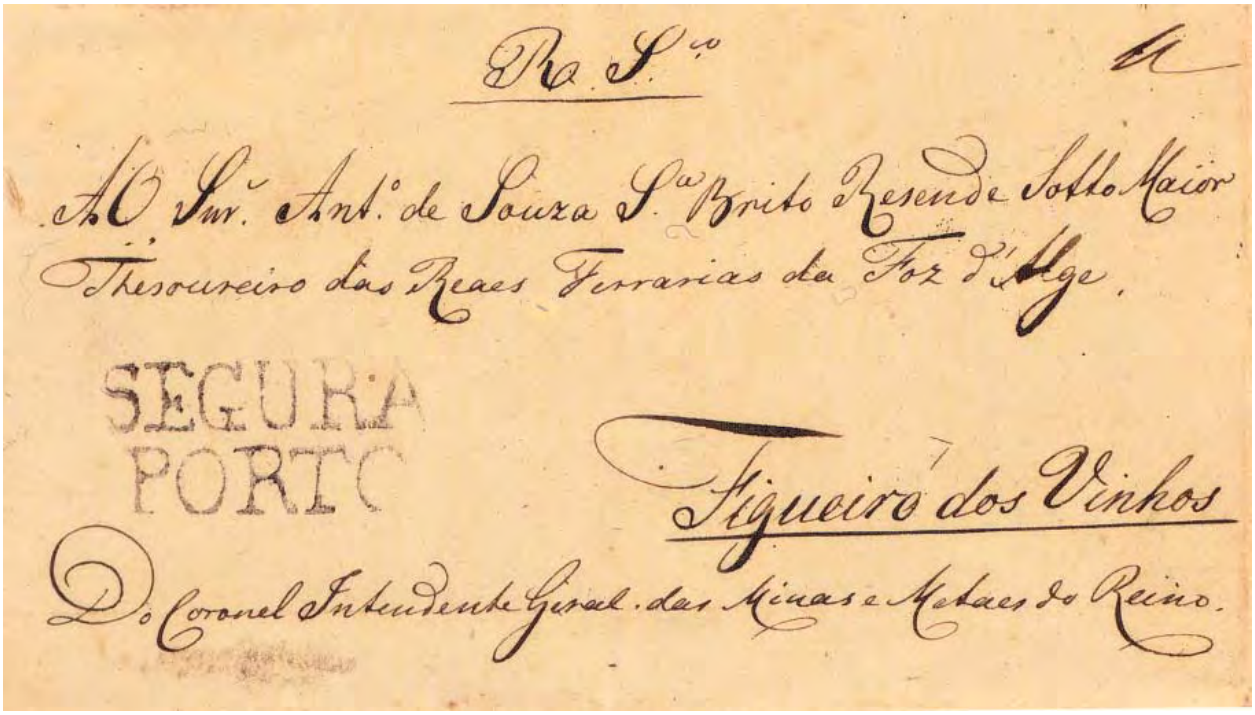


Fig. 87
PRT S2 – Porto, 6 de Maio de 1834, com porte de 160 Réis, correspondendo a uma carta de peso superior a 1 onça e 4/8.

Fig. 88
PRT S3 – Vallongo, 11 de Setembro de 1827, em carta do Real Serviço para Figueró dos Vinhos



Junho de 1834 - Aparecimento de marcação com cor azul

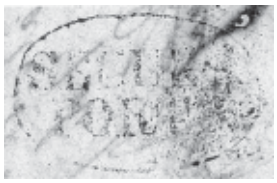
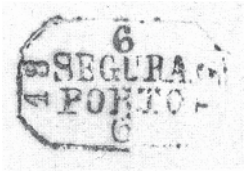
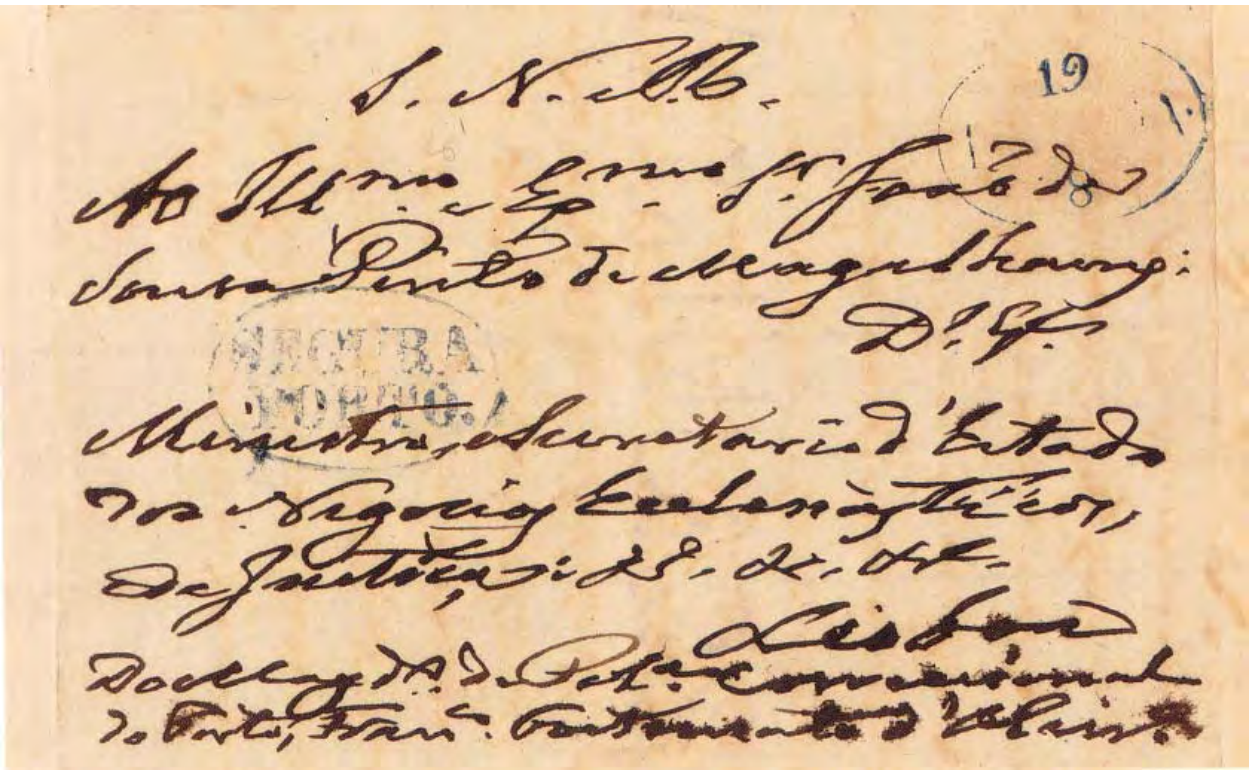
Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
PST S2		azul	? a 18 Ago 1841	7	87
PST S4		azul	5 Nov 1835 a 3 Jun 1845	9	90
PST S5		azul	10 Jan 1843 a 23 Fev 1852	7	91

Fig. 89



© Edições Húmus

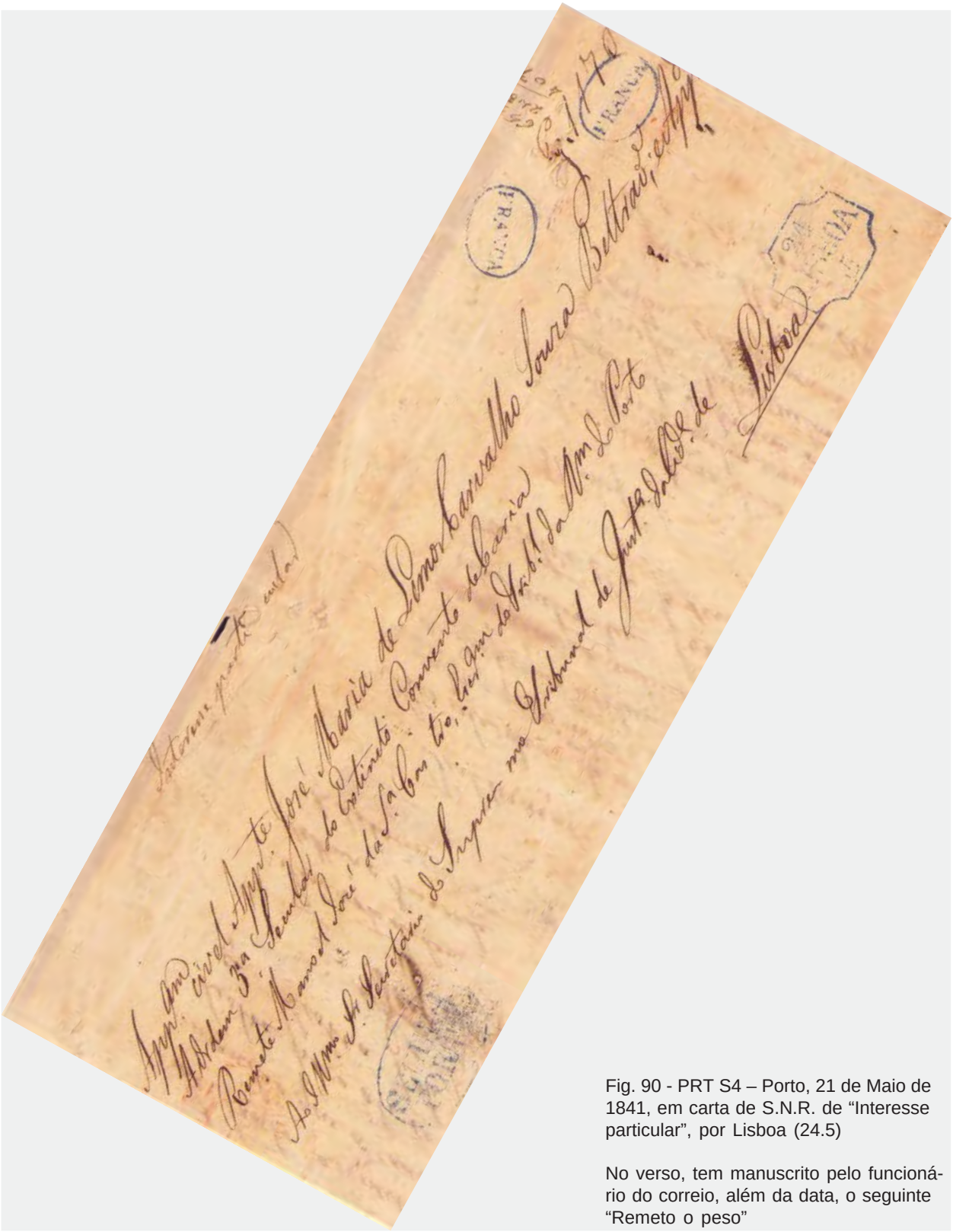


Fig. 90 - PRT S4 – Porto, 21 de Maio de 1841, em carta de S.N.R. de “Interesse particular”, por Lisboa (24.5)

No verso, tem manuscrito pelo funcionário do correio, além da data, o seguinte “Remeto o peso”

© Edições Húmus

Fig. 91
PRT S5

Seguro do SNR, mas de interesse particular, pelo que paga 240 Réis de prémio de seguro, 70 Réis de Ley do Selo 5% sobre 310 = 15,5 Réis, expedida do Porto a 6 de Junho de 1851.

© Edições Húmus

3B - As Cautelas do Seguro

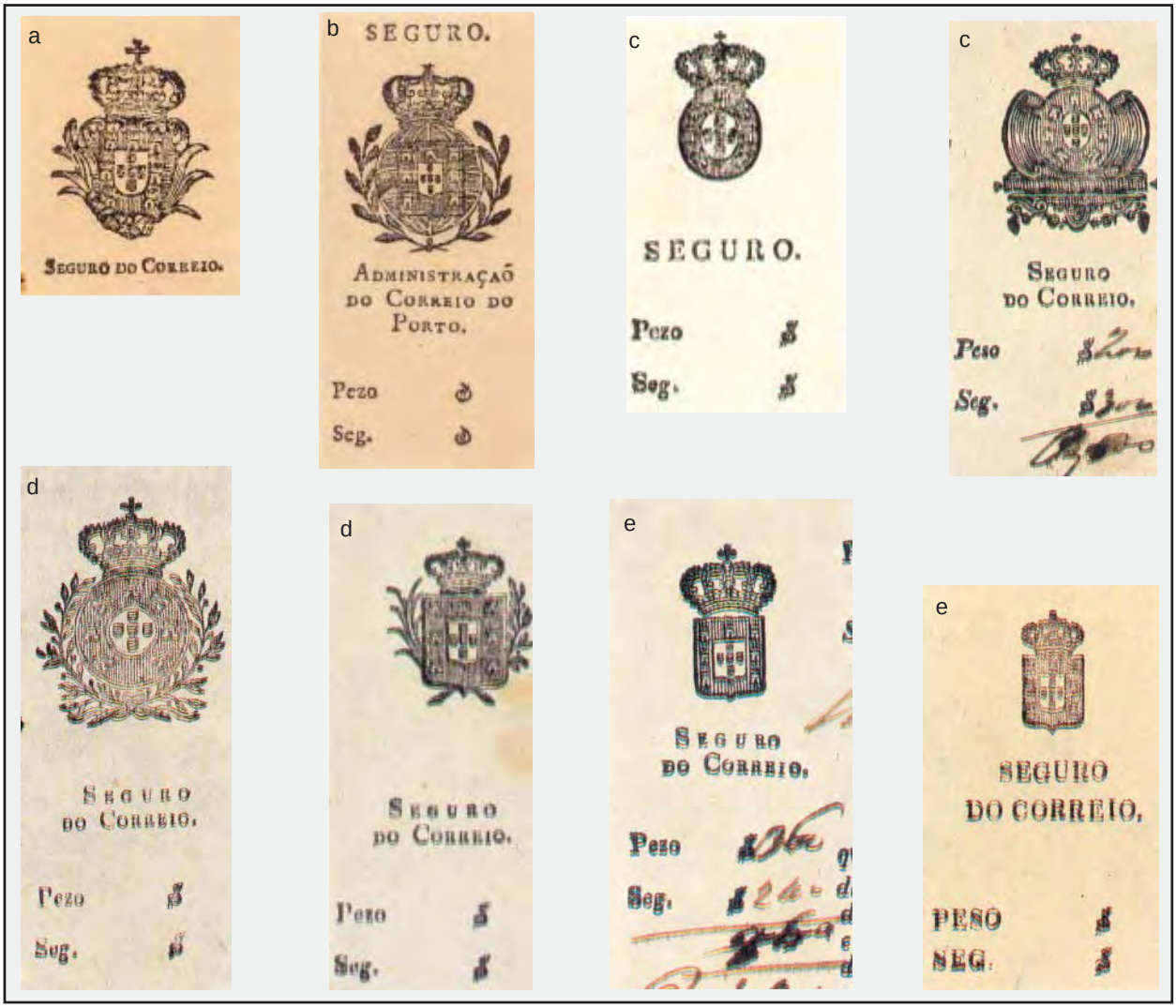
É conhecido que, na correspondência segura para além das marcas postais já tratadas, existiam outros documentos que dela faziam parte: as cautelas também conhecidas por recibos e as letras como cartas de aviso[22]

De todas estas, são as cautelas as que mais frequentemente se encontram, e que pelo. seu interesse histórico-postal constituem parte relevante nas colecções de História Postal.

Assim sendo, arrolamos as Armas Reais que encontramos nas cautelas do correio do Porto, deixando o texto das mesmas, assim como outras variantes para um estudo especializado.

[22] L. Frazão. Os Seguros do Correio na Época pré-adesiva. Cat. Philaibéria 96

Fig. 92
a. D. João PrIncipe Regente (1816)
b. D. João VI (1816-1826)
c. D. Pedro IV (1826-1828)
d. D. Miguel
e. D. Maria II



SEGURO
Para o Correio de Lisboa
Remetto
ADMINISTRAÇAÕ DO CORREIO DO PORTO.
que lhe remette o
de que se lhe levou de premio do Seguro na razaõ de 1 por 100
e se lhe deo esta Cautella, para por ella procurar a seu tempo o recibo da entrega, o qual tendo vindo se lhe dará, apresentando-a nesta Administraçaõ; e naõ terá vigor sendo passados seis mezes depois da sua data.
Pezo
Seg.
Porto 26 de Agosto de 182 5.

Fig. 93 D. João VI

Fig. 94
Cautela do Seguro do Porto relativo a uma carta 20.08.1820.

SEGURO DO CORREIO.
Para o Correio de Figueira
Remetto a Os Srs Baker Whitney &c
huma Carta Segura que lhe remette Sr.
Hunt Mellman Rose
de que se lhe levou de premio do seguro; 240
e se lhe deo esta Cautella, para por ella procurar a seu tempo o recibo da entrega, o qual tendo vindo se lhe dará apresentando-a nesta Administraçaõ; e naõ terá vigor sendo passados seis mezes depois da sua data.
Porto 20 de Agto de 182 0

© Edições Húmus

Sr. Administrador do Seguro do Correio Geral de Lisboa

SIrva-se V. m. entregar ao

que lhe remette o

de que se lhe levou de premio do Seguro da entrega cobrará V. m. recibo, que remetterá a este Officio; e declaro que esta Letra só terá vigor, sendo apresentada dentro de seis mezes depois da sua data; como tambem que a esta remessa naõ ficará obrigada a Administraçaõ Geral de Correios, por ser huma obrigaçaõ minha propria. de de 181

SEGURO DO CORREI

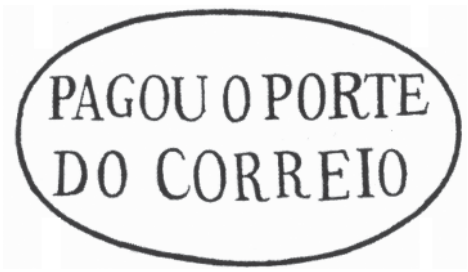
Fig.95
Letra do Seguro do Correio do Porto relativo ao envio de 64.000 Réis em dinheiro (27.4.1819)

4 – Porte Pago

O artigo 12° do Regulamento Provisional de 1799, assim como o artigo 20° das Instruções Práticas para os Correios Assistentes de 1799 contemplam a possibilidade de "almocreves, recoveiros ou outras quaisquer pessoas conduzir cartas francas"... "para o que as cartas serão marcadas para signal do seu pagamento"... "devendo escrever nas costas da carta Recebi, pondo a data e a sua rubrica".

Não se conhece nenhuma carta do Porto com a marca de dizeres "Pagou o Porte", muito embora Guedes de Magalhães indique a marca PP1, pelo que, com as devidas reservas, a indicamos também.

A partir da década de 20, passa a generalizar-se o uso da marca Franca, denotando pré-pagamento quando aplicada pelo correio expedidor, sendo também aplicada à chegada ao Porto quando a carta vinha em regime de Porte Pago.

Número	Carimbos	Cor	Datas / Limites	Raridade
PRT PP3		preto	Nov 03 a Mai 13	8

© Edições Húmus

Fig. 96
PRT-PP2 - Porto, 23 de Abril de 1826, em carta franca, com o porte pago de 70 Réis “Pag. 70” e a marca Franca do Porto Franca de Lisboa, aplicada à chegada.

Fig. 97
PRT – PP2 – Vianna do Minho, 25 de fevereiro de 1822, com marca de Porte Pago de Vianna “Pagou o porte do Correio”, além da inscrição pg.20, e a marca Franca do Porto, aplicada à chegada.

Número	Carimbos	Cor	Datas / Limites	Raridade	Fig.
PRT PP2		preto	5 Abr 1820 a 10 Fev 1830	4	96 97
		vermelho	28 Dez 1833	-	98
PRT PP3		azul	9 Mai 1834	-	99

Fig. 98
PRT PP2 .- Circular impresso, distribuido no 2º dia de instituição da Posta Diária na cidade, com a indicação “Pág.20”, e a marca PORTO PRT 11 e Franca a vermelho.

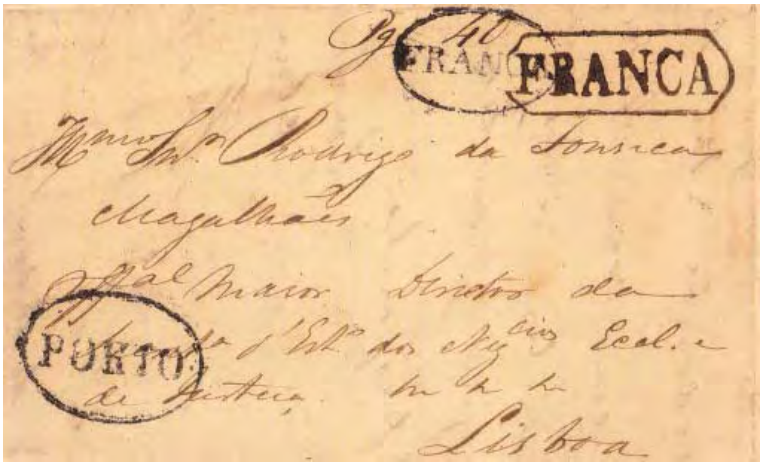


Fig.99
PRT-PP3 – Porto, 9 de Maio de 1834, com a única marca PP3 a preto conhecido até ao momento. Tem a marca Franca de Lisboa, a sépsia, assim como a marca datada de chegada (13/Lisboa/5).

© Edições Húmus

1834 – O aparecimento das marcas de cor azul.

Número	Carimbos	Cor	Datas/Limites	Raridade	Fig.
PRT PP2		azul	1 Jan 1835 a 6 Jun 1850	3	100
PRT PP3		azul / verde	Nov 1837 a ...	3	101

Fig. 100
PRT-PP2 – Impresso datado de 4 de Maio de 1834, franqueado no Correio a 6 de Maio, para Vianna, e daí reexpedido para Ponte de Lima.

Fig. 101
PRT-PP3 – Impresso circular, franqueado a 13 de Janeiro de 1846, com a marca Franca, mas sem indicação de "Pg. 20", provavelmente por fazer parte de um grade conjunto de cartas expedidas pela mesma pessoa.

5 – Selos Fixos (Marcas de porte)

Apresentam- se de seguida os selos fixos – marcas de porte, que conhecemos e foram utilizadas pelo Correio do Porto. Dividimo-los em duas secções. Do Correio Doméstico, do Correio fixo do Correio exterior, pois que a cada uma delas correspondem tabelas de porte, e, portanto, taxas diferentes, embora se conheçam marcas utilizadas em mais do que uma secção.

Veremos ainda que a secção do Correio Estrangeiro admite uma subdivisão em Cartas de Espanha, Cartas do Paquete de Inglaterra e Cartas Estrangeiras de Navios.

Trataremos ainda, neste capítulo, dos selos fixos de porte composto.

5.1. Do Correio Doméstico, aplicados nas Cartas do Reino

Os regulamentos de 1799 e de 1801 definiam quais os portes a pagar pelas cartas, em função do seu peso e da distância, sendo natural que os correios com grande volume de correspondência, como o da cidade do Porto, tivessem mandado fabricar e/ou recebido do Correio Geral, em Lisboa, todas as taxas de que necessitavam, e especialmente aquelas de maior uso.

E por serem as de maior uso, tiveram um desgaste mais acentuado, pelo que tiveram de ser substituídas por outras, em geral de fabricação local. Do mesmo modo, novas taxas foram mandadas fabricar por se verificar serem necessárias e progressivamente postas em uso.

Fizemos uma divisão em 3 séries de marcas.

(i) A primitiva, ou seja, aquela que apareceu com as Reformas de 1799 e 1801.

Se olharmos para as tabelas de porte respectivas (apresentadas na parte histórica) e para as marcas que apresentamos, vê-se que praticamente todos os portes aparecem impressos até à taxa de 100 Réis, sendo daí para cima manuscritos, com excepção do de 160 Réis. Dos portes abaixo de 100 Réis só não se conhece o de 85 Réis. Em períodos conturbados,

© Edições Húmus

como o que se seguia à ocupação do Porto pelas tropas Francesas, aparecem portes manuscritos, mesmo das taxas mais baixas.

(ii) Designamos como de *Algarismos grandes.*

*T*em o seu início praticamente com o aparecimento das marcas de cor azul - 1834/5 - pelo que é de admitir que se trate de uma “nova série” ou “séries”.

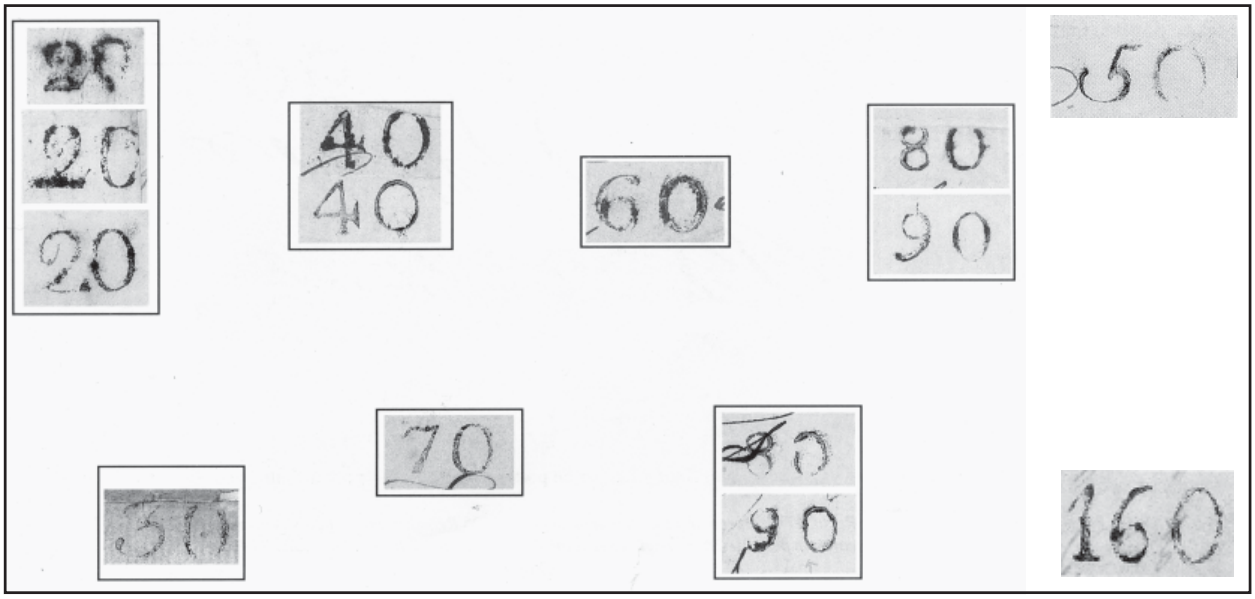
(iii) *De algarismos pequenos.*

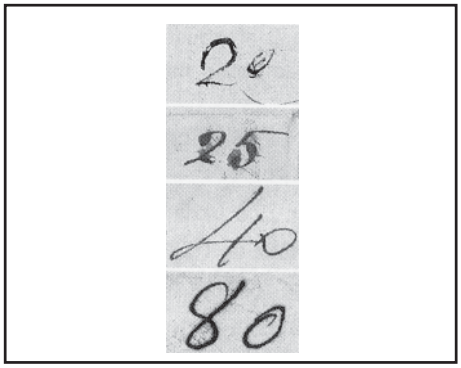
*V*êmo-la começar a aparecerem início de 1843, também coincidindo com a série das marcas postais octogonais que ficaram em uso até ao fim da época pré-adesiva.

Daremos, sempre que possível, qual o período de utilização de uma marca ou de um grupo de marcas, alertando o leitor para a dificuldade que existe em definir limites rígidos para o período de utilização das mesmas.

© Edições Húmus

i)



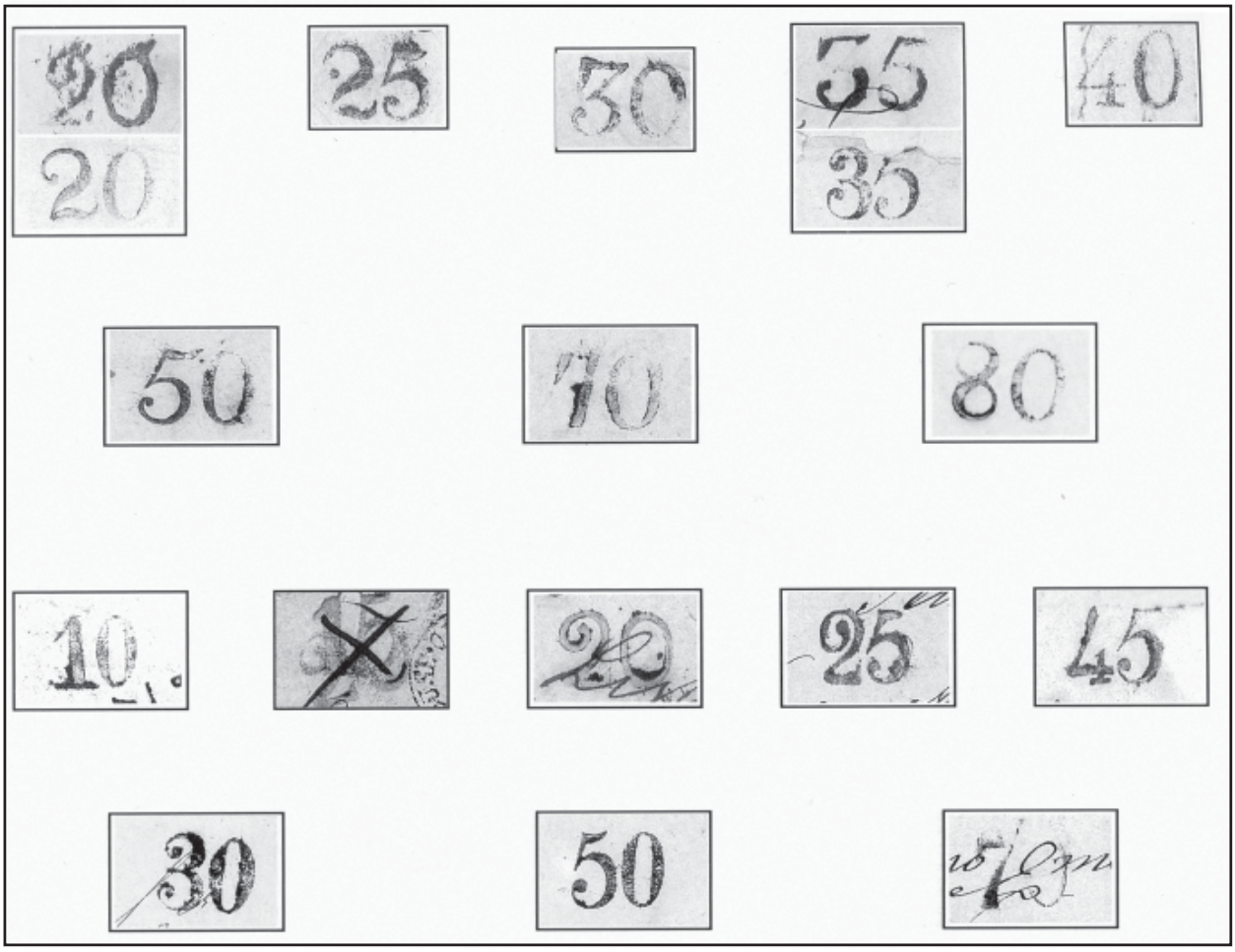


Taxas manuscritos que se encontram no período de 1808 a 1811

Fig. 102
Porto, 17 de Março de 1805. A marca de porte de 25 Réis somente é possível encontrar em carta de peso até 2/8 e dirigindo-se a localidades distantes de 10 a 20 léguas do Porto.

© Edições Húmus

ii)


20
20
25
30
35
35
40
50
70
80
10
25
45
30
50

35
Redacção do Diario do Governo
Lisboa

Fig. 103

iii)

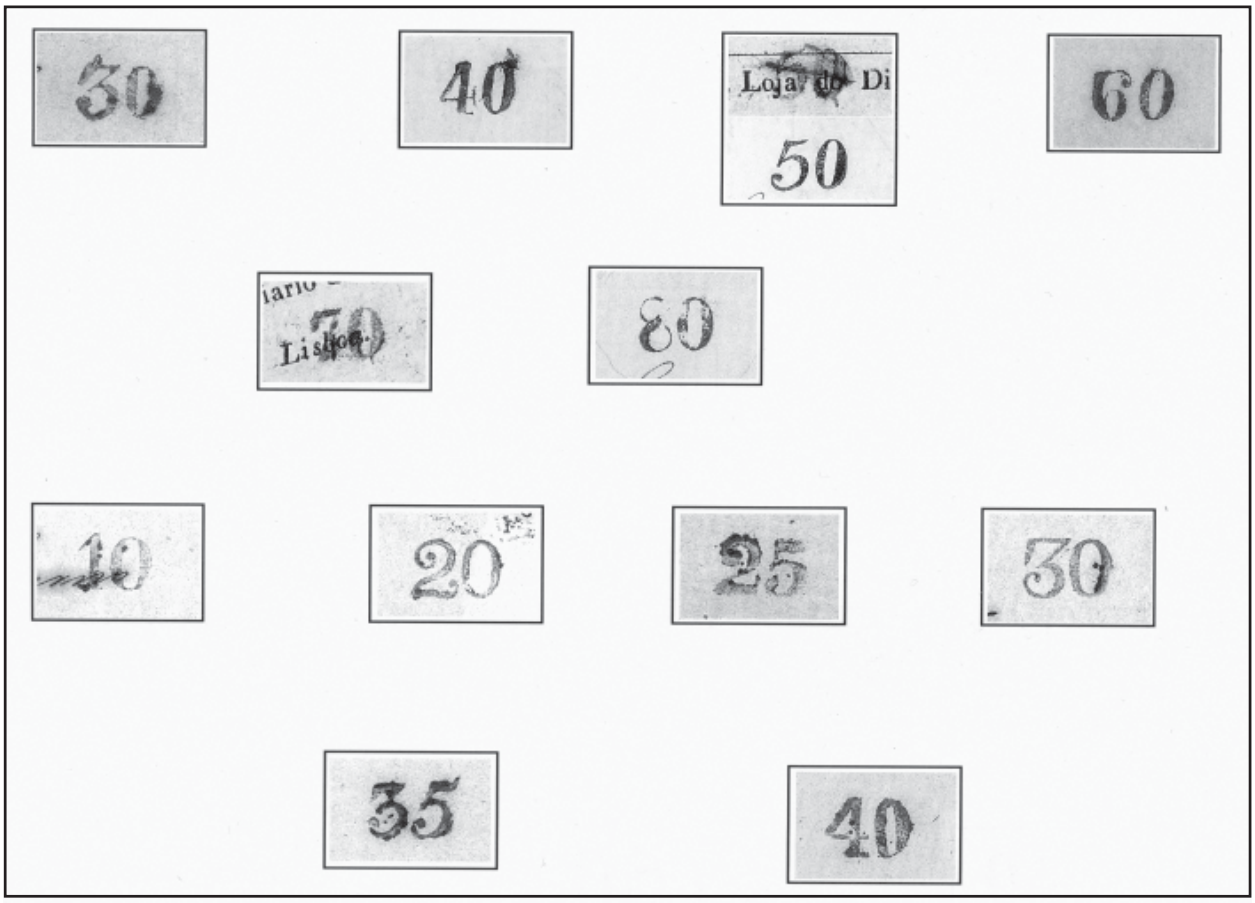
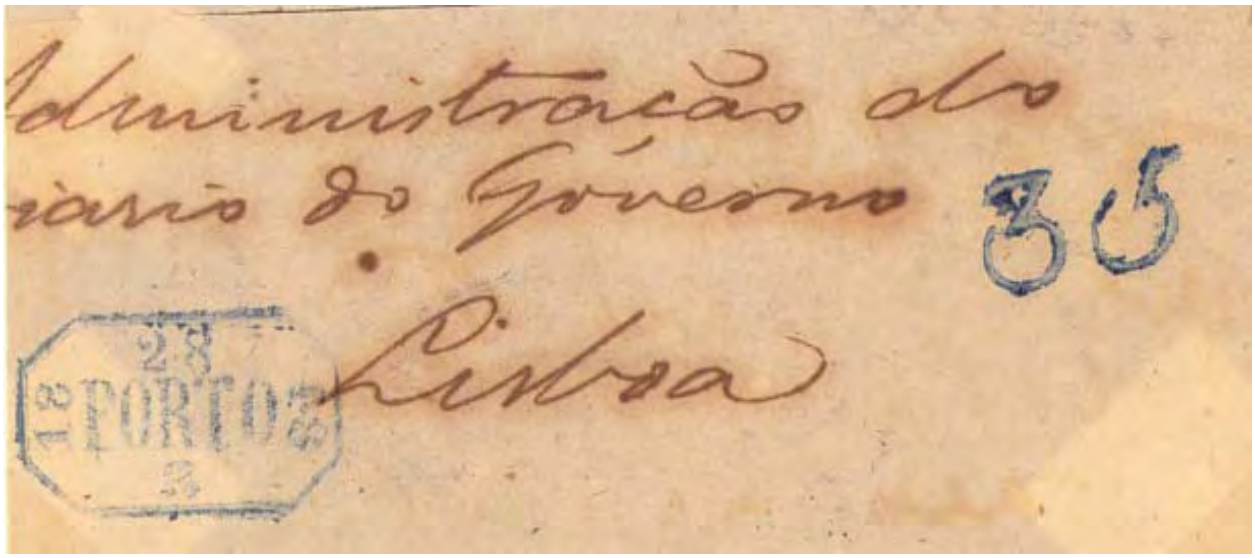


Fig. 104



© Edições Húmus

6. Selos Fixos do Correio Exterior

A) Do Paquete Britânico

Inicialmente manuscritos, baseavam-se na tabela anexa valida após 1815,

Até oitavas	1	11/2	2	21/2	3	31/2	4
Taxas	140	210	280	350	420	490	560

tendo passado, a partir de 1840, a serem impressos até à taxa de 560 reís (a), contiunuando as taxas mais elevadas a serem manuscritas (b).

B) Das Cartas Estrangeiras de Navios

A correspondência, trazida por navios estrangeiros era taxada e marcada segundo a tabela das cartas estrangeiras de navios (1815)

Até oitavas	1	11/2	2	21/2	3	31/2	4
Taxas	160	240	320	400	480	560	640

Começaram por aparecer manuscritas, desde 1823, e a impressa de 160 réis a partir de 1825, continuando as restantes manuscritas: (c) e (d).

Em 1836 passou a existir um segundo tipo de taxa impressa de 160 réis (e)

Em 1839 aparece uma série de taxas de algarismos pequenos de que se conhecem uns impressos (f) sendo as taxas mais altas manuscritas (g).

C) Cartas de Espanha

A maioria da correspondência terrestre vinda de Espanha, ou além de Espanha, entrava em Portugal pela fronteira de Badojoz-Elvas, em direcção a Lisboa, de onde era encaminhada para todo o País.

© Edições Húmus

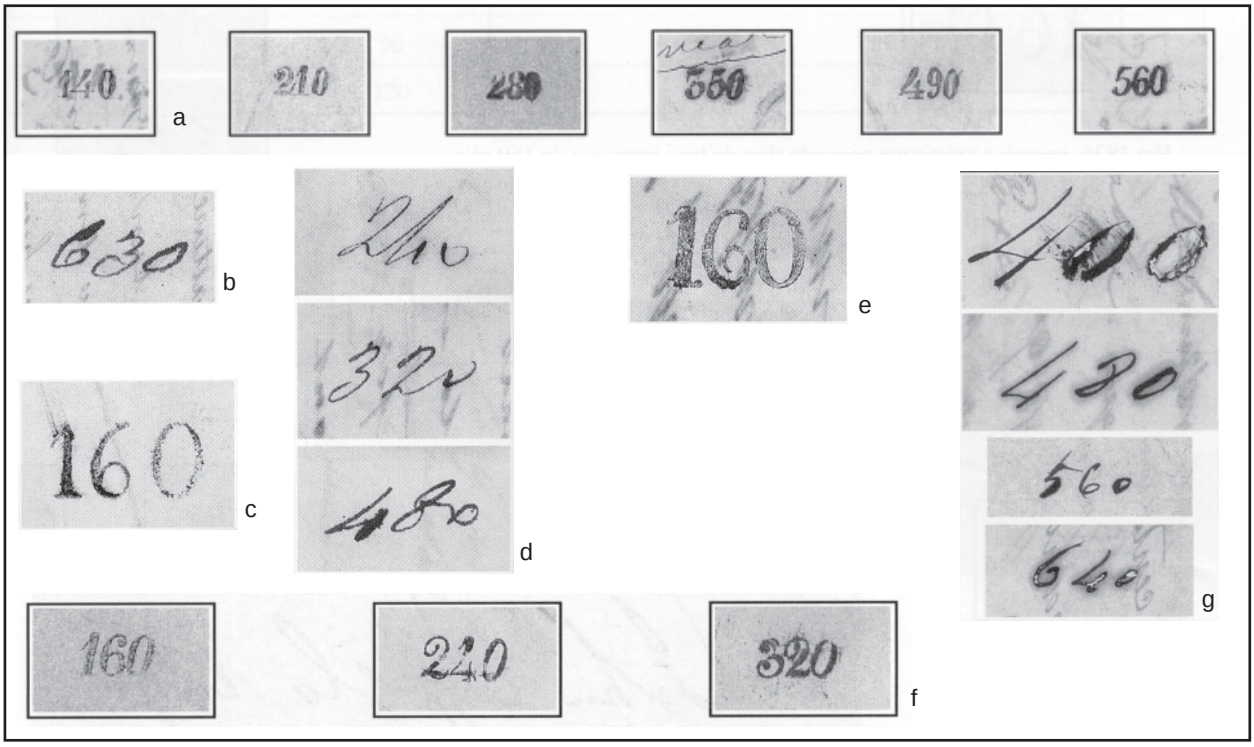
No entanto, a correspondência originária do norte de Espanha entrava em Portugal pela fronteira de Tuy-Valença já desde o fim do séc. XIX, e em especial a que se destinava ao Porto.

As tabelas de portes das cartas de Espanha variaram ao longo do séc. XIX, pelo que se resumem na tabela abaixo:

Datas / Peso	Até 13/7/1806	De 14/7/1806 a 30/8/1850	A partir de 30/8/1850
Até 2/8			45
Até 4/8	60	90	90
Até 6/8	90	135	135
De 6/8	120	180	180

A maioria dos selos fixos que se conhecem em cartas destinadas ao Porto foram aplicados em Viana do Minho, tendo-se até ao momento apenas conseguido identificar como do Porto os que aqui se apresentam.

© Edições Húmus



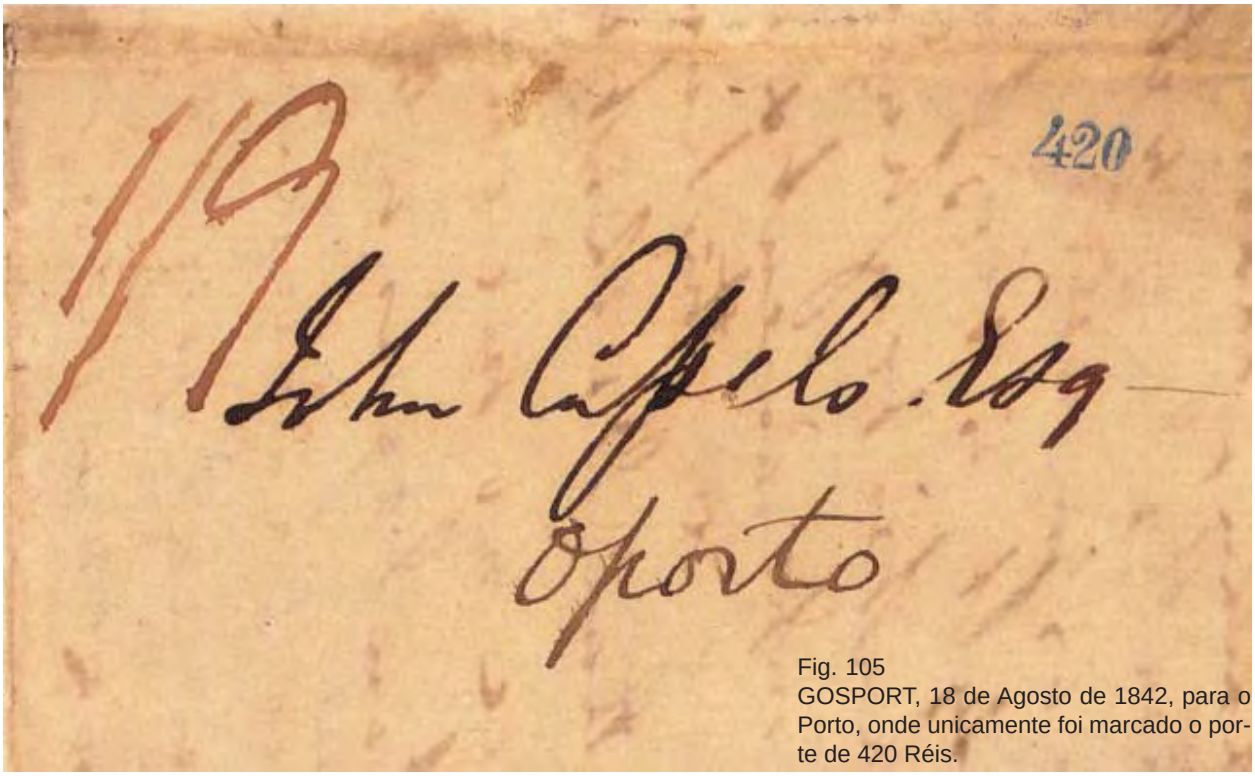


Fig. 105
GOSPORT, 18 de Agosto de 1842, para o Porto, onde unicamente foi marcado o porte de 420 Réis.

Fig.106
Cadiz, 13 de Março de 1813, recebida no Porto a 15 de Abril, veio na mala de Espaha até Lisboa, onde levou a marca de origem, e seguiu para o Porto, onde foi taxada em 90 Réis.

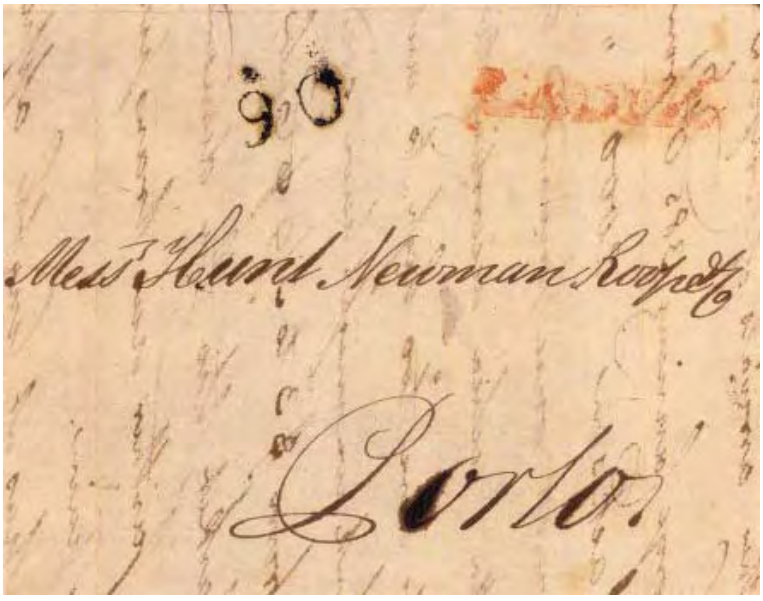


Fig. 107
Gibraltar 24 de Janeiro de 1825, encaminhada (FWD) em Cádiz a 28 de Janeiro, vindo directamente para o Porto (8 de Fevereiro)

© Edições Húmus

Fig. 108
Bilbao, 26 de Julho 1828, taxada em Espanha em 13 1/2 (?), entrou por Tuy-Valença e foi marcada no Porto.

© Edições Húmus

7 - Selos Fixos de Porte Composto

Desde pelo menos 1809 (mas seguramente com início em data anterior ainda não determinada) que as cartas vindas pelo Paquete de Inglaterra e destinadas ao Porto, mas desembarcadas em Lisboa, apresentam um porte composto de duas parcelas; o porte marítimo, segundo a tabela correspondente, (até 1815 não se conhece qual a tabela de portes aplicada, verificando-se que o porte de 230 réis da carta da fig. 109, não estar de acordo com a tabela anteriormente apresentada (em 6-A) e o porte territorial, correspondente ao trajecto de Lisboa ao Porto. Tal é o caso da carta da Fig. 109, recebida no Porto a 3 de Julho de 1810.

Nas cartas vindas do Ultramar e Ilhas, somente a partir de 1812/3, começam a aparecer portes compostos, em geral acompanhados pela marca de trânsito "POR/LISBOA", como que a justificar o aumento de porte agora verificado, em relação à tabela dos correios Marítimos[23]: Fig. 110.
A partir de 1851, passou o correio do Porto a usar marcas impressas de porte composto, que a seguir se mostram nesta secção, e correspondentes aos portes territoriais mais frequentemente encontrados.

[23] A. VIEIRA. Subsídios par a História do Correio Marítimo Português. 1988. Porto, Ateneu Comercial do Porto

© Edições Húmus

Fig. 109
Bridgeport, 16 de Junho de 1810, via de Falmouth, para Lisboa e daí para o Porto (3 de Julho), pagou de porte do Paquete 230 rs e de porte terrotorial 40.

Fig. 110
Bahia, 20 de Fevereiro de 1813, transitou "por Lisboa ", com destino ao Porto, porte marítimo de 80 réis e territorial de 40 réis.

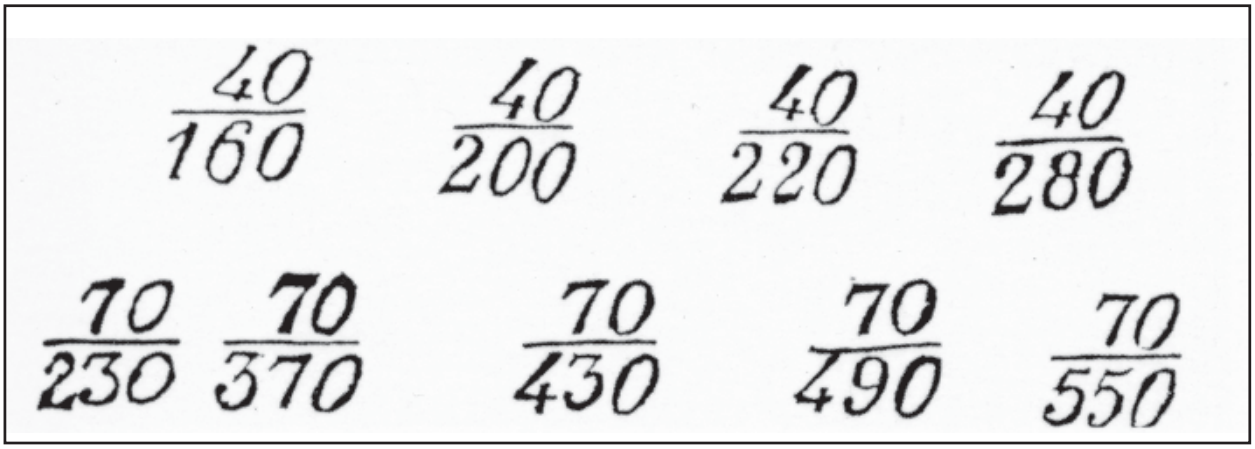
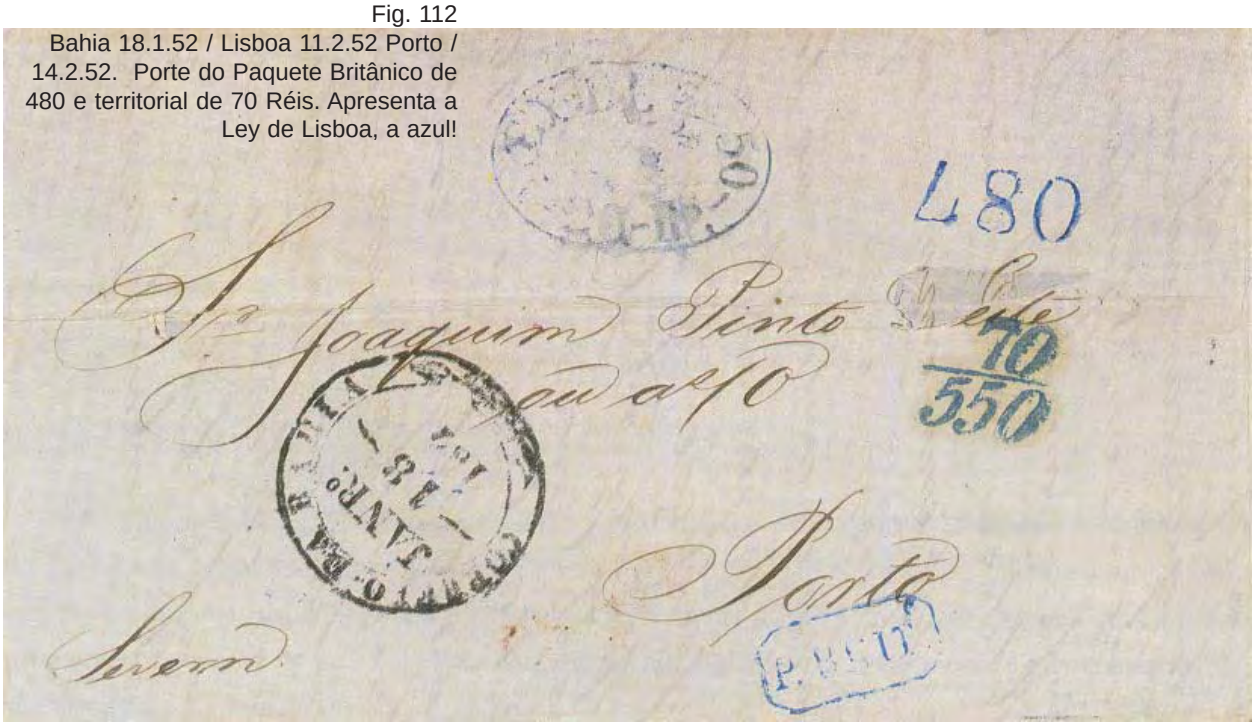


Fig. 111
Bahia 18.1.1852 - Lisboa 11.2.1852 - Porto 14.2.1852- “Ley azul” de Lisboa!!

Fig. 112
Bahia 18.1.52 / Lisboa 11.2.52 Porto / 14.2.52. Porte do Paquete Britânico de 480 e territorial de 70 Réis. Apresenta a Ley de Lisboa, a azul!



© Edições Húmus

8 - Emendas de Porte

Sempre que o oficial do correio verificava, à chegada das cartas, que o porte indicado nas mesmas não se encontrava de acordo com a tabela, era este emendado. Tal operação consistia na anulação, com um traço, do porte errado, e a sua substituição pelo porte correcto.

Não se conhecem emendas de porte do período da primeira tabela de portes (1799-1801), sendo bastante raras as emendas da primeira década do século XIX.

A instrução de 17/06/1813, recomendando a “repesagem das cartas”, veio aumentar o controle postal, e naturalmente começam a aparecer as emendas de porte.

A partir de 1849, e para a melhor identificação do público com a emenda - em geral, aumento de porte - passou o correio do Porto a dispôr da marca impressa PRT-CP.

Número	Carimbos	Cor	Datas / Limites	Raridade
PRTCP		Azul ou Verde	1849 a 1852	5

© Edições Húmus

Fig. 113
Carta expedida de Lisboa, a 20 de Julho de 1845, pelo vapor Vezúvio, chegando ao Porto no dia seguinte; o porte de 40 Réis, marcado em Lisboa, foi emendado para 70 Réis à chegada ao Porto

Fig. 114
Lisboa, 9 de Maio de 1849, pelo Vesúvio, para o Porto. Emenda de 40 para 70 Réis, já efectuada com a marca impressa EMENDOUSE OPORTE

Fig. 115
Londres, 6 de Dezembro de 1850; carta pelo Paquete, de porte de 910 Réis manuscrito em cima de outro; dado o seu elevado valor, e para que não restassem dúvidas, foi o porte de novo inscrito, dentro da marca apropriada.

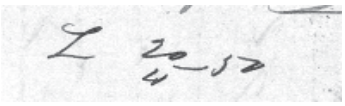
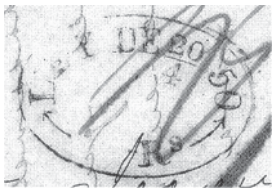
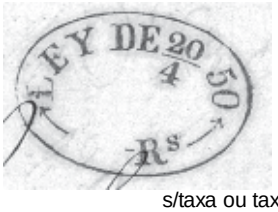
© Edições Húmus

Fig.116
Emenda do porte de 350 para 560 Réis, por apagamento da primeira.

Fig. 117
Porto, 10 de Janeiro de 1844. Emenda, à partida, de 20 para 25 Réis, por se tratar da 2ª. Distância (10 a 20 léguas)

9 - Selos Fixos do Imposto Postal

Por lei de 20 de Abril de 1850, regulamentada por Decreto de 25 de Abril e publicado no D.G. de 26 de Abril, toda a correspondência de porte de 100 Réis ou superior passou a pagar imposto de 5%, com vista à amortização das notas do Banco de Lisboa. O Imposto cessou a 30 de Junho de 1853 e o seu rendimento era entregue no Cofre da Junta de Crédito Público.

Núm.	Carimbos		Cor	Datas / Limites	Raridade	Fig.
–	 Manuscritos		ms	11 Mai 50 a 23 Mai 50	8	118
1		10	vermelho	1 Jun 50 a 1 Jul 50	4	119
2		5 10 15 20 25 30 35 >35 ms	vermelho	15 Set 50 a Out 1851	2	120
3	 s/taxa valor	--	vermelho	24 Dez 51a 15 Fev 52	4	121
3	 s/taxa ou taxa ms	--	verde	2 Mar 52 a 31 Mai 53	2	122

© Edições Húmus

Fig.118
Lei manuscrita.
Lei manuscrita (11.5.1850), o valor foi emendado de 15 para 10 Réis 5% de 280 = 10 Réis (arredondamento por defeito). Existem, pelo menos, 5 tipos de Leis manuscritas, cada uma delas caracterizada pela grafia do fiel do correio.

Fig. 119
Lei impressa Tipo 1
Lei impressa - Porto (1.6.1850).

Fig. 120
Lei impressa Tipo 2
Lei impressa - Porto (14.9.1850).
Expedida do Rio de Janeiro a 8.7.1850, entrou pelo Porto a 14 de Setembro, marcada em 160 Reis e 5 de Ley de 20/4. Expedida para Lisboa, teve que se adicionar 40 Réis de porte territorial, o que levou à emenda do porte de 160 para 200, é a emenda de lei de 5 para 10 Réis.

Fig. 121
Lei impressa Tipo 3
Liverpol, 26 de Janeiro de 1852; Porto, 1 de Fevereiro.

Fig, 122
Lei impressa Tipo 3 a verde
Londres, 6 de Maio de 1852; Porto, 12 de Maio.

Fig. 123
Lei Omissa
Greenock, 4 de Dezembro de 1853; Porto, 15 de Dezembro. É um dos poucos exemplares conhecidos em que a “ley” não foi aplicada.

© Edições Húmus

10 - Diversos

1) ABATIDA[24]

Quando um correio enviava correspondência a outro, fazia-a acompanhar de uma guia, da qual constavam, entre outros elementos, o número de cartas, assim como os portes das mesmas. Acontecia, por vezes, que uma determinada carta "facturada" a um correio acabava por se destinar a outro, pelo que era necessário "abater" o porte da carta, para o que se utilizou uma marca de dizeres ABATIDA. Só no Correio Geral de Lisboa e no Porto se conhece este tipo de marca.

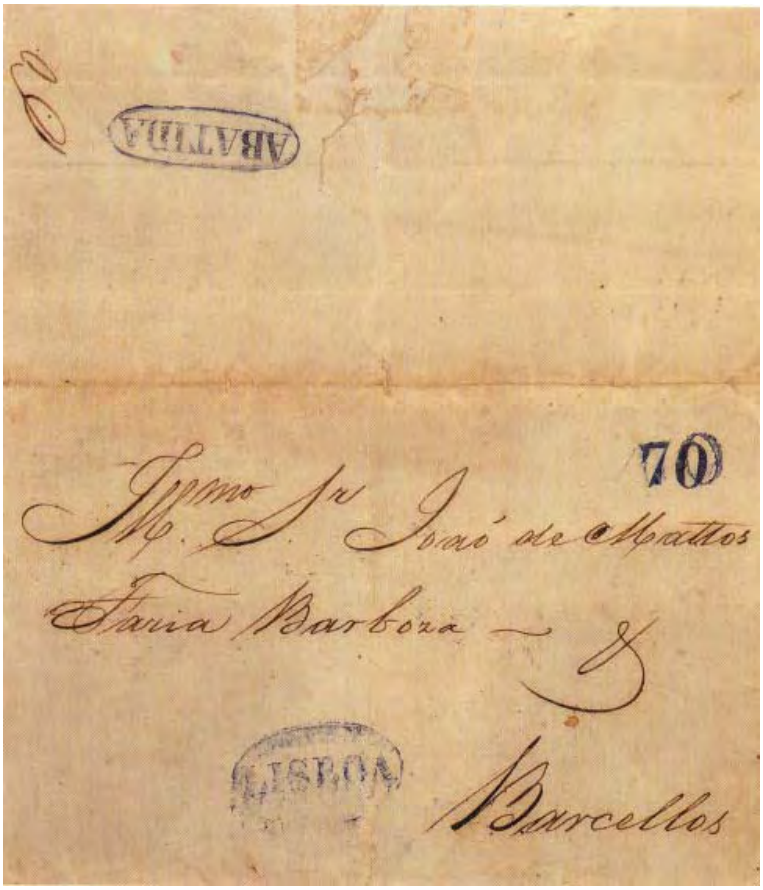
PRT-DIV1	ABATIDA	Azul	Ago42

2) Curiosidades

Os carimbos datados, com datador móvel, utilizados no correio do Porto, estão na origem de um certo número de anomalias, de que registamos as mais frequentes: data invertida (total ou parcial), data omissa (total ou parcial) e data errada.

[24] L. FRAZÃO. Um novo Abatida do Porto. *Bol. Porto* 1983

© Edições Húmus



Abatida
Fig. 124

Fig.125
Algarismo invertido: 4

© Edições Húmus

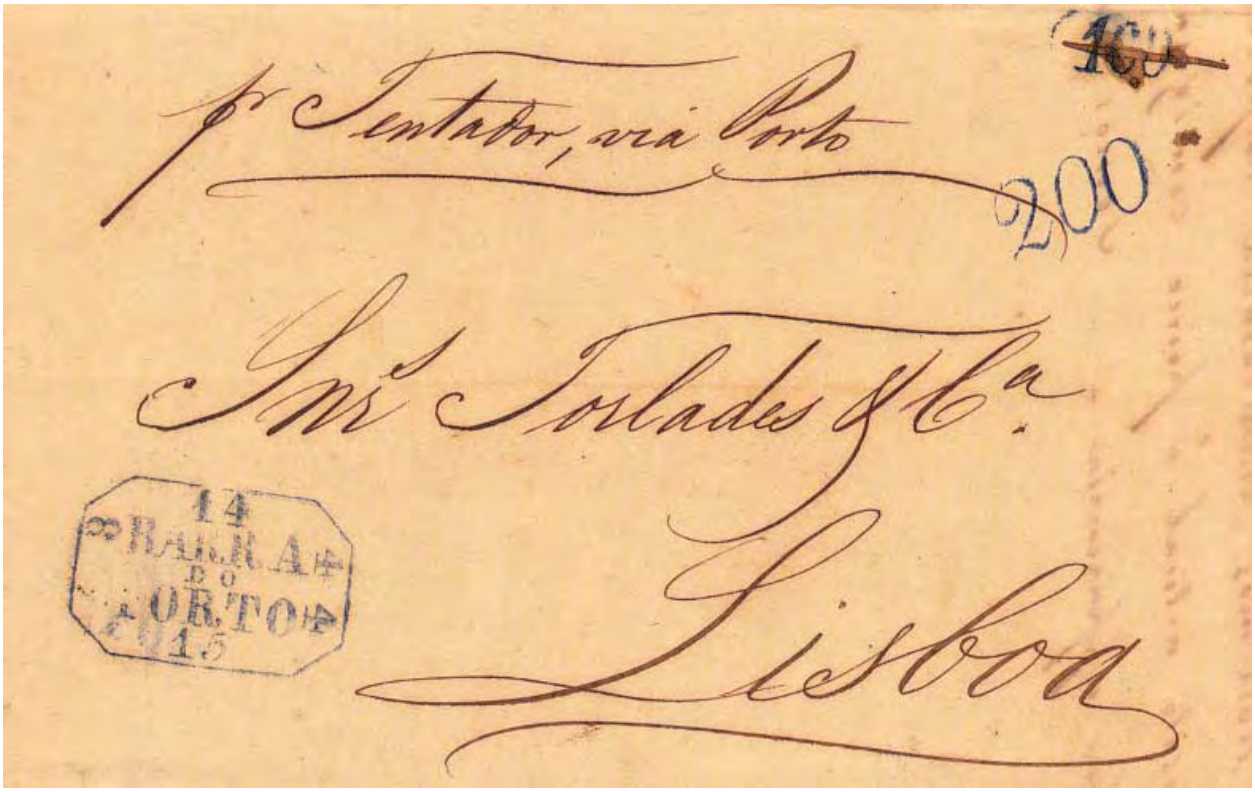
Fig. 126
Algarismo invertido: 9 em vez de 6

Fig. 127
Algarismo invertido: o 11

© Edições Húmus

Fig. 128
Marca do Seguro do Porto usada por engano, em vez da marca PRT 18

Fig. 129
Datador errado – 14 do mês 15, em vez de 14 do mês 5



© Edições Húmus

Aditamentos à História

1 - O Correio do Porto no Período da Ocupação da Cidade pelas tropas Francesas

No intervalo de tempo que vai desde fins de Novembro de 1807 até Setembro de 1808, e que correspondeu à ocupação da Cidade pelas tropas de Junot e consequente administração dos serviços pelas tropas de ocupação, não se conheciam cartas particulares expedidas pelo Correio do Porto, para além de umas escassas cartas de correspondência oficial (Fig. 16).

A descoberta da carta que se ilustra, escrita no Porto a 22 de Abril de 1808, e recebida em Lisboa a 25 do mesmo mês, vem mostrar o funcionamento da instituição postal nesse período conturbado em que eram evidentes as dificuldades de comunicação; outras cartas existirão deste período, que o tempo e a atenção dos coleccionadores se encarregarão de fazer aparecer.

Fig.130

2 - Dois Casos Inéditos da Marcação da “BARRA DO PORTO”

O primeiro caso, que se mostra na fig. 131, aparece numa carta datada de 22 de Agosto de 1825, com chegada ao Porto a 24 do mesmo mês. O mais interessante é ter sido escrita na Figueira da Foz, entregue em mão ao Comandante do navio “ECLIPSE”, que, por sua vez, a entregou no Correio do Porto e que a fez seguir para o seu destino, marcando-a como se se tratasse de uma carta estrangeira e taxando-a em 160 Réis. Se tivesse vindo pelo correio de terra, teria pago somente 30 Réis (Fig. 131).

O segundo caso que se ilustra na fig. 132, corresponde a uma carta de 27 de Setembro de 1834, e recebida no mesmo dia, expedida “of Porto”, começando a missiva nos seguintes termos: “I have to inform that the Lady of the Lake of Liverpool is off the bar with a cargo of fish...”

Tal como no caso precedente, se a marcação com a Barra do Porto parece ser a apropriada, já que se trata de cartas vindas da Barra, já a taxação em 160 Réis parece excessiva, por se tratar de uma carta do Porto.

Fig.131

© Edições Húmus

Fig.132